

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

**Crise econômica e direito do trabalho: O paradigma da austeridade no contexto da crise
brasileira dos anos de 2015/2016**

ANTONIO LEONARDO SILVA CARNEIRO

Rio de Janeiro

2017/1º Semestre

ANTONIO LEONARDO SILVA CARNEIRO

**Crise econômica e direito do trabalho: O paradigma da austeridade no contexto da crise
brasileira dos anos de 2015/2016**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Doutora Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva.**

Rio de Janeiro

2017/1º Semestre

CIP - Catalogação na Publicação

C289c Carneiro, Antônio Leonardo Silva
Crise econômica e direito do trabalho: O
paradigma da austeridade no contexto da crise
brasileira dos anos de 2015/2016 / Antônio Leonardo
Silva Carneiro. -- Rio de Janeiro, 2017.
85 f.

Orientador: Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da
Silva.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

1. Crise econômica. 2. Neoliberalismo. 3.
Flexibilização das relações laborais. 4. Austeridade
econômica . 5. Direito do trabalho de exceção. I.
Silva, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da,
orient. II. Título.

341.6

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANTONIO LEONARDO SILVA CARNEIRO

**Crise econômica e direito do trabalho: O paradigma da austeridade no contexto da crise
brasileira dos anos de 2015/2016**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Doutora Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva.**

Data da Aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora:

Prof.^a Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2017/1º Semestre

À Fernanda Oliveira, minha amada mãe, que se formou em Psicologia amamentando-me. Dedico este trabalho a todas as mães universitárias.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Carneiro Jr. e Fernanda, por todo incentivo e toda confiança; o amor de vocês é minha inspiração diária.

À minha linda irmã, Ana Luiza, pelo companheirismo e pela amizade. Aos meus avós, padrinhos, tios, primos e amigos; o carinho de vocês é fundamental.

Ter suportado a saudade de minha família maranhense só foi possível porque contei com o apoio de pessoas tão queridas. À Buba, Lêda e Humberto, que foram determinantes nesta conquista.

Ao Movimento Escoteiro, pela minha alegria de viver.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a minha formação acadêmica: aos mestres, servidores e trabalhadores terceirizados; é indescritível o privilégio de ter estudado na Faculdade Nacional de Direito. Destaco a importância das atividades realizadas no Laboratório de Direitos Humanos (LADIH) e no grupo de pesquisa Configurações Institucionais e Relações de Trabalho (CIRT), além das monitorias nas áreas de Direito Internacional Público e Direito Administrativo.

Agradeço, especialmente, a professora Sayonara, por todo apoio e confiança depositados em mim.

Dentre tantas realizações, a Nacional me proporcionou amizades inesquecíveis e um amor especial. À Thizá, que tornou mais completa minha trajetória no Rio de Janeiro.

Que Deus me guie nos novos desafios e experiências que virão, recordando-me das responsabilidades concernentes a casa em que me formei.

*“Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural.
Pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural.
Nada deve parecer impossível de mudar.”*

(Bertold Brecht)

RESUMO

A monografia analisa a relação histórica entre o direito do trabalho e a crise econômica na manutenção do capitalismo, tendo como enfoque o padrão de crises instaladas a partir do fenômeno da *financeirização* do capital e da ascensão do neoliberalismo, problematizando-se a relação entre a austeridade econômica, o desmantelamento do Estado-providência e a *flexibilização* das relações laborais. O objeto cinge-se ao exame da introdução das políticas de austeridade na conjuntura da crise brasileira dos anos de 2015/2016 e dos seus reflexos no âmbito do direito do trabalho, tomando como base os conceitos de austeridade econômica e direito do trabalho de exceção em António Casimiro Ferreira. Por intermédio do projeto de austeridade neoliberal, os pressupostos básicos do direito do trabalho são negados a partir da confluência de três aspectos principais: o paradoxo da soberania, a temporalidade de exceção e a jurisprudência de austeridade. Pretende-se analisar esses três aspectos assinalados na emergência do direito do trabalho de exceção no Brasil, tendo em vista a disseminação de uma racionalidade pautada na urgência e inevitabilidade de ajustes econômicos estruturais como resposta a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, ensejando conjunto de medidas de restrições aos direitos sociais assentadas no discurso da austeridade.

Palavras-chave: Crise econômica; Neoliberalismo; Flexibilização das relações laborais; Austeridade econômica; Direito do trabalho de exceção.

ABSTRACT

The monograph analyses the historical relation between labor law and economic crisis in the maintenance of capitalism, focusing on the pattern of installed crisis as of the phenomenon of *financialisation* of the capital and the growth of neoliberalism, discussing the relation between economic austerity, dismantling of the welfare state and *flexibilization* of labor relations. The object girds to the examination of the introduction of policies of austerity during the conjecture of the Brazilian crisis in the years of 2015/2016 and its reflexions in the scope of labor law, taking as a basis the concepts of economic austerity and labor law of the exception in António Casimiro Ferreira. Through the project of neoliberal austerity, the basic assumptions of labor law are denied as of the confluence of three main aspects: the paradox of sovereignty, the temporality of the exception and the jurisprudence of the austerity. The intention is to analyse these three pointed out aspects in the emergency of labor law of exception in Brazil, bearing in mind the dissemination of a rationality ruled by the urgency and inevitability of the structural economic adjustments as an answer to the disruption of the Brazilian labor market, leading to a group of restrictive measures to the social rights settled by the discourse of austerity.

Key words: Economic crisis; Neoliberalism; Flexibilization of labor relations; Economic austerity; Labor law of exception.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANAMTRA	Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas
ACP	Ação Civil Pública
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ARE	Agravo em Recuso Extraordinário
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
EC	Emenda à Constituição
FAT	Fundo de amparo ao trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FEM	Fórum Econômico Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOA	Lei orçamentária Anual
MP	Medida Provisória
MPT	Ministério Público do Trabalho
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OS	Organização Social
PDI	Plano de dispensa incentivada
PDV	Plano de dispensa voluntária
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PME	Pesquisa Mensal de Emprego

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPE	Programa de Proteção ao Emprego
PSE	Programa de Seguro-Emprego
RE	Recurso Extraordinário
STF	Supremo Tribunal Federal
TST	Tribunal Superior do Trabalho

LISTA DE TABELA/GRÁFICOS

Tabela 1: Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. PNADC.....	44
Gráfico 1: Taxas de subutilização da força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade – Brasil – (2012 – 2016). PNADC.....	45
Tabela 2: Emprego e Renda. Criação de novas vagas formais. Carta de conjuntura/Out. 2016. IPEA.....	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. CRISE ECONÔMICA, DIREITO DO TRABALHO E A RACIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO.....	16
1.1 Lineamentos acerca da geografia histórica do capitalismo e a formação do direito do trabalho.....	16
1.2 O enigma do capital: as crises econômicas enquanto instrumentos de reconfiguração do domínio de classe.....	21
1.3 O discurso da crise, o neoliberalismo e a redução da proteção institucional ao trabalhador.....	24
1.4 A <i>financeirização</i> do Capital e a crise econômica mundial de 2007/2008.....	29
2. O PARADIGMA DA AUSTERIDADE E O DIREITO DO TRABALHO DE EXCEÇÃO.....	34
2.1 A austeridade econômica, o dismantelamento do Estado Social e a <i>flexibilização</i> das relações laborais.....	34
2.2 A disseminação do medo e da incerteza e a institucionalização da excepcionalidade...	38
2.3 A mercadorização do direito do trabalho e o rompimento do pacto democrático.....	42
3. A “AUSTERIZAÇÃO” NO BRASIL.....	43
3.1 Crise política, crise econômica e a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.....	43
3.2 O direito do trabalho de exceção no Brasil.....	49
3.2.1 O paradoxo da soberania: a prevalência do negociado <i>versus</i> legislado.....	50
3.2.2 A temporalidade de exceção: a PEC nº 241/2016 (EC nº 95) e a utilização de medidas provisórias pelo Poder Executivo.....	53
3.2.3 A jurisprudência de austeridade: a atuação do Supremo Tribunal Federal na retirada de direitos trabalhistas.....	61
3.3 ADIn 5468 à luz da jurisprudência de austeridade.....	68
3.3.1 Breve contextualização.....	68
3.3.2 Os argumentos contidos no relatório da PLOA/16.....	69
3.3.3 O princípio da separação dos poderes e a compatibilização da LOA/16 com o sistema constitucional brasileiro.....	71
CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “*Crise econômica e direito do trabalho: O paradigma da austeridade no contexto da crise brasileira dos anos de 2015/2016*” analisa a relação entre o direito do trabalho e a crise econômica na manutenção do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a análise será direcionada ao padrão de crises instaladas a partir do fenômeno da financeirização do capital e da ascensão do pensamento econômico neoliberal, problematizando-se a relação entre a austeridade econômica, o desmantelamento do Estado Social e a flexibilização das relações laborais. A conjuntura de recessão econômica nacional consolidada nos anos de 2015/2016 é situada como reflexo da crise econômica mundial de 2007-2008, tida como auge do padrão de crises financeiras.

O objeto da pesquisa volve-se para o exame das políticas de austeridade na conjuntura da crise brasileira dos anos de 2015/2016 e dos seus reflexos no âmbito do direito do trabalho, tomando como base os conceitos de austeridade econômica e do direito do trabalho de exceção em Antônio Casimiro Ferreira¹. Estuda-se a emergência do direito do trabalho de exceção no Brasil, tendo em vista a disseminação de uma racionalidade pautada na urgência e inevitabilidade de ajustes econômicos estruturais como resposta a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, estabelecendo-se um conjunto de proposições assentadas no discurso da austeridade no sentido da restrição dos direitos sociais, dentre os quais, o corte no orçamento reservado à Justiça do Trabalho promovido pela LOA/2016 que afetou o funcionamento deste ramo especializado.

No primeiro capítulo, tomando como referenciais teóricos Manuel-Carlos Palomeque David Harvey analisa-se a formação histórica do direito do trabalho, enquanto instrumento de equilíbrio estrutural dos interesses antagônicos concernentes ao conflito base do capitalismo industrial², relacionando-o às crises econômicas, elemento central na reconfiguração do domínio capitalista³. Problematisa-se a ascensão do pensamento econômico neoliberal e a redução da proteção institucional do trabalhador a partir do discurso da crise econômica. Por fim, há a contextualização do fenômeno da financeirização do capital e suas implicações na crise econômica mundial iniciada nos anos de 2007/2008.

¹ FERREIRA, Antônio Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012.

² PALOMEQUE, Manuel-Carlos. **Direito do Trabalho e Ideologia**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 13-44.

³ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2011. .

Em Portugal, nos anos de 2011/2012, Antonio Casemiro Ferreira pesquisou a emergência do paradigma da austeridade e do direito do trabalho de exceção como reflexo das respostas governamentais à crise econômica Mundial de 2007/2008. Segundo o autor, estabeleceu-se um *projeto de austeridade neoliberal* fundamentado pelo sacrifício individual e legitimado pelo medo e incerteza. Nesse projeto, os pressupostos básicos do direito do trabalho são negados por intermédio da confluência de três aspectos principais: o paradoxo da soberania, a temporalidade de exceção e a jurisprudência de Austeridade⁴, objeto de análise do segundo capítulo.

No terceiro capítulo, tomando como base levantamento de dados do IBGE e IPEA, assinala-se a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, nos anos de 2015/2016, como consequência do contexto de instabilidades político-econômicas. Pretende-se analisar aspectos conjunturais da emergência de um direito do trabalho de exceção no Brasil, tendo em vista a consolidação da plataforma de austeridade neoliberal⁵, emplacada mais fortemente pelo governo de Michel Temer, logo após o impeachment da presidente Dilma Rousseff. O primeiro aspecto analisado é a pretensa reformulação das fontes do direito do trabalho no Brasil, objetivando acrescentar a prevalência do negociado sobre o legislado, a partir da tramitação da PL nº 6787/2016 (PLC nº 38/2017) que propõe a inclusão do artigo 661-A na CLT. O segundo aspecto, tem como enfoque a análise da tramitação da PEC 241/2016 (EC nº 95/2016), relativa ao teto de gastos públicos e a utilização de medidas provisórias pelo executivo na restrição de direitos e garantias ao trabalhador, que foram selecionadas e catalogadas em forma de tabela⁶.

O último aspecto analisado foi a atuação do STF na chancela das políticas de austeridade. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa jurisprudencial⁷, reunindo uma série de decisões voltadas à restrição de direitos trabalhistas, as quais podem ser estudadas sob a perspectiva de afirmação de uma jurisprudência de austeridade pelo Tribunal. Dentre as ações

⁴ FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012.

⁵ **Uma ponte para o futuro**. Fundação Ulysses Guimarães, PMDB, Brasília, 29 out. 2015.

⁶ Todas as informações foram obtidas em consulta à plataforma eletrônica da Câmara dos Deputados: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portallegis/legislacao1/medidasprovisorias/2011a2014>; <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portallegis/legislacao-1/medidas-provisorias/medidas-provisorias-2015-a-2018>. Acesso em: 03/06/2017.

⁷ Todas as informações foram obtidas a partir da consulta à plataforma eletrônica do STF: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/pesquisarProcesso.asp>. Acesso em: 04/06/2017.

selecionadas em tabela, foi examinada especificadamente a ADIn 5468, relativa ao corte de gastos orçamentários à Justiça do Trabalho, promovida pela LOA/2016, que repercutiu em amplo debate sobre a desconstrução do direito do trabalho na sociedade. Após contextualização, foram apresentados os argumentos contidos no PLOA/2016, objeto de impugnação pela ANAMATRA, bem como a utilização pelo STF do princípio da separação dos poderes para a compatibilização dessa medida legislativa com a CRFB/1988.

O trabalho adota uma perspectiva interdisciplinar, com ênfase nas áreas do direito do trabalho, direito constitucional e sociologia do direito. A metodologia envolveu o levantamento bibliográfico, legislativo e jurisprudencial, além da análise documental legislativa e judicial.

1. CRISE ECONÔMICA, DIREITO DO TRABALHO E A RACIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO

O presente capítulo analisa a relação entre o direito do trabalho e a crise econômica na legitimação do modo de produção capitalista. Primeiramente, examinam-se os aspectos históricos de formação do ramo jurídico laboral, contextualizado a partir da ascensão do capitalismo industrial e do novo conflito estabelecido na base da sociedade. Em seguida, a crise econômica é analisada como um dos fundamentos de reprodução do capitalismo, vez que atua historicamente na reconfiguração do domínio de classe. Após, problematiza-se a ascensão do pensamento econômico neoliberal e a redução da proteção institucional do trabalhador a partir do discurso da crise econômica. Por fim, examina-se o fenômeno da financeirização do capital e das suas implicações na crise econômica mundial de 2007/2008.

1.1 Lineamentos acerca da geografia histórica do capitalismo e a formação do direito do trabalho

Analisar a formação do direito do trabalho pressupõe situá-lo enquanto produto do modo de produção capitalista industrial⁸. Tal premissa está diretamente associada à consolidação da relação empregatícia como mecanismo de vinculação do trabalhador ao modelo econômico, tomando como referência o trabalho livre, subordinado e oneroso⁹. Há a emergência de novo conflito social entre empregador e trabalhador assalariado, cuja relação

⁸ “O direito do trabalho é, desde logo, uma *categoria cultural fruto do sistema capitalista industrial*¹. Não é, portanto, a resposta normativa ao conflito social laboral ou de trabalho em geral, na medida em que todas as sociedades históricas conheceram o trabalho como fonte de conflitos sociais sem que, por isso, possa registrar nesse seio o nascimento daquele sistema normativo², mas propriamente a reação ante o *conflito industrial*, o conflito entre o capital e o trabalho assalariado na sociedade capitalista industrial, o conflito que se gera na <grande indústria> do séc. XIX, caracterizada pela dupla concentração de capitais e de trabalhadores. Não é, pois, mais um conflito, dentro de uma estrutura social puramente conflituosa, mas, antes, de um autêntico motor de todas as suas contradições, do seu conflito central ou paradigmático.” PALOMEQUE, Manuel-Carlos. **Direito do Trabalho e Ideologia**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 17.

⁹ “A relação empregatícia, como categoria socioeconômica e jurídica tem seus pressupostos desmontados com o processo de ruptura do sistema produtivo feudal. Ao longo do desenrolar da Idade Moderna. Contudo, apenas mais a frente, no desenrolar do processo da Revolução Industrial, é que irá efetivamente se estruturar como categoria específica, passando a responder pelo modelo principal de vinculação do trabalhador livre ao sistema produtivo emergente. Somente a partir desse último momento, situado desde a Revolução Industrial do século XVII (e principalmente século XVIII), é que a relação empregatícia (com a subordinação que lhe é inerente) começará seu roteiro de construção de hegemonia no conjunto das relações de produção fundamentais da sociedade industrial contemporânea. Apenas a partir do instante em que a relação de emprego se toma a categoria dominante como modelo de vinculação do trabalhador ao sistema produtivo, é que se pode iniciar a pesquisa sobre o ramo jurídico especializado que se gastou em torno dessa relação empregatícia.” DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. ed. 14. São Paulo: LTR, 2015, p. 91.

expressa interesses essencialmente antagônicos, interligados, respectivamente, na diferenciação relativa ao domínio dos meios de produção e à composição da força de trabalho:

“No sistema de produção capitalista, o processo de produção de bens e serviços expressa-se através da combinação de diversos fatores que intervêm no mesmo, a partir de uma relação básica, que é a troca de trabalho assalariado por salário. [...] Na relação de troca de trabalho por salário, os sujeitos que a protagonizam esgrimem interesses, não só distintos, mas contrapostos. Tal significaria que na própria raiz da relação de trabalho assalariado se instalou um conflito social de carácter estrutural (contraposição de interesses entre aqueles dominam os meios de produção e aqueles que oferecem exclusivamente trabalho dependente).”¹⁰

Marx destaca o carácter revolucionário promovido pelo Capital, ressaltando o incremento do modelo produtivo baseado na cooperação, isto é, “forma de trabalho onde muitos operários trabalham lado a lado e em conjunto, num mesmo processo de produção, ou em processos diferentes, mas relacionados”¹¹, fundamentado pela divisão do trabalho, classicamente expressa na manufatura¹². Contudo, ruptura paradigmática há com o surgimento da grande indústria, visto que esta, agora simbolizada pela máquina, reconfigura o pressuposto inicial da transformação produtiva, que não é mais a força de trabalho¹³.

É imprescindível destacar os fatores chaves do processo de ascensão do capitalismo enquanto categoria dominante, quais sejam as revoluções burguesa e industrial. A racionalidade liberal transformou-se em concepção de mundo,¹⁴ fundamentando-se a partir da igualdade jurídica formal e a autonomia da vontade. Em primeira análise o impacto é reconhecer sujeitos de direito, até então juridicamente inexistentes no âmbito das relações laborais, sob a figura do trabalhador “livre”. Daí decorre a inequívoca problemática na relação de poder-dependência, significando que o trabalhador assalariado, além de se submeter à sujeição produtiva típica, é também economicamente dependente do empregador¹⁵.

Esse processo histórico conduz a um contexto de superexploração do trabalhador e, gradativamente, a necessidade de intervenção do Estado, que já não mais pode se abster,

¹⁰ PALOMEQUE, Manuel-Carlos. *Direito do Trabalho e Ideologia*. Coimbra: Almedina, 2001, p. 17-18.

¹¹ MARX, KARL. *O Capital*. 2. Ed. Resumida por Borchardt, Julian. Traduzida por SCHMIDT, Ronaldo Alves. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 58.

¹² Op. Cit. p. 64.

¹³ “Na manufatura, o ponto de partida da transformação do modo de produção é a fôrça de trabalho; na grande indústria é o meio de trabalho. Logo, é preciso de início procurar saber como a máquina se distingue do instrumento de trabalho [...] Desde que a verdadeira ferramenta, operando na matéria-prima, passou do homem para o mecanismo, a simples ferramenta transformou-se em máquina.” Op. Cit. p. 81-82.

¹⁴ PALOMEQUE, Manuel-Carlos. *Direito do Trabalho e Ideologia*. Coimbra: Almedina, 2001, p. 20-21.

¹⁵ NUNES, António José Avelãs. *Os trabalhadores e a crise do capitalismo*. 1.ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 33.

conforme determinava a doutrina liberal clássica, pois a crescente mobilização dos trabalhadores, a partir de uma construção de consciência coletiva, pressionava o Estado a responder esse dilema, até mesmo para o intuito de manutenção do sistema capitalista¹⁶. É justamente no cerne dessa conjuntura que o direito do trabalho erige, com a percepção de que a relação laboral *sui generis* estabelecida pelo modo de produção capitalista industrial deveria ser regulada por ramo jurídico especializado e unitário:

“A confrontação entre o trabalho assalariado e o capital informa, assim, transversal e longitudinalmente, a sociedade de classes, o que iria exigir, historicamente, a criação de uma nova estrutura normativa canalizadora do novo conflito social básico, uma vez que eram inúteis já, a tal fim, os corpos normativos da sociedade pré-industrial, que seria então, o ordenamento jurídico-laboral. A funcionalidade ou razão histórica do Direito do Trabalho como disciplina jurídica independente é, por isso, a de servir ao processo de juridificação do conflito entre o trabalhador assalariado e o capital, da sua canalização ou institucionalização pelo Estado.”¹⁷

Classicamente, apontam-se quatro fases determinantes para o desenvolvimento do direito do trabalho, quais sejam, formação, intensificação, consolidação e autonomia.¹⁸ É válido ressaltar a importância histórica dessa análise, contudo, deve se ter em mente o seu caráter eminentemente descritivo. Em outras palavras, as quatro fases não constituem uma periodização explicativa do substrato de formação do direito do trabalho nos países capitalistas centrais, apesar de tais fases se referirem à formação do direito do trabalho nestes países¹⁹. À procura de compreensão mais geral e sistemática deste fenômeno, aborda

¹⁶ “As terríveis consequências do maquinismo e da exaltação capitalista dos princípios liberais, haveriam de conduzir a quadros negros: jornadas de trabalho esgotantes (<de sol a sol>), salários de fome (no limite da subsistência física do trabalhador, que permitisse a reprodução da força de trabalho), condições laborais precárias e ambientes nocivos e insalubres; exploração qualificada do trabalho feminino e dos menores (as chamadas < médias forças >), relativamente aos quais as miseráveis condições gerais se agravam; [...] Em suma, tinha-se atingido a exploração sistemática do proletariado industrial, que via, realmente, ameaçada a sua permanência histórica como grupo social diferenciado.” PALOMEQUE, Manuel-Carlos. **Direito do Trabalho e Ideologia**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 23-24.

¹⁷ PALOMEQUE, Manuel-Carlos. **Direito do Trabalho e Ideologia**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 19.

¹⁸ Segundo Maurício Godinho Delgado tal proposta de classificação foi formulada pelos autores Granizo e Rothvoss, sendo amplamente citados na doutrina nacional. GRANIZO; ROTHVOSS, 1935, p. 24-27 *Apud* DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. ed. 14. São Paulo: LTR, 2015, p. 98. Vide a nota de rodapé número 16 da supracitada obra, na qual Godinho aborda as referências da classificação de Granizo e Rothvoss nas obras de Délio Maranhão, José César Oliveira e Alice Monteiro de Barros.

¹⁹ “Há uma específica tipologia (dos autores Granizo e Rothvoss), bastante recorrente em manuais sobre Direito do Trabalho, que foi claramente delineada a partir desses marcos históricos acima apontados. Esses dois autores percebem a existência de quatro fases principais na evolução do Direito do Trabalho: formação, intensificação, consolidação e autonomia. [...] Não há dúvida de que a periodização de Granizo e Rothvoss é bastante descritiva de importantes eventos da História do Direito do Trabalho. Contudo, à semelhança de outras periodizações correntes tem o inconveniente de não permitir nenhuma compreensão mais sistemática sobre o padrão de organização do mercado de trabalho e de sua normatização jurídica nos países desenvolvidos ocidentais. É periodização descritiva mas não explicativa da substância do Direito do Trabalho e dos modelos justralhistas aos quais se refere.” DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. ed. 14. São Paulo: LTR, 2015, p. 98.

Maurício Godinho Delgado além dos tradicionais contextos, uma conjuntura que norteará posteriormente o presente trabalho: a Crise e Transição do ramo *justrabalista*²⁰.

Destaca-se inicialmente o advento de legislações esparsas com intuito de amenizar a situação de depauperamento dos trabalhadores²¹, simbolizadas na *Peel's Act* (1802), que regulou condições do trabalho infantil na Inglaterra. Ainda não havia o reconhecimento jurídico de organizações dos trabalhadores, pois o entendimento era que se constituía óbice à liberdade de trabalho, historicamente concebida nas legislações francesa e inglesa, respectivamente, *Le Chapelier* (1791) e *Combinations Acts* (1799 e 1800)²². Os primeiros esforços de regulação do conflito laboral são constituídos, mas ainda não há que se falar no surgimento de ramo jurídico unitário, haja vista o caráter pontual e assistemático de tais medidas, com forte apelo humanitário, principalmente, voltadas à proteção de mulheres e crianças²³.

Há gradativamente a sistematização e consolidação do ramo *justrabalista*, momento histórico associado às crescentes mobilizações dos trabalhadores industriais, que começam a ser juridicamente reconhecidas²⁴. Tanto o Manifesto Comunista (1848) quanto o movimento cartista são marcos estruturantes da concepção coletiva dos trabalhadores, além do mais simbolizam canalização de resistências à estrutura institucional dominante, amplamente questionada na Revolução da França (1848)²⁵. Tal processo culminou com o reconhecimento por parte das principais economias mundiais à época, na Conferência de Berlim (1890), da necessidade de novas formas de regulação do mercado de trabalho, preocupação também demonstrada na Encíclica papal *Rerum Novarum* (1891)²⁶.

²⁰ DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. ed. 14. São Paulo: LTR, 2015, p. 99.

²¹ Marx elenca alguns efeitos da emergência da sociedade industrial, dentre eles, o depauperamento moral de crianças e mulheres fazendo referência à obra *A Situação das Classes Trabalhadoras na Inglaterra*, de Engels, motivo pelo qual se abstém de maiores detalhes: “Não preciso pois aqui me deter. Mas esse empobrecimento intelectual, que ocorre porque os homens, antes de ter chegado a sua maturidade, foram transformados em simples máquinas tendo por função produzir mais-valia, e que é preciso distinguir cuidadosamente da ignorância natural que deixa o espírito sem cultura, essa falta de desenvolvimento fôz finalmente o Parlamento Inglês a decretar que em todas as indústrias submetidas à lei sobre as fábricas a instrução elementar seria condição legal para utilização produtiva de crianças com menos de 14 anos.” MARX, KARL. **O Capital**. 2. Ed. Resumida por Borchardt, Julian. Traduzida por SCHMIDT, Ronaldo Alves. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 92-93.

²² PALOMEQUE, Manuel-Carlos. **Direito do Trabalho e Ideologia**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 26.

²³ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. ed. 14. São Paulo: LTR, 2015, p. 99.

²⁴ PALOMEQUE, Manuel-Carlos. **Direito do Trabalho e Ideologia**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 26-27.

²⁵ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. ed. 14. São Paulo: LTR, 2015, p. 100.

²⁶ Op. Cit. p. 100-101.

A exacerbação do conflito laboral conduziu a novas estratégias de atuação no sentido da institucionalização do ramo jurídico trabalhista, isto é, houve um processo de completa assimilação do direito do trabalho pela dinâmica das instituições sociais e estatais²⁷. Cria-se a OIT (1919) e os direitos trabalhistas ganham relevância no âmbito constitucional, fenômeno prenunciado pela Constituição Mexicana (1917) e de Weimar (1919), estabelecendo-se princípios estruturantes, tais como, a valorização do trabalho humano e a justiça social²⁸. Há a emergência do Estado Providência²⁹, Social ou de Bem-estar Social, com a ressignificação das relações laborais, tomando como referencial a materialização da liberdade individual e coletiva dos trabalhadores. Em outras palavras, o trabalhador abstratamente livre transmuda-se em sujeito de direitos fundamentais, os quais passam a ser perseguidos pelo Estado e pela sociedade, dentre estes direitos estão a promoção do trabalho digno e a ampla liberdade sindical³⁰.

²⁷ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. ed. 14. São Paulo: LTR, 2015, p. 102.

²⁸ Nesse sentido, destaca-se como marco paradigmático a nível internacional a Declaração da Filadélfia (1944) que restabelece princípios estruturantes do ramo jurídico *juslaboral*, dentre os quais, a promoção da justiça social e a compreensão desmercantilizada do trabalho: “A declaração estabelece um entendimento amplo acerca da importância do social e, muito particularmente, do valor do trabalho e dos seus direitos, assentes no princípio de que ‘o trabalho não é mercadoria’ e na valorização deste como mecanismo de redistribuição e promoção da justiça social. Circunstâncias relevantíssimas para as décadas seguintes, em que se assiste à consolidação, nas sociedades ocidentais desenvolvidas, do designado Estado-providência e da relação salarial fordista.” FERREIRA, Antônio Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012, p. 19.

²⁹ A contextualização do surgimento do Estado-providência subjaz de central relevância no âmbito da institucionalização do Direito do Trabalho, assim como no posterior contexto de Crise e transição do direito do trabalho, inclusive, estando este contexto intimamente associado ao desmantelamento do Estado-Providência. Nesse sentido, destaca-se a obra de Antônio Rodrigues de Freitas Junior: “Dizendo de outro modo: nada obstante o que possa exibir de ‘aprofundamento do Estado protecionista clássico’, como adequadamente sugere ROSANVALLON (1981: 20 – 21), o Estado-Providência encerra uma espécie de ‘pacto’ político, certamente capaz de engendrar formações sociais de igual modo específicas as quais, embora possivelmente dotadas de alguma porção de auto-referibilidade, como sustenta KING (1988), aparecem de algum modo indissociavelmente ligadas a um período de reconstrução social caracterizado [1] por uma forte presença das organizações sindicais do trabalhadores na agenda política; [2] pela fragilidade das alianças no terreno da política partidária; [3] pela necessidade de pautar, ainda que em limites e ritmos diversos, a legitimidade do sistema político [3.1] fortes o bastante para pôr em questão a estabilidade política do Estado-Nação, [3.2] mas incapazes de imprimir uma agenda de mudanças políticas recortadas por um caráter de classe alternativo; [4] pela expansão, na qualidade de direitos de ‘cidadania social’, como designa BARCELLONA (1991: 31 e ss), dos domínios de cobertura social das necessidades e carências, por intermédio da ação direta ou indutora do Estado-Nação; e [5] pelo aprofundamento da intervenção reguladora do Estado-nação sobre os limites da autonomia contratual entre atores materialmente desiguais, em especial, entre empregados e empregadores”. FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues de. **Direito do trabalho na era do desemprego: Instrumentos jurídicos em políticas públicas de fomento à ocupação**. 1ª edição. São Paulo: LTr, 1999, p. 50.

³⁰ No âmbito do fenômeno da constitucionalização dos direitos laborais destaca-se o reconhecimento dos sindicatos, da liberdade sindical e os direitos decorrentes, que serviram de base das democracias sociais, gradualmente reconhecidos a nível constitucional: “O sindicato converte-se numa instituição essencial, para os fins a que constitucionalmente se propõe o Estado, que dispõem de um quadro reforçado de tutela. A liberdade sindical e o conjunto de direitos que integram o seu conteúdo essencial, não é já apenas um instrumento básico de auto-tutela para a classe trabalhadora, mas, simultaneamente, um dos pilares da estrutura institucional dos Estados democráticos de capitalismo avançado. A partir da Constituição alemã de Weimar (1919), o sindicato e a liberdade sindical receberam consagração constitucional nos textos fundamentais modernos como a Constituição italiana de 1947 (art. 39), a constituição francesa de 1958 (preâmbulo da de 1946 mantido em

Sucedeu-se, então, um processo de desestruturação do modelo de Estado-providência³¹ e do modo de organização econômica taylorista-fordista³², tendo como marco histórico a Crise do Petróleo (1973). Nesse aspecto, assinala-se o incremento do fenômeno da globalização, entendido não apenas como fase do capitalismo, mas também enquanto processo de integração econômica global. Tal fase possui como pressupostos a generalização do sistema capitalista, reconfigurado pela hegemonia do capital financeiro-especulativo, pelas novas formas de tecnologia e pelos novos modos de organização produtiva³³. A globalização ainda conta com requisitos da consolidação do neoliberalismo, da ausência de contraponto ao capitalismo, diante o colapso do regime socialista soviético, e do enfraquecimento dos movimentos sindicais, provocando alterações substanciais nas políticas públicas dos países centrais e, após, nos países periféricos,³⁴ com a hegemonização das perspectivas de desregulamentação, mormente voltada para reformar o direito do trabalho, com a redução das normas e instituições voltadas para um controle do mercado.

1.2 O enigma do capital: as crises econômicas enquanto instrumentos de reconfiguração do domínio de classe

De antemão, é válido ressaltar que as crises econômicas são elementos centrais para a reprodução histórica do modo de produção capitalista, isso é, “são tão necessárias para a

vigor), a Constituição portuguesa de 1976 (arts. 55 e 56), ou, finalmente a Constituição espanhola de 1978 (art. 7 e 28.1)”. PALOMEQUE, Manuel-Carlos. **Direito do Trabalho e Ideologia**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 27.

³¹ Vide FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues de. **Direito do trabalho na era do desemprego: Instrumentos jurídicos em políticas públicas de fomento à ocupação**. 1ª edição. São Paulo: LTr, 1999, p. 79-89.

³² Antônio Rodrigues de Freitas Junior, tomando como base a obra de HIRSCH, aborda a conjuntura econômica e política a nível macro da consolidação do fordismo, com destaque a reorganização taylorista do processo laboral, concebendo-se, dentre outras características, a partir da autossuficiência na concentração produtiva em cadeia, elevada estratificação de comando e remuneração padronizada a nível hierárquico. Contudo, gradualmente foram introduzidas modificações, fundamentando novos paradigmas de organização do trabalho: “[1] em vez de auto-suficiência, a medida da eficiência passaria a ser a agilidade e a adaptabilidade; [2] o cliente-alvo deixaria de ser aquele baseado estritamente no mercado nacional, de modo que os horizontes de competitividade em pouco tempo ultrapassariam barreiras nacionais; [3] como estratégia para o enfrentamento das crises, além da contínua adaptação por intermédio do paradigma do *kaizen*, o paradigma emergente preconizará a identificação e a delimitação dos nichos específicos de demanda potencial, associadas à progressiva redução do nível de concentração, por intermédio dos mecanismos *downsizing*, bem como enfatizara o desenvolvimento de tecnologias de curto período de maturação; e [4] sob ângulo das políticas de recursos humanos, em lugar das grandes concentrações fabris, a empresa construída sob o paradigma emergente preconizara a contínua otimização do pessoal ocupado, a terceirização das atividades não estratégicas, bem como o oferecimento de uma remuneração seletivamente atraente, segundo critérios de compromisso com os objetivos da empresa, e de produtividade individual ou setorial”. Op. Cit, p. 65 e 97-99.

³³ DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2015, p. 15-20.

³⁴ Op. Cit. p. 20-21.

evolução do capitalismo como o dinheiro, o poder do trabalho e o próprio capital”³⁵. Estudos apontam que a sustentabilidade desse modo de produção está associada à taxa de expansão composta de 3% ao ano, menos que isso há indícios de fragilidade. E, especialmente, quando há uma taxa inferior a 1%, crises econômicas são instaladas³⁶. Nesses períodos de recessão novas relações de produção e investimento são constituídas, ou seja, ocorrem reconfigurações de poder no sentido da reordenação das instabilidades sistêmicas e manutenção do *status quo* dominante.³⁷

Há de se ter em mente que estes ciclos reprodutivos são contínuos na geografia histórica do capitalismo, não obstante exista diversidade quanto às tendências de formação, além de pluralidade quanto à quantidade e intensidade, quando se compara contextos históricos específicos³⁸. Em que se pese a importância histórica das teorizações tradicionais, quanto aos padrões de formação das crises, assevera Harvey a compreensão a partir dos limites e barreiras da acumulação do capital, evidenciando a estratégia de superação provisória dos desequilíbrios sistêmicos,³⁹ nos seus próprios termos, “as tendências de crise não são resolvidas, apenas deslocadas”⁴⁰.

É justamente a partir dos escritos de Karl Marx que se problematiza a concepção de equilíbrio econômico⁴¹, base para posteriores estudos de contestação aos referenciais dominantes⁴², no sentido de evidenciar os fundamentos do capital em acentuar o desequilíbrio

³⁵ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 100.

³⁶ “Ao longo da história do capitalismo, a taxa composta de crescimento real foi de cerca de 2,25% ao ano (negativa em 1930 e muito maior – cerca de 5% – no período de 1945 a 1973). O consenso atual entre os economistas e na imprensa financeira é que uma economia ‘saudável’ do capitalismo, em que a maioria dos capitalistas obtém um lucro razoável, expande-se em 3% ao ano. Quando se cresce menos do que isso, a economia é considerada lenta. Quando se obtém abaixo de 1%, a linguagem de recessão e a crise estouram (muitos capitalistas não têm lucro).” Op. Cit. p. 30.

³⁷ Op. Cit. p. 18.

³⁸ Tais comparações não podem ser prescindidas da análise dos modelos de organização do capitalismo, historicamente adaptados e transformados no decurso histórico da acumulação. Desde já, aponta-se que o recorte a ser analisado posteriormente é relativo ao aumento substancial da quantidade e abrangência das crises econômicas a partir da década de 1970, tendo em vista o fenômeno da financeirização, objeto que constituirá o enfoque do tópico 1.4. Vide HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 52.

³⁹ Op. Cit. p. 99.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ “Acrescenta-se a isso, ainda, que o equilíbrio é sempre devido ao acaso e que, se a proporção no emprego dos capitais investidos nos diversos ramos da produção não cessa de tender a se equilibrar, a permanência desse equilíbrio supõem, por sua vez, a não menos permanente desproporção à qual não se deixa de colocar fim, frequentemente de forma violenta.” MARX, KARL. **O Capital**. 2. Ed. Resumida por Borchardt, Julian. Traduzida por SCHMIDT, Ronaldo Alves. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 285.

⁴² HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 64-65.

das forças econômicas e, conseqüentemente, propiciar crises. A literatura afirma serem as crises consubstanciais ao capitalismo, necessárias para sua permanência, pois ampliam a acumulação do capital.

“O que eles também mostraram foi que as crises são, de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável. Durante uma crise, como esta em que estamos agora, é sempre importante manter esse fato em mente. Temos sempre a perguntar: o que está sendo racionalizado aqui e que direção estão tomando as racionalizações, uma vez que isso é o que vai definir não apenas a nossa forma de saída da crise, mas o caráter futuro do capitalismo? Em tempos de crise há sempre opções. Qual delas é escolhida depende criticamente da relação das forças de classe e das concepções mentais sobre o que poderia ser possível.”⁴³

Em suma, as crises econômicas são racionalizadoras de um sistema capitalista fundamentalmente insustentável, isto é, são instrumentos de reconfiguração do domínio de classe que têm como base a superação artificial de barreiras⁴⁴, no sentido da acumulação expansiva do capital, em espaços interligados de forma desordenada⁴⁵. Portanto, conclui-se que há múltiplas respostas que podem ser dadas às crises econômicas, posto que estejam relacionadas ao conflito entre as forças sociais existentes e os discursos e ideologias preponderantes, e são esses os fatores que conformam o direito do trabalho em seu alcance e sentido. Nesse mesmo raciocínio, é possível compreender que divergentes leituras afiguram-se historicamente a partir da afirmação/expansão e negação/redução do ramo *juslaboral* diante da força contraposta entre o trabalho e o capital e das concepções hegemônicas estabelecidas.⁴⁶

⁴³ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 65.

⁴⁴ “Há, portanto, dentro da geografia histórica do capitalismo, uma luta perpétua para converter limites aparentemente absolutos em barreiras que possam ser transcendidas ou contornadas. Como isso acontece e quais são os limites principais? O exame do fluxo de capital por meio da produção revela seis barreiras potenciais à acumulação, que devem ser negociadas para o capital ser reproduzido: i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado.” Op. Cit. p. 46-47.

⁴⁵ Op. Cit. p. 132.

⁴⁶ “O movimento de redução e expansão do direito do trabalho é uma decorrência da sua estreita relação com a crise econômica, sua companheira de viagem. O direito do trabalho surge de crises, ganha destaque com as crises, é combatido a cada crise que se apresenta, mais do que qualquer outro ramo do direito sofre os efeitos das medidas adotadas para combater as crises e dele é exigido que mostre a sua força especialmente em momentos de crise. Em razão de crises econômicas, o próprio direito do trabalho é colocado em crise, com questionamentos dos seus princípios fundamentais, da relação entre suas fontes, da sua finalidade e das suas funções.” ALMEIDA, Cléber Lúcio. **Redução e expansão do direito do trabalho: por um direito do trabalho de segunda geração**. In: TEODORO, Maria Cecília Máximo *et al* (coord.). **Direito material e processual do trabalho**: III Congresso Latinoamericano de Direito Material e Processual do Trabalho. São Paulo: LTr, 2016, p. 41.

1.3 O discurso da crise, o neoliberalismo e a redução da proteção institucional ao trabalhador

Crise econômica não implica necessariamente em retrocesso de direitos individuais e sociais, inclusive, o aumento da proteção ao trabalhador em contextos de recessão encontra exemplos na história⁴⁷. Compreender a complexidade da relação entre a crise econômica e o direito do trabalho perfaz situá-la enquanto processo de influências históricas. Como bem aduz Manuel-Carlos Palomeque, a relação entre crise e direito do trabalho ocorre em ciclos, pois as modificações econômicas influenciam na construção institucional do direito, seu “companheiro histórico de viagem”⁴⁸. Ademais, é válido reforçar que tais influências não se restringem a determinado contexto histórico, como o período analisado a seguir, relativo à década de 70 em diante, pois a crise econômica conforma o direito do trabalho desde os primórdios da formação deste ramo jurídico⁴⁹.

Não obstante, evidencia-se aumento quantitativo e qualitativo das conjunturas de recessão econômica a partir da década de 1970⁵⁰, significando um maior número e uma progressiva abrangência das crises, a partir da primeira grande crise global, a posteriori da Segunda Guerra, a Crise do Petróleo (1973)⁵¹. Esse contexto está interligado à emergência de nova concepção hegemônica de pensamento: o neoliberalismo, entendido como marco na revitalização do poder capitalista frente aos avanços da classe trabalhadora⁵². É fundamentada, pelo discurso neoliberal, a ideia de que não haveria alternativas, especialmente

⁴⁷ PALOMEQUE, Manuel Carlos. **Un compañero de viaje histórico del Derecho del trabajo: la crisis económica**. Revista de Política Social, Madrid, n. 143, julho-setembro de 1984, p. 20.

⁴⁸ PALOMEQUE, Manuel-Carlos. **Direito do Trabalho e Ideologia**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 39.

⁴⁹ “É imprescindível, no entanto, reter neste ponto uma dupla noção de transcendental importância: 1) a crise econômica é uma realidade que tem acompanhado o Direito do Trabalho, pelo menos de forma intermitente, ao longo do seu percurso histórico, para converter-se, certamente, num < companheiro histórico de viagem > da mesma, incômodo se se quiser; e 2) a crise econômica exerceu sempre a sua influência no quadro institucional do Direito do Trabalho e não só, na verdade, a partir da metade dos anos setenta do presente século.” Ibidem.

⁵⁰ “Crises financeiras e monetárias têm sido características de longa data da geografia histórica do capitalismo. Mas sua frequência e profundidade aumentaram acentuadamente desde 1970, mais ou menos, e temos de lidar com o porquê de isso estar acontecendo e pensar no que poderia ser feito.” Idem.

⁵¹ Op. Cit. p. 14.

⁵² “A resposta depende do que entendemos com a palavra neoliberalismo. Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto.” Op. Cit. p. 16.

no âmbito trabalhista, se não forem empreendidas reformas que visem à desregulamentação das relações laborais.

O surgimento da teoria neoliberal remete inicialmente à criação da *Mont Pelerin Society* (1947), sociedade composta, dentre outros, por Ludwig von Mises, Milton Friedman e Karl Popper, afirmando a preservação da propriedade privada e da competitividade dos mercados como meio de assegurar a liberdade individual, tomando como referência os estudos do filósofo político Friedrich von Hayek⁵³. Tal escola de pensamento foi diretamente influenciada pela economia neoclássica, no que tange os valores do livre mercado, e contrapõe-se às teorias clássicas e marxista⁵⁴. Foi a partir da década de 70 que o neoliberalismo ganhou notoriedade acadêmica e política, tornando-se modelo econômico dominante de políticas públicas governamentais das principais economias capitalistas⁵⁵. Na posição de precursor, destaca-se o governo de Margaret Thatcher que, eleita a partir de agenda econômica reformista, introduziu medidas de desestruturação do poder sindical, desmantelamento do Estado Providência, privatização das empresas públicas, dentre outras⁵⁶.

⁵³ HARVEY, David. **O neoliberalismo - história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 29.

⁵⁴ “Os membros do grupo se descreveram como “liberais” (no sentido europeu tradicional) devido a seu compromisso fundamental com ideais de liberdade pessoal. O rótulo ‘neoliberal’ marcava sua adesão aos princípios de livre mercado da economia neoclássica que emergira na segunda metade do século XIX (graças aos trabalhos de Alfred Marshall, William Stanley Jevons e Leon Walras) para substituir as teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo e, naturalmente, Karl Marx”. Op. Cit. p. 29-30.

⁵⁵ “Mas esse movimento permaneceu à margem tanto da política como da influência acadêmica até os conturbados anos da década de 1970. A partir de então, começou a ocupar o centro do palco, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, nutrido por vários bem financiados bancos de idéias (rebentos da Mont Pelerin Society, como o Institute of Economic Affairs, de Londres, e a Heritage Foundation, de Washington), bem como mediante sua crescente influência na academia, particularmente na Universidade de Chicago, em que reinava Milton Friedman. A teoria neoliberal obteve respeitabilidade acadêmica quando Hayek em 1974 e Friedman em 1976 ganharam o prêmio Nobel de economia. [...] Mas a dramática consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica de regulação da política pública no nível do Estado no mundo capitalista avançado ocorreu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha em 1979.” Op. Cit. p. 31.

⁵⁶ “Thatcher reconhecia que isso significava nada menos que uma revolução em políticas fiscais e sociais, e demonstrou imediatamente uma forte determinação de acabar com as instituições e práticas políticas do Estado socialdemocrata que se consolidara no país a partir de 1945. Isso envolvia enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva (como as expressas pela governança municipal e mesmo o poder de muitos profissionais e de suas associações), desmantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas (incluindo as dedicadas à moradia popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimento externo (particularmente do Japão). Ficou famosa sua declaração: ‘a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais’ - e, acrescentou depois suas famílias. Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares. O ataque ideológico nessas linhas advindo da retórica de Thatcher era implacável; como ela mesma disse, ‘a economia é o método, mas o objetivo é transformar espírito’. E transformar ela de fato transformou, ainda que de modo algum completa e abrangentemente, para não falar sem custos políticos.” Op. Cit. p. 32.

É válido destacar que posteriormente o Conselheiro-chefe Econômico do governo inglês sugeriu que as políticas de austeridade relativas à contenção de gastos públicos e arrocho salarial constituiu estratégia de desestruturação do poder da classe trabalhadora, escamoteada pelo discurso da crise relativo ao combate a inflação⁵⁷. Assim como Thatcher, o governo Reagan renunciou a internacionalização da agenda neoliberal por intermédio do aprofundamento do nexo Estado-finanças⁵⁸, estabelecendo-se o mercado global e crescentemente interligado em uma lógica financeira de absorção dos excedentes e embasado no endividamento. Privatizar os lucros e socializar os riscos⁵⁹, através de uma ampla margem de atuação e restrita regulamentação do mercado financeiro, constituiu-se em regra. Isto tudo fundamentando o livre comércio, o livre mercado e a promoção de uma agenda política de proteção irrestrita aos bancos em detrimento dos direitos dos cidadãos⁶⁰.

A hegemonia do pensamento neoliberal está relacionada não só a sua emergência no plano das agendas políticas dos Estados nacionais, como também na consolidação de instituições e organizações internacionais, tais como o Banco Mundial, FMI e OMC, responsáveis por propagar medidas de ajustes estruturais da economia norteadas pela racionalidade do mercado financeiro⁶¹. Tal processo conduziu a reestruturação do poder da

⁵⁷ “[...] havia pessoas como Ronald Reagan, Margaret Thatcher e o general Augusto Pinochet à espera, armados com a doutrina neoliberal, preparados para usar o poder do Estado para acabar com o trabalho organizado. Pinochet e os generais brasileiros e argentinos o fizeram com poderio militar, enquanto Reagan e Thatcher orquestraram confrontos com o grande trabalho, quer diretamente no caso do confronto de Reagan com os controladores de tráfego aéreo e a luta feroz de Thatcher com os mineiros e os sindicatos de impressão, quer indiretamente pela criação de desemprego. Alan Budd, conselheiro-chefe econômico de Thatcher, mais tarde admitiu que ‘as políticas dos anos 1980 de ataque à inflação com o arrocho da economia e gastos públicos foram um disfarce para esmagar os trabalhadores’, e assim criar um ‘exército industrial de reserva’, que minaria o poder do trabalho e permitiria aos capitalistas obter lucros fáceis para sempre.” HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 21.

⁵⁸ Segundo Harvey a expressão “nexo Estado-finanças” se refere a conjunto de acordos provenientes da correlação entre os poderes estatal e o financeiro, tal concepção enquanto fundamento do atual sistema de crédito expressa-se na existência de estruturas governamentais “nas quais a gestão do Estado para a criação do capital e dos fluxos monetários torna-se parte integrante, e não separável, da circulação do capital. A relação inversa também se sustenta na medida em que impostos ou empréstimos fluem para os cofres do Estado e na medida em que as funções do Estado também se monetarizam, mercantilizam e, finalmente, privatizam.” Op. Cit. p. 47-48.

⁵⁹ Op. Cit. p. 16.

⁶⁰ “A administração da crise fiscal de Nova York abriu pioneiramente o caminho para práticas neoliberais, tanto domesticamente, sob Reagan, como internacionalmente por meio do FMI na década de 1980. Estabeleceu o princípio de que, no caso de um conflito entre a integridade das instituições financeiras e os rendimentos dos detentores de títulos, de um lado, e o bem-estar dos cidadãos, de outro, os primeiros devem prevalecer. Acentuou que o papel do governo é criar um clima de negócios favorável e não cuidar das necessidades e do bem-estar da população em geral.” HARVEY, David. **O neoliberalismo - história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 58.

⁶¹ “O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do ‘fundamentalismo do livre mercado’ e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o ‘ajuste estrutural’. O México foi um dos primeiros Estados recrutados para aquilo que iria se tornar uma crescente coluna de aparelhos neoliberais de Estado em

classe capitalista apoiada, fundamentalmente, pela injunção dos fluxos monetários globais e das políticas de desregulamentação social e econômica. Nesse sentido, afirma David Harvey, o neoliberalismo “apoiou-se pesadamente em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural”⁶². Destaca-se o Consenso de Washington (1989)⁶³ como marco simbólico da consolidação desta agenda desregulamentadora, reflexa ao desmonte dos modelos políticos norteados pela solidariedade social⁶⁴.

A flexibilização das relações trabalhistas⁶⁵ foi uma tendência da introdução do pensamento econômico neoliberal, orientado pela redução da proteção institucional ao trabalhador e pela restrição da liberdade sindical. Segundo Ermida Uriarte⁶⁶ este fenômeno implicou, especialmente na América Latina, reformas legislativas orientadas, primeiramente, pela diminuição dos benefícios trabalhistas e pelo desprestígio ao contrato individual de trabalho. Em segundo lugar, alguns países tomaram a decisão pela privatização dos regimes de seguridade social⁶⁷. Muito embora não haja evidências empíricas comprovando os efeitos

todo o mundo. Mas o caso do México demonstrou na verdade uma diferença essencial entre a prática liberal e a neoliberal: naquela, os emprestadores assumem as perdas decorrentes de más decisões de investimento, ao passo que sob esta última os tomadores são forçados pelo Estado e por forças internacionais a assumir o ônus do custo do pagamento da dívida sejam quais forem as consequências para a vida e o bem-estar da população local”. HARVEY, David. O neoliberalismo - história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 38.

⁶² Idem.

⁶³ “Trata-se de um consenso no sentido de impor ao mundo o catecismo monetarista e neoliberal: a liberdade plena de circulação de capitais; a desregulamentação dos mercados de capitais, incluindo o mercado de divisas; o combate prioritário a inflação e a desvalorização das políticas de promoção de emprego; a privatização das empresas públicas, incluindo as que produzem e fornecem serviços públicos; a adoção de políticas tributárias favoráveis aos muitos ricos e às grandes empresas; a rejeição de qualquer ideia de equidade e de quaisquer políticas de redistribuição do rendimento em favor dos titulares de rendimentos mais baixos; a flexibilização do mercado de trabalho e a contenção ou redução dos salários reais, num mundo em que a mundialização do mercado de trabalho significou um aumento enorme do exército industrial de reserva e constituiu um estímulo poderoso à deslocalização de empresas, em busca de mão-de-obra mais barata e sem direitos.” NUNES, António José Avelãs. **Uma leitura crítica da actual crise do capitalismo**. Coimbra: Boletim de Ciências Econômicas Liv., 2011, p. 19-20.

⁶⁴ FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012, p. 23-24.

⁶⁵ Nesse sentido, destaca-se análise de Jose Dari Krein: “Na sua essência, a flexibilização é uma tendência presente em praticamente todos os países capitalistas centrais e em desenvolvimento, com diferentes intensidades e temporalidades, forjada a partir da crise dos anos 70, que, na visão conservadora e hegemônica, seria necessário ocorrer um ajuste das relações de trabalho à nova ordem social, econômica e política. A flexibilização aparece como “resposta” a um ambiente em que tende a se intensificar a concorrência intercapitalista, num contexto de instabilidade e baixo dinamismo do produto, crescente importância do capital financeiro (financeirização), prevalência de políticas econômicas restritivas voltadas ao controle da inflação e elevação do desemprego”. KREIN, José Dari. **Tendências Recentes nas relações de emprego: 1980 – 2005**. Instituto de Economia Escola, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

⁶⁶ ERMIDA URIARTE, Oscar. **A política laboral dos governos progressistas**. In: Revista Nueva Sociedad, n. 211, Argentina, Setembro/Outubro de 2007.

⁶⁷ Em relação ao desprestígio da relação individual de trabalho Uriarte aborda a instauração de “contratos basuras”, isto é, contratos que levam a precarização do trabalhador diante a escassez ou nulidade de direitos, ou

reais destas proposições para a estabilização econômica, os argumentos justificadores concernentes à redução do desemprego e o aumento da competitividade ainda são hoje defendidos, constatando-se o fenômeno da concentração expansiva de renda, em uma proporção nunca antes vista na história⁶⁸.

Dessa maneira, apesar da vulnerabilidade dos trabalhadores se acentuar em contextos de crise econômica, inúmeras são as propostas de reformas sobre o marco legal e demais garantias fundamentais, no âmbito trabalhista, que apoiem o dismantelamento das proteções jurídicas existentes, justamente em um momento que mais se faz necessário à classe trabalhadora o fortalecimento desses institutos⁶⁹. A desregulamentação do direito *juslaboral* é apontada como proposição pelo pensamento econômico neoliberal, apesar da ausência de dados que comprovem a relação de casualidade entre a flexibilização das relações de trabalho e o crescimento da economia⁷⁰. Tendo em vista que os objetivos expressos das reformas neoliberais não foram obtidos em nenhum dos seus aspectos⁷¹, problematiza-se a utilização do discurso da crise como meio de reconfiguração do poder de classe através da redução da proteção institucional ao trabalhador, como afirma Oscar Ermida Uriarte, para quem há uma dupla maneira de o Direito do Trabalho enfrentar a crise, pois além da solução neoliberal, é possível também ampliar as medidas protetivas para evitar que os custos da crise sejam

até mesmo o estabelecimento de relações legais ou fraudulentas que afastem a aplicação da legislação trabalhista, tais como terceirização, subcontratação, cooperativas de mão de obra, entre outras. ERMIDA URIARTE, Oscar. **A política laboral dos governos progressistas**. In: Revista Nueva Sociedad, n. 211, Argentina, Setembro/Outubro de 2007, p. 52.

⁶⁸ Segundo pesquisa realizada pela organização não governamental britânica Oxfam pela primeira vez na história a riqueza acumulada pelo grupo referente a 1% das pessoas mais ricas equivale ao restante acumulado por 99% da população mundial, tomando como base dados de outubro de 2015 relativos ao banco Credit Suisse. Esta informação foi extraída do portal de notícias da BBC: 1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, diz estudo. BBC BRASIL, 18/01/2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn>. Acesso em 26/04/2017. A íntegra do relatório “Uma economia para 1%” da OXFAM pode ser extraída do portal eletrônico brasileiro da entidade: https://www.oxfam.org.br/noticias/relatorio_davos_2016. Acesso em: 26/04/2017.

⁶⁹ ERMIDA URIARTE, Oscar. **La crisis financiera global y el derecho del trabajo**. In: revista de la facultad de derecho, Uruguai, n. 26, Janeiro/Julho de 2007, p. 61-62.

⁷⁰ Antônio Casimiro Ferreira, a partir do relatório da ILO (International Labour Organization) - “Recovering from the crisis: A global Jobs Pact”, aborda a problemática suscitada da ausência de sustentação empírica da flexibilidade laboral como meio de crescimento econômico: “É que, embora alguns privilegiem a flexibilidade do mercado laboral como modo de contornar a gravidade e a duração do desemprego atual na crise, não há evidência de uma relação clara entre a fraca regulação laboral e um crescimento econômico e de emprego rápido (cf. ILO, 2009:52).” FERREIRA, Antônio Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012, p. 13-14.

⁷¹ “El objetivo declarado de estas reformas era aumentar la competitividad económica, el empleo y la cobertura de la seguridad social. No fue alcanzado en ninguno de los aspectos, lo cual no impide que muchos las sigan defendiendo, dado que los objetivos reales eran otros, estos sí conquistados, como generar una transferencia regresiva del ingreso.” ERMIDA URIARTE, Oscar. **A política laboral dos governos progressistas**. In: Revista Nueva Sociedad, n. 211, Argentina, Setembro/Outubro de 2007, p. 52-53.

suportados exclusivamente pelos trabalhadores⁷². Contudo, a transferência do risco das crises para os mais pobres se intensifica com a crise econômica iniciada em 2007 em um cenário de financeirização econômica, como a seguir examinado.

1.4 A *financeirização* do Capital e a crise econômica mundial de 2007/2008

A internacionalização da economia mundial, a partir do surgimento dos mercados financeiros de derivados, prenuncia estratégia de reorganização do capitalismo no sentido da *financeirização* econômica. Trata-se de processo de inovação financeira, traduzido pela criação de mercados mundiais de ativos, pautados na especulação fictícia de capital de tal modo que esta atividade passou a ser preponderante na circulação monetária das grandes empresas em detrimento do seu próprio objeto produtivo⁷³. Este fenômeno insere-se no contexto da hegemonia do pensamento neoliberal, em se sopesa a existência de tensões, vez que se instalou uma política de proteção irrestrita ao mercado financeiro, em contraponto à tradicional noção da mínima intervenção do Estado na economia⁷⁴. Assim, o pensamento econômico neoliberal e a *financeirização* econômica convergem na centralização do poder da classe capitalista, situando-se no centro das recorrentes crises econômicas instaladas a partir dos anos de 1980⁷⁵, tendo como o auge a crise mundial de 2007/2008⁷⁶.

⁷² ERMIDA URIARTE, Oscar. **La crisis financiera global y el derecho del trabajo**. In: Revista de La Facultad de Derecho, Uruguai, n. 26, Janeiro/Julho de 2007, p. 61-62.

⁷³ “A tendência de investimento em ativos se tornou generalizada. De 1980 em diante vieram à tona periodicamente relatórios sugerindo que muitas das grandes corporações não financeiras geravam mais dinheiro de suas operações financeiras do que fazendo coisas. [...] Um mercado descentralizado e informal de trocas surgiu fora do quadro regulamentar e das regras de comércio. Foi o tipo de iniciativa privada que levou a uma avalanche de novos produtos financeiros na década de 1990 – troca de inadimplência de crédito, derivativos cambiais, trocas de taxas de juros e todo o resto –, o que constituiu um sistema de banco às escuras totalmente desregulamentado em que muitas empresas se tornaram jogadoras intensas.” HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 28.

⁷⁴ “Um dos princípios básicos pragmáticos que surgiram na década de 1980, por exemplo, foi o de que o poder do Estado deve proteger as instituições financeiras a todo custo. Esse princípio, que bateu de frente com o não intervencionismo que a teoria neoliberal prescreveu, surgiu a partir da crise fiscal da cidade de Nova York de meados da década de 1970. Foi então estendido internacionalmente para o México durante a crise da dívida que abalou os fundamentos do país em 1982. De modo nu e cru, a política era: privatizar os lucros e socializar os riscos; salvar os bancos e colocar os sacrifícios nas pessoas (no México, por exemplo, o padrão de vida da população diminuiu cerca de um quarto em quatro anos após o socorro econômico de 1982).” Op. Cit. p. 16.

⁷⁵ “Os momentos de crise sucederam-se a partir dos anos 1980: a crise dos países em desenvolvimento em 1982; a crise dos mercados de ações dos EUA em 1987; a crise (também nos EUA) dos mercados de obrigações de alto risco e das caixas econômicas (savings and loans), em 1989/1990; a crise bancária dos países escandinavos no início da década de 1990; a crise que atravessou o Japão ao longo desta década; a crise do sistema monetário europeu em 1992/1993; em 1994, nova crise do mercado obrigacionista americano; ainda em 1994, a crise do peso mexicano (“a primeira grande crise dos mercados globalizados”, segundo o então diretor-geral do FMI, Michel Camdessus); a crise das moedas asiáticas em 1997/1998; a crise do rublo em 1998/1999; a crise (200-2002) que afetou a chamada ‘nova economia’ (a economia das novas tecnologias: biotecnologia, informática, computação, telecomunicações); a crise do real brasileiro em 1999; a grave crise financeira, econômica, política e social da Argentina (2001/2002), por muitos consideradas o maior desastre das receitas neoliberais

Sem dúvidas, pode-se compreender que a tendência da *financeirização* constitui resposta ao problema da absorção de excedente relativo às crises de superacumulação do modo de produção capitalista⁷⁷, conformando-se a partir do aumento contínuo do endividamento em relação ao capital produzido⁷⁸. Nesse sentido, destaca-se a adoção de um conjunto de medidas direcionadas a criação de novos mercados, especialmente, com a introdução das políticas de privatização das empresas públicas⁷⁹. Outras medidas adotadas, diante do enorme fluxo econômico decorrente dessas inovações financeiras, foram a securitização da dívida hipotecária e o mercado de derivativos⁸⁰. O sistema de crédito tornou-se o mecanismo central da circulação econômica mundial, consolidando a primazia do capital financeiro sobre o produtivo, a partir de um modo de acumulação caracterizado pela ampla liberdade de atuação do mercado especulativo⁸¹, formando-se uma rede de dispersão dos riscos sistêmicos⁸².

Como já assinalado, a crise econômica mundial de 2007/2008, ou “*crise das hipotecas subprime*”, constitui marco representativo de um padrão de crises financeiras, intimamente

implementadas pelo FMI enquanto ‘gestor de negócios’ do grande capital financeiro internacional”. NUNES, António José Avelãs. **Uma leitura crítica da actual crise do capitalismo**. Coimbra: Boletim de ciências económicas liv., 2011, p. 12-14 e 21.

⁷⁶ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 13-14.

⁷⁷ “Na ausência de quaisquer limites ou barreiras, a necessidade de reinvestir a fim de continuar a ser um capitalista impulsiona o capitalismo a se expandir a uma taxa composta. Isso cria então uma necessidade permanente de encontrar novos campos de atividade para absorver o capital reinvestido: daí ‘o problema da absorção do excedente de capital’. [...] A geografia histórica do capitalismo está repleta de exemplos de crises de superacumulação, algumas locais e de curta duração (como a queda dos bancos suecos em 1992), outras em uma escala um pouco maior (a recessão de longa data que aflige a economia japonesa desde 1990 aproximadamente) e outras vezes tomando todo o sistema e, mais tarde, o globo (como em 1848, 1929, 1973 e 2008). Numa crise geral, uma grande quantidade de capital fica desvalorizada (cerca de 50 trilhões de dólares de perda estimada em valores de ativos globais na crise atual, por exemplo).” Op. Cit. p. 45.

⁷⁸ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 33.

⁷⁹ Op. Cit. p. 32.

⁸⁰ “Desde 1970, as inovações financeiras, como a securitização da dívida hipotecária e a disseminação dos riscos de investimento mediante a criação de mercados de derivativos, tacitamente (e agora, como vemos, de verdade) apoiadas pelo poder do Estado, permitiram um enorme fluxo de excesso de liquidez em todas as facetas da urbanização e do espaço construído no mundo todo.” Op. Cit. p. 75-76.

⁸¹ Op. Cit. p. 198.

⁸² António José Avelãs Nunes aborda o fenômeno da “propagação contagiosa dos fatores de risco” no contexto da plena liberdade de circulação do capital financeiro. Para o autor, isso leva a uma acentuação do risco sistêmico e da ocorrência de crises a escala global, uma vez que “a turbulência causada pela especulação em um dado país ou região tende a propagar-se a todo sistema financeiro mundial graças ao comportamento mimético dos grandes especuladores”. NUNES, António José Avelãs. **Uma leitura crítica da actual crise do capitalismo**. Coimbra: Boletim de ciências económicas liv., 2011, p. 15-16.

relacionada ao desenvolvimento de um mercado, não regulamentado, de derivativos entre particulares⁸³.

Houve a concepção de um círculo vicioso de dispersão dos riscos, através da criação de um mercado de derivativos, cuja base era composta por empréstimos *subprime*, ou seja, não adstrito às exigências de garantia e de renda a que se refere o tradicional sistema de crédito. Explica-se que muitos desses créditos podem ser “designados empréstimos tipo ninja, i.e, empréstimos concedidos a quem não tinha rendimentos, nem emprego, nem ativos – ‘No income, no job or Asset’”⁸⁴. Dessa maneira, os altos riscos envolvidos na operação, diferentemente do que se imagina, não desaparecem na estrutura em rede dos produtos hipotecários, e, sim, concentram-se, o que amplia a fragilidade do sistema, haja vista que as operações se diversificavam com a atuação das instituições internacionais⁸⁵. Sobre a origem da crise de 2007/2008, vale salientar que, apesar das hipotecas estarem lastreados por títulos de alto risco ou tóxicos, os atores envolvidos agiam como se o preço dos imóveis pudessem subir para sempre⁸⁶. Somado a isso, consolidou-se estruturas fraudulentas de transação comercial, a exemplo da manipulação de mercado, das fraudes corporativas e da parcialização de ativos por fusões e aquisições⁸⁷, arraigadas na desregulamentação das atividades financeiras e no reduzido controle estatal.

Não obstante o aumento expressivo da taxa de despejo em áreas de baixa renda preannunciar um grave desequilíbrio econômico/financeiro nos Estados Unidos desde 2006, com o alerta de possível calamidade financeira, feito por alguns especialistas, a recessão

⁸³ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 13-14.

⁸⁴ NUNES, António José Avelãs. **Uma leitura crítica da actual crise do capitalismo**. Coimbra: Boletim de ciências económicas liv., 2011, p. 34.

⁸⁵ “A banca começou a vender pacotes desses produtos derivados (títulos obrigacionais negociáveis), assentes em crédito hipotecários menos fiáveis que foram adquiridos por investidores institucionais (*hedge funds*), tendo-se espalhado por instituições financeiras de todo o mundo. Disperso o risco pela grande quantidade de titulares de unidades de participação nestes fundos, os inventores deste ‘jogo’ talvez tenham acreditado terem resolvido a quadratura do círculo, supondo que poderiam vender esses créditos titularizados sem limitações, criando a ilusão de que a dispersão dos riscos como que os fazia desaparecer.” Op. Cit, p. 33-34.

⁸⁶ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 10.

⁸⁷ “Todos os tipos de práticas predatórias bem como as legais (taxas de juros abusivas sobre os cartões de crédito, execuções hipotecárias em negócios por meio da negação de liquidez em momentos-chave e assim por diante) podem ser usados para perseguir táticas de despossessão que beneficiam os que já são ricos e poderosos. A onda de financeirização que ocorreu a partir de meados da década de 1970 foi espetacular por seu estilo predatório. Promoções de ações e manipulações de mercado; esquemas Ponzi e fraude corporativa; parcialização de ativos por fusões e aquisições; promoção de níveis de facilitação do endividamento que reduz populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, à escravidão pela dívida; expropriação dos ativos (o assalto dos fundos de pensão e sua dizimação pelos colapsos das ações e corporações) – todas essas características são fundamentais para explicar o capitalismo contemporâneo.” Op. Cit. p. 198.

ganhou destaque apenas em 2007, quando a classe média branca estadunidense foi diretamente atingida⁸⁸. Tal processo culminou com a emblemática falência do banco Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008⁸⁹, representando o efetivo colapso do mercado financeiro a nível internacional, sendo que os efeitos alastraram-se de acordo com o grau de dependência econômica dos países ao mercado de crédito⁹⁰. Tomando como regra a lógica da socialização dos riscos, coube aos Estados à adoção de conjuntos de medidas de salvaguarda das instituições financeiras em face do bem-estar dos cidadãos, tornando pública a dívida contraída pela atuação especulativa dos financistas⁹¹.

Este contexto é retratado no filme “*A Grande Aposta*” (2015)⁹², que aborda os momentos antecedentes à deflagração da crise econômica de 2007/2008, assim como as suas consequências e projeções. Primeiramente, destaca-se a insuficiência das concepções econômicas dominantes, que não conseguiram prever a catarse coletiva. Em segundo, denuncia-se a intervenção seletiva do Estado no socorro aos responsáveis pelo colapso financeiro, posto que se optou pela distribuição do ônus para a sociedade. Por fim,

⁸⁸ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 9.

⁸⁹ “No outono de 2008, no entanto, a ‘crise das hipotecas subprime’, como veio a ser chamada, levou ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimento de Wall Street, com mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências. O dia em que o banco de investimentos Lehman Brothers desabou – em 15 de setembro de 2008 – foi um momento decisivo. Os mercados globais de crédito congelaram, assim como a maioria dos empréstimos no mundo. Como o venerável ex-presidente da Federal Reserve Paul Volcker (que cinco anos antes, juntamente com vários outros comentaristas de prestígio, previra a calamidade financeira se o governo dos EUA não forçasse o sistema bancário a reformar seu funcionamento) observou, nunca antes as coisas haviam despencado ‘tão fácil e tão uniformemente ao redor do mundo’. O resto do mundo, até então relativamente imune (à exceção do Reino Unido, onde problemas análogos no mercado da habitação já tinham vindo à tona, o que levou o governo a nacionalizar uma casa de empréstimos importantes, a Northern Rock), foi arrastado precipitadamente para a lama, gerada em particular pelo colapso financeiro dos EUA.” Op. Cit. p. 10

⁹⁰ “O colapso dos mercados de crédito, entretanto, teve um impacto diferenciado de acordo com o grau em que a atividade econômica dependia desses mercados. A Islândia, que havia assumido o papel de empreendedor de crédito especulativo e sistema bancário, perdeu quase toda a sua riqueza de ativos em questão de semanas, deixando os investidores (muitos na Grã-Bretanha), com imensas perdas e seu governo em desordem. Muitos países da Europa oriental que recentemente aderiram à União Europeia e haviam tomado grandes empréstimos não puderam rolar suas dívidas e enfrentaram a falência (o governo da Letônia entrou em colapso). Por outro lado, os países que não haviam integrado totalmente seu sistema financeiro à rede global, como China e Índia, foram mais bem protegidos. E, como consumidores recuaram, países como os EUA e Reino Unido, com endividamento imenso das famílias em relação à renda, foram atingidos de forma diferente, como foram os países, a exemplo dos EUA de novo, que tinham as proteções sociais menos generosas contra o aumento do desemprego. (Os países europeus eram em geral muito melhores nessa questão e, portanto, não precisaram responder com pacotes de estímulo extras.) Os países que dependiam fortemente dos EUA como principal mercado de exportação, em particular aqueles do Leste e Sudeste Asiático, acabaram sendo puxados para baixo, assim como os mercados acionários, enquanto produtores de matérias-primas e bens, que estavam em alta no início de 2008 e consideravam-se imunes à crise, de repente se viram em sérias dificuldades quando os preços das matérias-primas e bens despencaram no segundo semestre de 2008.” HARVEY, David. Op. Cit. p. 38-39.

⁹¹ NUNES, António José Avelãs. **Uma leitura crítica da actual crise do capitalismo**. Coimbra: Boletim de ciências econômicas liv., 2011, p. 36.

⁹² *The Big Short* (no Brasil, traduzido como *A Grande Aposta*). Direção: Adam McKay. Produção: por Dede Gardner, Jeremy Kleiner, Arnon Milchan e Brad Pitt. Estados Unidos: *Paramount Pictures*, 2015.

problematiza-se a reconfiguração das transações financeiras no sentido da disseminação de novos produtos financeiros, similares aos que deram ensejo à crise mundial⁹³. É, pois, essencial abordar a inequívoca correlação entre o padrão de crises financeiras e a renovação do domínio da classe capitalista, uma vez que os pressupostos e as concepções dominantes, relativas à manutenção da ordem hegemônica, são reconfiguradas em momentos de crise.

⁹³ “Segundo os desenvolvimentos, conhecidos no início de julho/2011, os bancos privados (sobretudo franceses e alemães) aceitam reformar 70% da dívida de curto e médio prazo, substituindo-a por títulos de dívida pagável num prazo de 30 anos, com uma taxa de juro entre 5,5% e 8%, conforme a taxa de crescimento do PIB grego que vier a verificar-se. Os especialistas chamam atenção para o facto de esta operação assentar em um novo ‘produto financeiro’, particularmente complexo, que poderá conduzir a uma situação idêntica à que decorreu dos empréstimo *subprime* nos EUA.” NUNES, António José Avelãs. **Uma leitura crítica da actual crise do capitalismo**. Coimbra: Boletim de ciências económicas liv., 2011, p. 104-105.

2. O PARADIGMA DA AUSTERIDADE E O DIREITO DO TRABALHO DE EXCEÇÃO

Conforme o exposto no capítulo anterior, a década de 70 inaugura um período histórico caracterizado por crises econômicas cada vez mais constantes e intensas. Tal peculiaridade está intimamente associada à ascensão do pensamento econômico neoliberal e da financeirização do capitalismo, dimensionados enquanto fenômenos convergentes na desestruturação do poder da classe trabalhadora e, reflexamente, do direito trabalho. A crise econômica mundial de 2007/2008 foi examinada como auge do padrão das crises financeiras, evidenciando-se, como regra, a atuação seletiva dos Estados na repartição social do ônus em favor da ampla proteção ao mercado financeiro.

Tomando como base a obra de António Casimiro Ferreira, o capítulo a seguir examina a emergência do paradigma da sociedade da austeridade e do direito do trabalho de exceção, em Portugal, nos anos de 2011/2012, como reflexo das respostas governamentais à crise econômica mundial anteriormente descrita, conformando um projeto de austeridade neoliberal. Primeiramente, analisa-se a relação entre a austeridade econômica, o desmantelamento do Estado social e a flexibilização das relações trabalhistas. Em seguida, examina-se a articulação do medo e da incerteza no discurso de legitimação do projeto assinalado, especialmente, no que tange a ruptura dos pressupostos básicos de formação do direito do trabalho. Neste ponto, são analisados três aspectos principais: o paradoxo da soberania, a temporalidade de exceção e a jurisprudência de austeridade. Por fim, problematiza-se a relação entre a mercantilização do direito do trabalho e as interpelações ao princípio democrático.

2.1 A austeridade econômica, o desmantelamento do Estado Social e a flexibilização das relações laborais

A atuação dos Estados e Organismos Internacionais, na crise econômica mundial de 2007/2008, convergiu no sentido da transferência do ônus da recuperação do sistema financeiro para a sociedade, através da manutenção do dogma da economia de mercado⁹⁴.

⁹⁴ GONDIM, T. P. **O discurso da austeridade no contexto da atual crise econômica brasileira e suas implicações para o direito do trabalho**. In: II Encontro da RENAPEDTS, 2016, Curitiba. Anais do II encontro

Nesse sentido, António Casimiro Ferreira aborda a emergência de um novo paradigma na sociedade portuguesa, qual seja, a sociedade da austeridade, tendo como referência uma lógica sociológica renovada de naturalização das desigualdades sociais, associada ao pensamento hegemônico neoliberal, fundamentando a adoção de medidas relativas à contenção das despesas do Estado, aumento dos impostos e das taxas de juro, diminuição dos salários e desregulamentação do direito do trabalho⁹⁵. Isto é, um “projeto de austeridade neoliberal”⁹⁶, envolvendo dois aspectos fundamentais: 1) o Estado, enquanto detentor do monopólio da austeridade legítima, incumbido de reforçar o sacrifício individual como solução inevitável à estabilização econômica; 2) ênfase ao desmantelamento do Estado social, a partir do triplo processo que envolve a privatização dos bens públicos, individualização dos riscos sociais e mercadorização da vida social.⁹⁷

Este fenómeno é caracterizado pela estruturação de uma agenda político-econômica punitiva aos cidadãos⁹⁸ de culpabilização dos indivíduos pelos efeitos negativos da crise econômica, promovendo reformas políticas antidemocráticas de redução dos direitos sociais em prol da garantia dos valores do livre mercado⁹⁹. Nesse processo, destaca-se a tendência inicial de recorte dos direitos trabalhistas, ou melhor, da iniciativa na proposição de reformas laborais no sentido da flexibilização das relações laborais amparadas por pretenso

RENAPEDTS: rede nacional de pesquisas e estudos em direito do trabalho e da seguridade social. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 806.

⁹⁵ Segundo o autor, austeridade significa um “processo de implementação de políticas e de medidas económicas que conduzem à disciplina, ao rigor e à contenção económica, social e cultural”. Nesse contexto específico, a peculiaridade reside no fato de que “é através dos indivíduos e das suas privações subjetivas e objetivas que se encontram as soluções para a crise composta pela nebulosa dos mercados financeiros, do défice público do Estado e dos modelos económicos e sociais seguidos nos últimos anos”. O autor propõe reflexão no sentido de conceber o conjunto de medidas implementadas a partir deste paradigma como uma fórmula sociológica de naturalização das desigualdades, através do qual define a sua hipótese: “A reflexão levada a cabo neste ensaio procura contribuir para uma discussão em torno do conceito de sociedade de austeridade orientada pela hipótese de que à fórmula conhecida de contenção das despesas do Estado, privatização do setor público, aumento dos impostos, diminuição dos salários e liberalização do direito do trabalho corresponde uma lógica sociológica de naturalização das desigualdades.” FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Económica, 2012, p. 11-14.

⁹⁶ Op. Cit. p. 29.

⁹⁷ Op. Cit. p. 36.

⁹⁸ “O significado atual da austeridade é, portanto, em meu entender, o de um modelo político-econômico punitivo em relação aos indivíduos, orientado pela crença de que os excessos do passado devem ser reparados pelo sacrifício presente e futuro, enquanto procede à implementação de um arrojado projeto de erosão dos direitos sociais e a liberalização econômica da sociedade.” Op. Cit. p. 13.

⁹⁹ “A austeridade tornou-se palavra de ordem, e não somente em Portugal como noutros países da Europa estão a ser levadas a cabo reformas com o intuito de estabilizar os mercados através do cumprimento dos défices orçamentais previstos. Em comum as várias reformas adotaram a máxima flexibilização quanto aos direitos sociais e laborais, com o intuito de facilitar a criação de empregos e aumentar a competitividade. O mimetismo com a agenda reformadora do neoliberalismo é evidente. Os conteúdos apresentados insistem, uma vez mais, na erosão de direitos sociais e laborais concebidos como barreiras a eliminar no quadro de uma resposta liberal à crise.” Op. Cit. p. 29.

reestabelecimento do crescimento econômico¹⁰⁰. Como consequência, acarreta-se a fragilização do poder da classe trabalhadora pela fragmentação, segmentação dos modos de trabalho e precarização dos direitos trabalhistas.

A dimensão social do trabalho é reduzida à lógica do custo-benefício em que a justiça social se atinge necessariamente através do ônus partilhado pelos cidadãos em benefício do mercado por intermédio de uma racionalidade neoliberal, que tem como principal característica “la generalización de la competencia como norma de conducta e la empresa como modelo de subjetivización”¹⁰¹. Isto é, o processo de mercantilização do direito¹⁰² que afasta a dimensão política, entendida na forma de espaço democrático de regulação do trabalho, e estabelece o primado do mercado em detrimento do valor social do trabalho¹⁰³.

Assinala-se também a desestruturação dos sistemas normativos de proteção social e, dentre eles, o desmonte do sistema jurídico-trabalhista. Nessa égide, desmantelam-se os pressupostos básicos de formação do direito trabalhista, a partir de uma racionalidade econômica-utilitarista. Em outros termos, emerge-se o direito do trabalho de exceção, impactando na perda da identidade político-jurídica do direito do trabalho, frente à eliminação do “conflito enquanto elemento dinâmico das relações laborais e a proteção do trabalhador enquanto condição de liberdade”¹⁰⁴. Torna-se, então, essa área do direito em objeto do mercado e critério de atração para investimentos externos¹⁰⁵. Para tanto, há uma reconfiguração política através do estabelecimento de um consenso entre atores

¹⁰⁰ WILHELM, Marco Aparicio. Crises financieras y recortes de derechos: la austeridad como dispositivo de desposesión constitucional. In: **Revista de Derecho Social**, n. 76, 2016, p. 20.

¹⁰¹ BAYLOS, Antonio. **Crisis y Derecho del Trabajo - ¿Derecho del Trabajo en Crisis? Una Aproximación desde Europa**. In: EINLOFT, Denis; TOSS, Luciane; SEVERO, Valdete Souto (coord.). *Direito do Trabalho e Pensamento Crítico*. Porto Alegre: HS Editora, 2016, p. 15.

¹⁰² “Entre nós, João Leal Amado observa com perspicácia que a concorrência entre os trabalhadores à escala universal, a competitividade das empresas, as deslocalizações, os *dumping* social, etc., têm concorrido para o surgimento do designado ‘mercado dos produtos legislativos’. Em consonância com a tese de Alain Supiot, Leal Amado sublinha que a mercadorização dos ordenamentos jurídico-laborais nacionais coloca-os em concorrência sob égide dos mercados financeiros que impulsionam a desregulamentação das legislações laborais concebidas agora como fatores de competitividade. O isomorfismo entre o princípio do mercado e os princípios orientadores da legislação laboral conduz assim ‘ao triunfo das leis do mercado’ e à consagração do mercado das leis (Amado, 2009: 20).” FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012, p. 110.

¹⁰³ BAYLOS, Antonio. **Crisis y Derecho del Trabajo - ¿Derecho del Trabajo en Crisis? Una Aproximación desde Europa**. In: EINLOFT, Denis; TOSS, Luciane; SEVERO, Valdete Souto (coord.). *Direito do Trabalho e Pensamento Crítico*. Porto Alegre: HS Editora, 2016, p. 9-34.

¹⁰⁴ FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012, p. 110, p. 76.

¹⁰⁵ Op. Cit. p. 75-77.

governamentais e não-governamentais¹⁰⁶. Explicando esse ponto, vale observar que o desmonte analisado é promovido não só por entidades nacionais, como também supranacionais, ambas atuando no sentido da institucionalização do paradigma da austeridade. Consequentemente, há de se destacar a relativização da própria soberania do Estado Nação através da desnacionalização das reformas laborais:

“A reflexão em torno do poder dos não eleitos conduz, ainda, a uma observação final. Ela diz respeito ao processo de desnacionalização das reformas laborais, pondo em causa a soberania nacional. Os sistemas de relações laborais e o direito do trabalho, em bem rigor, nunca foram totalmente limitados ao espaço nacional. Com efeito, o papel da OIT e do Código Internacional do Trabalho fizeram-se sentir desde o início do século XX até os dias de hoje [...] Situação diversa é da atual fase, que venho me reportando, invocando o conceito do poder dos não eleitos e do direito do trabalho da exceção. Trabalhadores e direitos são, neste momento, ‘desnacionalizados’, tratados como variável de ajustamento de mercados (cf. Supiot, 2005), concebidos, principalmente, como elementos de um plano de austeridade com o objetivo de gerir as expectativas de investidores internacionais, mercados, agências de *rating*, por uma forma a criar um clima de confiança na economia portuguesa.”¹⁰⁷

É o direito do trabalho da exceção um instrumento de reconfiguração dos poderes¹⁰⁸ e importante mecanismo para a constituição de um novo paradigma laboral, visando suplantar o substrato histórico de formação do direito *juslaboral*. Esse novo paradigma, portanto, permite conceber a mercadorização do direito e a objetificação da pessoa humana, transformando-se o trabalhador em coisa jurídica, uma vez que os seus direitos e garantias são negados, destacadamente a partir do fenômeno de intensificação da flexibilidade legal e da legalização de práticas sociais ilegítimas¹⁰⁹. Vale apontar que a flexibilidade laboral é entendida em dois aspectos. No primeiro deles, situa-se o âmbito da expansão do princípio da liberdade empresarial. No segundo, localiza-se a redução do custo da força de trabalho. Ao fim, os dois aspectos se combinam para a redução de direitos e garantias e para a desestruturação dos sistemas institucionais de proteção ao trabalhador, em especial, no âmbito da remuneração,

¹⁰⁶ FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Económica, 2012, p. 110, p. 66-67.

¹⁰⁷ FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Económica, 2012, p. 110, p. 77-78.

¹⁰⁸ Op. Cit. p. 75.

¹⁰⁹ “Na atualidade, o tempo da austeridade e afirmação do direito do trabalho da exceção marcam o surgimento de uma nova tendência pautada pela redução, ou mesmo resolução, das descoincidências entre o *law in books* e o *law in action*, ao fundirem no direito do trabalho da exceção o aprofundamento da flexibilidade legal e a legalização de práticas sociais ilegítimas. Ao longo deste tópico vou procurar fundamentar esta hipótese, orientado pela preocupação de que o direito do trabalho de exceção legitime definitivamente o paradigma laboral de que o trabalho é uma mercadoria, e que, portanto, o trabalhador enquanto tal é uma pessoa sem direitos, uma coisa, uma coisa jurídica, um objeto de direitos sem direitos de pessoa.” Op. Cit. p. 90.

jornada, formas de contratação e alocação do trabalho¹¹⁰. Os fundamentos para tamanha reforma dos marcos legal e convencional, adequando-os à nova ordem hegemônica, prescindem do discurso sobre o viés econômico, de forma que é proposta a ideia de que as economias dos países carecem de eficiência e competitividade.

João Leal Amado se afasta dessa compreensão jurídica eminentemente mercantil, evidenciando que há diversos outros valores a serem perseguidos pelo direito do trabalho, tais como, a dignidade humana e o trabalho decente. Nos termos do autor, ainda que houvesse clara relação entre a flexibilização das relações laborais e o crescimento econômico, estes valores deveriam ser considerados, especialmente, quanto aos princípios da dignidade da pessoa humana e do trabalho decente¹¹¹.

2.2 A disseminação do medo e da incerteza e a institucionalização da excepcionalidade

Prosseguindo com as concepções do sociólogo Cassimiro Ferreira, a sociedade da austeridade e o direito do trabalho de exceção se estabelecem a partir de uma lógica de medo como mecanismo de legitimação. Ambas se referenciam nos princípios da incerteza e indeterminação, tomando como base a disseminação de uma plataforma governamental, pautada na mensagem de que se não forem urgentemente adotadas as medidas de austeridade, inevitavelmente se perpetuaria a instabilidade social, econômica e política. Partem, em suma, de uma estratégia centralizada na desestruturação dos mecanismos de proteção social, enquanto é ampliada a insegurança individual. Mais do que nunca, o discurso do medo permite legitimar e fortalecer o controle social, perpetuando a desigual distribuição de poder e de bens¹¹².

¹¹⁰ “na ordem econômica e política hegemônica no capitalismo a partir dos anos 80 nos países centrais e dos anos 90 no Brasil, a flexibilidade apresenta dois sentidos bem definidos. Primeiro, possibilitar maior liberdade às empresas na determinação das condições de uso, de contratação e de remuneração do trabalho. Em segundo lugar, possibilitar ajustes no volume e no preço da força de trabalho na perspectiva de reduzir seu custo no cenário descrito acima. Essas duas finalidades concretizam-se, por um lado, por meio da supressão de benefícios e de direitos advindos da legislação e/ou de normas coletivas, o que significa a eliminação, diminuição ou afrouxamento da proteção trabalhista e social vigente em cada país. Por outro lado, pela introdução de novas legislações ou normas coletivas que permitam adaptar os direitos trabalhistas à lógica apontada acima, especialmente em relação a quatro temas bastante comuns em diversas experiências nacionais: remuneração, jornada, formas de contratação e alocação do trabalho.” KREIN, José Dari. **Tendências Recentes nas relações de emprego: 1980 – 2005**. Instituto de Economia Escola, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

¹¹¹ AMADO, João Leal. **O Direito do Trabalho, a crise e a crise do Direito do Trabalho**. In: Revista Direito e Desenvolvimento, Brasil, v. 4, n. 8, julho/dezembro de 2013, p. 184.

¹¹² FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012, p. 55.

O mecanismo de conversão da austeridade econômica em modelo sócio-político hegemônico¹¹³, por intermédio da disseminação dos valores neoliberais do mercado, paralelamente ao dismantelamento do Estado social, visa efetivar a “contratualização da cidadania”¹¹⁴.

No âmbito laboral, as narrativas de conversão do medo em padrão de legitimidade da metanarrativa neoliberal envolvem, sobretudo, a indeterminação quanto ao presente e a incerteza sobre o futuro do trabalhador diante da crise econômica, tudo isso convergindo na temática da insegurança no trabalho. Dimensiona-se, primeiramente, o aspecto objetivo da possibilidade de perda do emprego, tendo em vista o cenário de empregabilidade estrutural. Logo, para a disseminação social dessa ideia, expõem-se índices de desemprego e a dificuldade de integração dos trabalhadores no mercado e nas empresas. Em segundo lugar, destaca-se o aspecto subjetivo da repercussão social, a qual se refere ao argumento de um possível desemprego, causando danos individuais e familiares que podem ser analisadas na perspectiva emocional da perda do emprego¹¹⁵. Por fim, destaca-se que o contexto cultural influencia na percepção individual do trabalhador, ameaçando sua segurança laboral, pois estando ele inserido neste contexto em que os discursos hegemônicos propagam a insegurança no trabalho, ele acaba por ser emocionalmente afetado¹¹⁶. Nessa conjuntura, a precarização do trabalho, utilizada como instrumento de ajuste econômico, dissemina a concepção de que

¹¹³ Antônio Casemiro Ferreira utiliza-se da obra de Margareth Somers como referência: “É este ponto que pretendo enfatizar, argumentado que o medo, no âmbito da sociedade de austeridade, se afirma como um mecanismo de tradução de um problema estrutural num desígnio individual, ou socorrendo-me da proposta de Margaret Somers, num mecanismo de conversão da narrativa da austeridade em modelo político-social dominante, assegurando a prioridade absoluta dos valores morais do neoliberalismo econômico e laboral (cf. Somers, 2008: 3). O medo e o distopismo são, assim, constitutivos das narrativas de conversão, operando a fusão entre os níveis coletivo e individual.” Inclusive, na nota de rodapé número 52, define o conceito “*narrativas de conversão*” enquanto “medos induzidos através de previsão de outros cenários, de modo a converter as narrativas dominantes de uma sociedade de um carácter social para uma carácter econômico, fazendo-o através da exposição das implicações morais e econômicas de continuar no curso de políticas sociais”. SOMERS, Margaret. 2008, p. 3 *Apud* FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012, p. 56.

¹¹⁴ FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012, p. 57.

¹¹⁵ “É importante, também, compreender como é definida a insegurança no trabalho, já que esta é influenciada, segundo os autores, por dois fatores. Em primeiro lugar, é afetado pela percepção objetiva da possibilidade de perder o emprego, o que inclui o capital humano individual, a empregabilidade, a influência no trabalho, bem como a situação socioeconômica do indivíduo a nível meso e macro, logo tanto ao nível da empresa como ao nível do país. Em segundo lugar, pode ser condicionada pela subjetividade e grau emocional relativamente à insegurança no emprego. Ou seja, os indivíduos que temem as repercussões da perda de emprego na sua vida e na vida das suas famílias, ou mesmo outras razões que se predem a possibilidade de perder o emprego. Estes dois fatores gerais condensam as variáveis que afetam a percepção individual em termos da percepção do risco, e também da percepção do mesmo em termos do impacto que teria esse mesmo risco (Chung e Oorschot, 2010: 8 – 9)” Op. Cit. p. 59-60.

¹¹⁶ Op. Cit. p. 60.

mais vale um emprego precário do que nenhum. Sendo assim, dissemina-se a ideia de que, em um contexto marcado por elevadas taxas de desemprego que sujeita os indivíduos a um estado ampliado de vulnerabilidade, os trabalhadores devem suportar situações degradantes porque essa seria a única forma de lhes garantir o emprego e, estruturalmente, de se superar a crise econômica¹¹⁷.

O tempo adquire conotação especial no âmbito da sociedade de austeridade. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que o paradigma da austeridade está inserido dentro do processo de intensificação da agenda neoliberal, constituindo-se uma temporalidade de exceção. Por esta razão, Ferreira aponta três consequências principais: 1) a relativização da história e da memória; 2) o incremento do princípio insegurança jurídica em detrimento da segurança jurídica; 3) a reconfiguração da noção de consentimento na teoria democrática¹¹⁸. Corrompem-se, então, os fundamentos da ordem democrática por meio da reconfiguração do padrão de regulação jurídica, entendida na forma de aceleração temporal da produção de direito. Dessa maneira, são empreendidas reformas constitucionais e infraconstitucionais céleres em desprestígio aos direitos adquiridos e à sistemática de proteção social, negando-se o conflito social-base que fundamenta a construção democrática ponderada¹¹⁹. Em suma, há uma reconfiguração institucional a partir de uma estratégia de conformação das instituições ao projeto de austeridade neoliberal, segundo uma racionalidade fundamentada na urgência¹²⁰,

¹¹⁷ “Na sequência do que anteriormente foi dito, sugiro que a austeridade está a moldar um novo *habitus*, um novo modo de vida que se cria a partir do medo e da insegurança subjetiva. Em Portugal, o contexto da austeridade dá origem a situações de insegurança que são toleradas ou suportadas pelos indivíduos, dado não terem alternativa possível. [...] Dito de outro modo: a taxa de desemprego alimenta a ideia de que devido à dificuldade de encontrar um emprego, a qualidade do trabalho seja sacrificada, constituindo a precariedade mais uma variável de ajustamento para a saída da crise.” FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012 p. 61.

¹¹⁸ Op. Cit. p. 80- 82.

¹¹⁹ “A aceleração do tempo do direito por efeito da austeridade conduz três patologias temporais. A primeira resulta do imediatismo e da pressão para a revisão dos textos constitucionais e legislativos. Contrariando os princípios da estabilidade e da confiança inerentes às limitações impostas aos processos de revisão constitucional, procura-se proceder à sua alteração invocando o realismo político do momento, a disponibilidade de maiorias conjunturais e tendencial unanimidade dos partidos do arco constitucional. A segunda decorrente do esquecimento, nomeadamente quanto ao texto constitucional, o que se reconhece sob a forma de constituição semântica⁷⁴ de excecionalidade e paralela, onde se silenciam as regras constitucionais como a da *proibição do retrocesso social⁷⁵. Colocadas, agora, num limbo correspondendo à excecionalidade do estado de necessidade. A terceira decorrente do conflito de temporalidades surgido da tensão entre uma decisão rápida e uma decisão ponderada. O tempo de exceção, como o da austeridade, tende a ocultar os conflitos diluídos no imediatismo das soluções. Ele contrapõem-se ao tempo da institucionalização dos conflitos que possibilitou (Dahrendorf, ...) a criação de uma arquitetura social onde se legitimaram os direitos adquiridos.” Op. Cit. p. 83 – 84.

¹²⁰ “Em síntese, a urgência provoca uma desvalorização do passado, por ter já ocorrido, e do futuro, por ser demasiadamente incerto. Provoca igualmente uma desqualificação das expectativas, da duração e das transições. Emerge, assim, uma cultura político-jurídica de impaciência e propensão para a resolução dos problemas por via do provisório definitivo. Digamo-lo numa palavra: o transitório tornou-se o habitual, a urgência tornou-se

que deslegitima quaisquer outras formas de regulação social se estas não visarem à tutela do mercado. No âmbito laboral, o autor já referido destaca, como consequência principal desse processo, a perda da identidade político-jurídica do direito do trabalho, sobretudo, quando se nega a sua função económico-instrumental no equilíbrio da relação entre o trabalho e o capital. O direito do trabalho, portanto, passa a ser moldado em consonância com a afirmação dos dogmas do neoliberalismo, tencionando a liberdade e igualdade nas relações de trabalho, e eliminando o seu carácter protetivo¹²¹.

Em razão disso, o próprio Estado de Direito é interpelado no âmbito do consenso entre poderes governamentais eleitos e não eleitos, como anteriormente mencionado, destacando-se a progressiva influência das entidades supranacionais na consolidação do paradigma neoliberal. Tal influência mercadológica fica mais aparente quando o Estado é questionado sobre os seus motivos para intervir no controle da legalidade e legitimidade dos direitos¹²². Esta reconfiguração de poderes dá ensejo ao “paradoxo da soberania”, que quer dizer “(1) o facto de a soberania se encontrar ao mesmo tempo dentro e fora da ordem política nacional; (2) o facto de a soberania se encontrar ao mesmo tempo dentro e fora da ordem jurídica”¹²³. Em outros termos, as intervenções do paradigma da austeridade feitas no Estado de Direito decorrem de uma estratégia fundamentada na “autossuspensão da soberania pela soberania, e de um direito que se coloca fora da lei através dele próprio”¹²⁴. Cria-se, porquanto, um sistema de exceção da soberania e do direito a partir da atuação governamental que implementa uma série de reformas legais, as quais se orientam pelos princípios da incerteza e indeterminação¹²⁵.

Neste processo de institucionalização da austeridade, Antônio Casimiro Ferreira aborda a atuação do judiciário na chancela do programa governamental de austeridade e alerta para a tendência da relativização do sistema de controle entre os poderes federativos (legislativo executivo e judiciário). Inicialmente, aduz-se o carácter político, decorrente da disputa envolvida do controle judicial da legalidade sobre as decisões políticas que se referem ao

permanente (cf. Ost, 2001: 359).” FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: vida económica, 2012, p. 84.

¹²¹ Op. Cit. p. 85-86.

¹²² Op. Cit. p. 69.

¹²³ AGAMBEN, 1998, p. 15 *Apud* FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Económica, p. 70.

¹²⁴ Op. Cit. p. 70.

¹²⁵ Idem.

paradigma da austeridade, uma vez que a normatividade de exceção conduz a indefinição na fronteira entre o constitucional e o inconstitucional. Segundo o autor, apesar da possibilidade das Supremas Cortes terem disponíveis cenários interpretativos direcionados à fiscalização e aplicação do direito, na prática, elas optam por afirmar as medidas empreendidas. Estabelece-se, então, uma jurisprudência de austeridade que tem como fundamento a atuação interventiva por parte do sistema judiciário no sentido da legitimação das políticas de austeridade, estabelecida por uma racionalidade instrumental, pautada no princípio da separação dos poderes¹²⁶.

2.3 A mercadorização do direito do trabalho e o rompimento do pacto democrático

A correlação entre a supressão da soberania e as interpelações ao Estado de Direito, a pressão política dos agentes do mercado nacionais e internacionais, a implantação do projeto de austeridade neoliberal constituem ameaças ao princípio democrático. No tocante ao Direito, é estudado que este passa a ser conformado pelo padrão tecnicista, o qual diz formar normas pretensamente neutras. Como resultado, afastam-se os limites conferidos pela soberania popular e pelo princípio democrático de produção do direito, os quais colocam em jogo a própria temporalidade atinente à produção normativa, com fulcro na inevitabilidade e urgência da reconfiguração da ordem hegemônica¹²⁷.

Em suma, emerge o direito de exceção, “projetando-se como direito líquido no sentido de Bauman, prescinde dos predicados da previsibilidade, da segurança e da confiança, transmutando-se em instrumento de dominação da nova configuração de poderes”¹²⁸. Especialmente no âmbito laboral, é eliminado o seu caráter ambivalente, bem como é negado seu papel na organização das relações desiguais de poder. Constrói-se, pelo entendimento neoliberal, o direito do trabalho de exceção, que simboliza um direito do trabalho instrumentalizado pelo mercado, representando a negação dos pressupostos básicos de formação do ramo *juslaboral*.¹²⁹

¹²⁶ FERREIRA, António Casimiro. Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: Vida Económica, p. 72-73.

¹²⁷ Op. Cit. p. 75.

¹²⁸ FERREIRA, António Casimiro. Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: Vida Económica, 2012, p. 75.

¹²⁹ Op. Cit. p. 77.

3. A “AUSTERIZAÇÃO” NO BRASIL

Tomando como base os referenciais expostos no capítulo 2, examinam-se em seguida as consequências na seara do direito do trabalho da emergência de plataforma de austeridade neoliberal no Brasil, emplacada mais fortemente pelo governo de Michel Temer, em decorrência do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Contextualiza-se a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro a partir da crise política e econômica delineada nos anos de 2015/2016, analisando os aspectos conjunturais do estabelecimento do direito do trabalho de exceção. O primeiro aspecto se refere à pretensa reformulação das fontes do direito do trabalho no Brasil, tendo em vista a proposta de inclusão do artigo 661-A na CLT por intermédio da PL nº 6787/2016 (PLC nº 38/2017), que estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado, analisado à luz do paradoxo da soberania. Após, analisa-se a tramitação da PEC 241/2016 (EC nº 95/2016), relativa ao teto de gastos públicos, além da utilização de medidas provisórias pelo Poder Executivo, associando-as ao fenômeno da temporalidade de exceção. Por fim, são examinadas diversas decisões do STF convergentes na restrição de direitos e garantias trabalhistas. Analisa-se especificadamente a ADIn 5468, que julgou constitucional o corte de gastos orçamentários à Justiça do Trabalho, promovida pela LOA/2016, problematizando-se a consolidação de uma jurisprudência de austeridade no âmbito da Suprema Corte brasileira.

3.1 Crise política, crise econômica e a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro

O Brasil atingiu a marca de 14,2 milhões de desempregados no primeiro trimestre de 2017¹³⁰, conforme levantamento realizado pelo IBGE, no âmbito da PNADC, o que representa uma taxa de 13,7% de desemprego. Trata-se da maior taxa de todos os tempos, se for considerado o início dessa abordagem metodológica a partir de 2012, a qual foi responsável pela substituição definitiva da PME em fevereiro de 2016. Além disso, a taxa composta de subutilização da força de trabalho, que envolve os indicadores da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, de desocupação e de força de trabalho potencial,

¹³⁰ IBGE: total de desempregados cresce e atinge 14,2 milhões. **AGÊNCIA BRASIL**. Rio de Janeiro, 24/04/2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/ibge-total-de-desempregados-cresce-e-atinge-142-milhoes>. Acesso em 29/05/2017.

registrou a marca de 24,1%, correspondendo a 26,5 milhões de pessoas em situação de subemprego¹³¹.

Em outubro de 2016, pelo 19º mês seguido, as demissões superaram as contratações, com 74,7 mil postos formais de trabalho fechados, acumulando-se perda de 751.816 vagas formais de emprego, no período compreendido entre janeiro e outubro de 2016, segundo dados do CAGED relativo ao MTE¹³². Há de se assinalar que esses números simbolizam um processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo, a partir do ano de 2015, consolidando uma conjuntura de recessão da economia brasileira, paralelamente a intensificação de crise política. Crise política esta que culminou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer como presidente da república.

Tabela 1: Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. PNADC.¹³³

Ano	Trimestre de coleta	Brasil		Região Norte		Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		Região Centro-Oeste	
		Estimativa (%)	Coefficiente de variação (%)	Estimativa (%)	Coefficiente de variação (%)	Estimativa (%)	Coefficiente de variação (%)	Estimativa (%)	Coefficiente de variação (%)	Estimativa (%)	Coefficiente de variação (%)	Estimativa (%)	Coefficiente de variação (%)
2012	jan-fev-mar	7,9	1,0	8,9	2,4	9,7	1,6	7,9	1,8	5,1	2,5	7,0	2,8
	abr-mai-jun	7,5	1,1	8,1	2,6	9,6	1,7	7,4	1,9	4,8	2,8	6,2	3,2
	jul-ago-set	7,1	1,1	7,8	2,6	9,4	1,8	6,9	2,0	4,3	2,9	5,7	3,2
	out-nov-dez	6,9	1,1	7,3	2,8	9,3	1,7	6,6	2,1	4,0	3,0	5,7	3,3
2013	jan-fev-mar	8,0	1,0	8,6	2,5	10,9	1,6	7,6	1,9	4,8	2,6	6,8	2,9
	abr-mai-jun	7,4	1,1	8,3	2,6	10,0	1,6	7,2	1,9	4,3	2,8	6,0	3,0
	jul-ago-set	6,9	1,1	7,5	2,8	9,0	1,8	7,0	2,0	4,1	2,8	5,5	3,1
	out-nov-dez	6,2	1,2	6,5	3,0	7,9	1,8	6,2	2,1	3,8	3,1	4,9	3,5
2014	jan-fev-mar	7,2	1,2	7,7	3,0	9,3	1,7	7,0	2,3	4,4	2,9	5,9	3,2
	abr-mai-jun	6,8	1,1	7,2	2,8	8,8	1,7	6,9	2,0	4,1	3,0	5,6	3,3
	jul-ago-set	6,8	1,2	6,9	3,0	8,6	1,8	6,9	2,1	4,2	3,0	5,4	3,3
	out-nov-dez	6,5	1,2	6,8	3,0	8,3	1,8	6,6	2,1	3,8	3,1	5,3	3,4
2015	jan-fev-mar	7,9	1,0	8,7	2,5	9,6	1,7	8,0	1,8	5,1	2,7	7,3	2,8
	abr-mai-jun	8,3	1,1	8,5	2,7	10,3	1,7	8,3	1,9	5,5	2,7	7,4	2,9
	jul-ago-set	8,9	1,0	8,8	2,6	10,8	1,7	9,0	1,8	6,0	2,5	7,5	3,0
	out-nov-dez	9,0	1,1	8,6	2,9	10,5	1,7	9,6	1,9	5,7	2,8	7,4	2,8
2016	jan-fev-mar	10,9	1,2	10,5	2,6	12,8	1,7	11,4	2,2	7,3	2,3	9,7	2,5
	abr-mai-jun	11,3	1,0	11,2	2,6	13,2	1,6	11,7	1,8	8,0	2,4	9,7	2,6
	jul-ago-set	11,8	1,0	11,4	2,6	14,1	1,6	12,3	1,8	7,9	2,2	10,0	2,5
	out-nov-dez	12,0	0,9	12,7	2,8	14,4	1,5	12,3	1,6	7,7	2,3	10,9	2,6
2017	jan-fev-mar	13,7	0,9	14,2	2,4	16,3	1,3	14,2	1,7	9,3	2,3	12,0	2,4

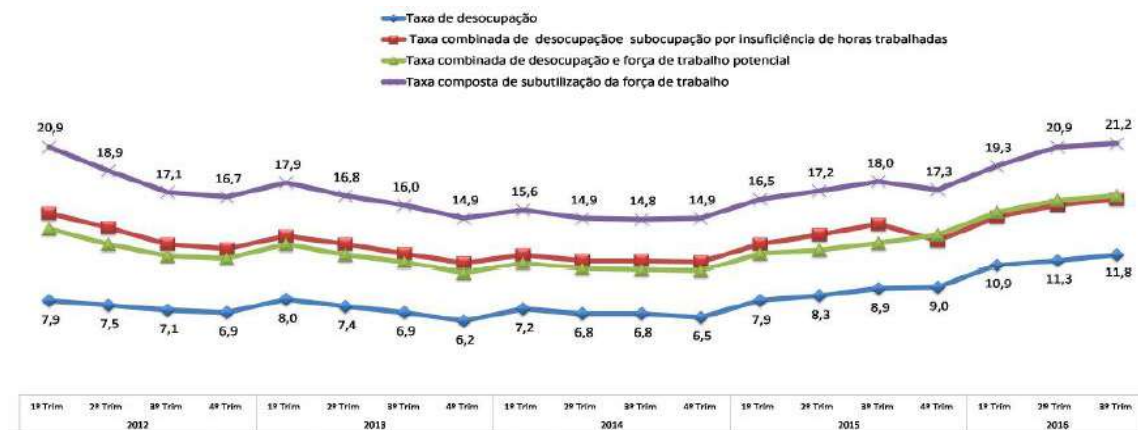
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

¹³¹ Taxa composta de subutilização da força de trabalho chega a 24,1% no Brasil. Cerca de 26,5 milhões de pessoas não estão em trabalhos adequados. **CORREIO DO ESTADO**. Mato Grosso do Sul, 18 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/brasilmundo/taxa-composta-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-chega-a-241-no/304143/>. Acesso em 29/05/2016.

¹³² Brasil fecha 74,7 mil postos formais de trabalho em outubro Foi o 19º mês seguido em que demissões superaram as contratações no país. Números do emprego formal foram divulgados pelo Ministério do Trabalho. **PORTAL G1**. Brasília, 24/11/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/brasil-tem-perda-de-744-mil-postos-formais-de-emprego-em-outubro.html>. Acesso em 29/05/2016.

¹³³ Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/>. Acesso 29/05/2017.

Gráfico 1: Taxas de subutilização da força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade – Brasil – (2012 – 2016). PNADC.¹³⁴



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua.

Tabela 2: Emprego e Renda. Criação de novas vagas formais. Carta de conjuntura/Out. 2016. IPEA.¹³⁵

Mês	Empregados			
	Admissões	Demissões	Saldo	
2011	janeiro	1.650.372	1.498.281	152.091
	fevereiro	1.797.217	1.516.418	280.799
	março	1.765.922	1.673.247	92.675
	abril	1.774.378	1.502.153	272.225
	maio	1.912.665	1.660.598	252.067
	junho	1.781.817	1.566.424	215.393
	julho	1.696.863	1.556.300	140.563
	agosto	1.830.321	1.639.875	190.446
	setembro	1.763.026	1.553.948	209.078
	outubro	1.664.566	1.538.423	126.143
	novembro	1.620.422	1.577.687	42.735
	dezembro	1.305.051	1.713.223	-408.172
2012	janeiro	1.711.490	1.592.595	118.895
	fevereiro	1.740.062	1.589.462	150.600
	março	1.881.127	1.769.381	111.746
	abril	1.798.101	1.581.127	216.974
	maio	1.785.075	1.645.396	139.679
	junho	1.732.327	1.611.887	120.440
	julho	1.753.241	1.610.745	142.496
	agosto	1.819.767	1.718.829	100.938
	setembro	1.664.747	1.514.413	150.334
	outubro	1.710.580	1.643.592	66.988
	novembro	1.624.306	1.578.211	46.095
	dezembro	1.211.216	1.708.160	-496.944
2013	janeiro	1.794.272	1.765.372	28.900
	fevereiro	1.774.411	1.650.965	123.446
	março	1.849.148	1.736.698	112.450
	abril	1.938.169	1.741.256	196.913
	maio	1.827.122	1.755.094	72.028
	junho	1.772.194	1.648.358	123.836
	julho	1.781.308	1.739.845	41.463
	agosto	1.845.915	1.718.267	127.648
	setembro	1.805.458	1.594.390	211.068
	outubro	1.841.106	1.746.213	94.893
	novembro	1.618.426	1.570.940	47.486
	dezembro	1.094.522	1.543.966	-449.444
2014	janeiro	1.778.077	1.748.482	29.595
	fevereiro	1.989.181	1.728.358	260.823
	março	1.767.969	1.754.852	13.117
	abril	1.862.515	1.757.131	105.384
	maio	1.849.591	1.790.755	58.836
	junho	1.639.407	1.614.044	25.363
	julho	1.746.797	1.735.001	11.796
	agosto	1.748.818	1.647.393	101.425
	setembro	1.770.429	1.646.644	123.783
	outubro	1.718.373	1.748.656	-30.282
	novembro	1.613.006	1.604.625	8.381
	dezembro	1.176.896	1.732.404	-555.508
2015	janeiro	1.600.094	1.681.868	-81.774
	fevereiro	1.646.703	1.649.118	-2.415
	março	1.719.219	1.699.937	19.282
	abril	1.527.681	1.625.509	-97.828
	maio	1.464.645	1.580.244	-115.599
	junho	1.453.335	1.564.534	-111.199
	julho	1.397.393	1.555.298	-157.905
	agosto	1.392.343	1.478.886	-86.543
	setembro	1.326.735	1.422.337	-95.602
	outubro	1.237.454	1.406.585	-169.131
	novembro	1.179.079	1.309.708	-130.629
	dezembro	917.031	1.513.239	-596.208
2016	janeiro	1.205.040	1.304.734	-99.694
	fevereiro	1.276.620	1.381.202	-104.582
	março	1.374.485	1.493.261	-118.776
	abril	1.258.970	1.321.814	-62.844
	maio	1.209.991	1.282.606	-72.615
	junho	1.204.763	1.295.795	-91.032
	julho	1.168.011	1.262.735	-94.724
2016	agosto	1.253.728	1.287.681	-33.953
	setembro	1.142.797	1.182.079	-39.282

Fonte: MTE/CAGED. Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Fonte: MTE/CAGED. Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

¹³⁴Disponível: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicílios_contínua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Força_de_Trabalho/pnadc_201201_201603_trimestre_novos_indicadores.pdf>. Acesso: 29/05/2017.

¹³⁵Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/series-estatisticas-conjunturais-2/>. Acesso em 29/05/2017.

Desde dezembro de 2007, o IPEA realiza análise e projeções econômicas, trimestralmente, por intermédio das Cartas de Conjuntura, com disponibilização de Séries Estatísticas Conjunturais, e do indicador IPEA. Também são disponibilizados alguns trabalhos de pesquisa na plataforma observatório do desenvolvimento¹³⁶. A síntese da carta de conjuntura nº 23 (junho de 2014)¹³⁷ aborda a percepção de baixo dinamismo da economia brasileira, reforçando as análises do ano de 2013. Nesse estudo, destaca-se que a confiança dos consumidores e empresários se encontrava em níveis similares ao ano de 2009, quando o país se recuperava dos efeitos da crise financeira mundial (2007/2008).

Em que se pese a estagnação econômica com um quadro de pressão inflacionária e aumento do *déficit* externo e interno, o mercado de trabalho ainda era considerado um aspecto positivo. Vale lembrar que o país mantinha um baixo nível de desemprego e sustentava valores reais dos salários, apesar da Série do IPEA constatar a desaceleração da criação de postos formais em 2014¹³⁸. Então, ajustes econômicos estruturais são propostos pelo governo no ano de 2015, notadamente no âmbito fiscal, naquilo que tange à contenção dos gastos públicos,

¹³⁶ Segue a apresentação da edição nº 1 da carta de conjuntura (dez. 2007): “o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) inaugura, com esta Carta, uma nova sistemática de apresentação das publicações sobre a conjuntura, visando ampliar o debate sobre os rumos da economia brasileira. 1. Carta de Conjuntura – A partir deste mês, será divulgada, com periodicidade trimestral, a Carta de Conjuntura, trazendo uma análise dos principais temas econômicos dos três meses precedentes, sempre acompanhada de projeções dos mais importantes indicadores macroeconômicos. 2. Séries Estatísticas Conjunturais – Junto com a Carta será disponibilizada, na página do Ipea na internet (www.ipea.gov.br), uma segunda publicação, denominada Séries Estatísticas Conjunturais, com diversos quadros e gráficos que permitirão uma observação mais detalhada dos números da economia. 3. Observatório do Desenvolvimento – Uma vez por ano, sempre no mês de maio, será publicado o Observatório do Desenvolvimento, com trabalhos de pesquisa sobre a economia brasileira. O propósito aqui será permitir uma análise mais aprofundada dos temas tratados, colocando-os numa perspectiva de longo prazo. 4. Indicador Ipea – Mensalmente será divulgado o Indicador Ipea, que apresentará a projeção calculada pelo Ipea para os resultados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A principal característica dessa publicação está em antecipar em cerca de três semanas a variação da produção industrial calculada pelo IBGE.” IPEA. **Carta de conjuntura nº 1**. Brasília, DF, dezembro de 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc01_apresentacao.pdf. Acesso em 29/05/2017.

¹³⁷ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc23_sinteseconjuntura.pdf. Acesso em 30/05/2017.

¹³⁸ Conforme a síntese da carta de conjuntura nº 25 (dez. 2014): “O ano de 2014 se encerra com um quadro complexo, em que a virtual estagnação da atividade econômica se combina com a persistência de pressões inflacionárias, com a elevação, ainda que gradual, do deficit externo e com sensível piora das contas públicas. O mercado de trabalho permanece sendo a nota positiva nesse quadro, com a manutenção da taxa de desemprego em níveis historicamente baixos e a sustentação de ganhos reais de salário cumprindo um papel importante em mitigar o custo social da desaceleração da atividade econômica. Mas mesmo este já apresenta sinais de fraqueza, com importante desaceleração da criação de novos postos, até o momento compensada pela redução da população economicamente ativa.” IPEA. **Carta de conjuntura nº 25**. Brasília, DF, dezembro de 2014, p. 7. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc_dez2014_sinteseconjuntura.pdf. Acesso em: 30/05/2017.

redução da inflação e das contas externas. Foi assinalado, na defesa da política econômica que se seguiu, a acentuada deterioração econômica e o aumento expressivo da taxa de desemprego¹³⁹. É de bom tom reforçar, que a discussão sobre os rumos da economia se deu em contexto de grande instabilidade política, haja vista a discussão sobre a possibilidade de afastamento da presidente Dilma Rousseff¹⁴⁰.

Diversos relatórios, subscritos por organismos internacionais, tais como FMI, OCDE e Banco Mundial, indicavam a necessidade de resolução das instabilidades políticas, no sentido de estabelecimento de consenso político para a realização de reformas econômicas estruturais¹⁴¹. Em 28 de outubro de 2015, o PMDB correspondia não só a sigla partidária do vice-presidente à época, Michel Temer, como também representava a maior base governista. Aproveitando-se desse quadro, o partido lança um manifesto intitulado “Uma Ponte para o Futuro”¹⁴², ressaltando a inevitabilidade e emergência de ajustes estruturais macroeconômicos nas searas tributária, previdenciária e trabalhista, referenciando seu manifesto no Relatório

¹³⁹ Nesse sentido, segue a conclusão da carta de conjuntura nº 28 (set. 2015): “Em suma, o momento econômico é delicado e, diante do acúmulo de incertezas, a reação natural dos agentes econômicos é retrain-se à espera de sinalizações mais concretas sobre o futuro. Isso revela um cenário econômico que é fortemente condicionado pelo quadro político. A recuperação da confiança depende, por um lado, da capacidade do governo federal de apresentar medidas que propiciem um cenário fiscal mais previsível e confortável para os próximos anos e, por outro, de uma adequada articulação entre o Executivo e o Congresso no sentido de alcançar acordos que permitam a aprovação dessas medidas.” IPEA. **Carta de conjuntura nº 28**. Brasília, DF, setembro de 2015, p. 10. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/151120_cc28_sintese.pdf. Acesso em 31/05/2017.

¹⁴⁰ Em 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha aceitou formalmente a denúncia, oferecida pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, relativa ao cometimento de crime de responsabilidade, precisamente, irregularidades em movimentações fiscais (“pedaladas fiscais”) e na emissão de decretos suplementares. Impeachment de Dilma: Uma retrospectiva. **POLITIZE**. Santa Catarina, 25/08/2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/impeachment-de-dilma-retrospectiva/>. Acesso em 31/05/2017.

¹⁴¹ “Desde o final de 2014, a grande mídia noticiou com frequência relatórios de organismos não-eleitos – como FMI, OCDE, Banco Mundial e agências de rating – que apresentavam análises, prognósticos e recomendações sobre a crise econômica brasileira. Em comum, esses relatórios produziram, por meio de determinados indicadores, uma narrativa caracterizada pela intensificação da queda da economia brasileira com a projeção de um cenário cada vez mais catastrófico para o futuro e pela necessidade imediata de resolução dos problemas políticos para a construção de um caminho de saída da crise econômica sem recomendar, no entanto, a preservação da ordem constitucional e do regime democrático.” GONDIM, Thiago Patrício. **O discurso da austeridade no contexto da atual crise econômica brasileira e suas implicações para o direito do trabalho**. In: COUTINHO, Aldacy Rachid; WANDELLI, Leonardo Vieira (org.). *Anais do II encontro RENAPEDTS*. 1.^a ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 813 – 814.

¹⁴² **Uma Ponte para o Futuro**. Fundação Ulysses Guimarães, PMDB, Brasília, 29 out. 2015. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15Online.pdf. Acesso em: 31/05/2016.

Global de Competitividade 2015-2016 do FEM¹⁴³. Neste Relatório, argumentou-se que o Brasil teria perdido 18 posições no *ranking* de competitividade, ficando em 75º lugar dentre os 140 países analisados.

Em 19 de março de 2016, o PMDB formalmente abandonou a base aliada do governo¹⁴⁴, sendo a presidente Dilma afastada provisoriamente de sua função em 12 de maio de 2016, a partir da abertura pelo Senado do processo de Impeachment¹⁴⁵. Nesse cenário, estabelece-se um governo transitório em que o vice-presidente, Michel Temer, assume a Presidência da República. Em seguida, seu governo se torna definitivo na data de 31 de agosto de 2016, quando a ex-presidente é condenada pelo Senado Federal por crime de responsabilidade, perdendo o mandato¹⁴⁶. Tomando como referência o manifesto acima, Temer elabora sua plataforma de governo baseada na ideia de austeridade econômica. No âmbito laboral, justamente quando são registrados sucessivos aumentos das taxas de desemprego e subocupação, ocorre a flexibilização das relações trabalhistas e as reformas legislativas são apontadas como pilares do programa governamental¹⁴⁷. Os argumentos para tanto refletem uma concepção sobre eficiência, competitividade e integração na cadeia do mercado global. Em outras palavras, pode-se entender que o programa governamental

¹⁴³ Jose dari Krein afirma tratar-se de projeto de mercado, não de nação, no sentido da retirada de direitos e desestruturação dos mecanismos de proteção social, segundo o autor, “é um programa que tem como diagnósticos dos problemas do país o Relatório Global de Competitividade 2015-2016, do Fórum Econômico Mundial. Ou seja, é uma visão de quem pretende construir um mercado e não uma nação, pois as informações são baseadas em pesquisas realizadas com empresários discutindo as condições para viabilizar os seus negócios”. KREIN, José Dari. **O golpe e as tendências de desconstrução dos direitos no Brasil**. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO, Hugo Cavalcante; LOGUÉRCIO, José Eymard; FILHO, Wilson Ramos (org.). A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016. Bauru: Editora Praxis, 2016. 1ª edição, p.226. O relatório Global de Competitividade 2015-2016, do Fórum Econômico Mundial está Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2015-2016/>. Acesso em: 31/05/2016.

¹⁴⁴ Por aclamação, PMDB oficializa rompimento com governo Dilma. Os seis ministros peemedebistas serão orientados a entregar seus cargos. Saída do PMDB pode desencadear desembarque de outras siglas aliadas. **PORTAL G1**. Brasília, 29/03/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/por-aclamacao-pmdb-oficializa-rompimento-com-governo-dilma.html>. Acesso em 31/05/2017.

¹⁴⁵ Processo de impeachment é aberto, e Dilma é afastada por até 180 dias. Senadores aprovaram instauração de processo por 55 votos a 22. Presidente fica afastada por até 180 dias enquanto é julgada no Senado. **PORTAL G1**. Brasília, 12/05/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180-dias.html>. Acesso em 31/05/2017.

¹⁴⁶ Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. **PORTAL G1** Brasília, 31/08/2016. Disponível em: Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>. Acesso em 31/05/2017.

¹⁴⁷ Conheça o plano de governo de Temer. Programa estabelece idade mínima de aposentadoria e flexibiliza as leis trabalhistas. **O DIA**. Rio de Janeiro, 18/04/2016. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/brasil/2016-04-18/conheca-o-plano-de-governo-de-temer.html>. Acesso em: 31/05/2017.

representa um projeto de austeridade neoliberal¹⁴⁸, desmaterializando os direitos sociais, especialmente, previdenciários e trabalhistas e articulando o discurso da crise e da legitimação pelo medo no sentido da concentrar o poder nas mãos da classe empresarial brasileira¹⁴⁹.

A visão geral da carta de conjuntura nº 33 (4º trimestre de 2016) do IPEA reforça essa agenda governamental. Ela aduz a inevitabilidade da adoção de medidas direcionadas ao campo macroeconômico do ajuste fiscal e equilíbrio da política monetária. Além do mais, sugere reformas microeconômicas no intuito de atrair investimentos do capital internacional.¹⁵⁰ Dentre as reformas microeconômicas sugeridas, destaca-se a trabalhista, apontando-se a atual legislação como entrave a competitividade brasileira no mercado mundial diante suposta rigidez. Nesse sentido, a retomada do crescimento econômico brasileiro é condicionado à flexibilização das relações laborais¹⁵¹. A seguir, é examinada uma das propostas fundamentais da reforma trabalhista proposta pelo Governo Federal, qual seja, a estipulação da prevalência do negociado sobre o legislado, dimensionando-a como um dos aspectos concernentes emergência do direito do trabalho de exceção no Brasil.

3.2 O direito do trabalho de exceção no Brasil

Contextualiza-se, neste tópico, um pouco mais sobre as referências já expostas no capítulo 2, quanto à emergência do paradigma da austeridade e a conformação de um direito do trabalho de exceção. O manifesto intitulado a “ponte para o futuro” do PMDB prenunciava um dos pontos que viria a fundamentar a plataforma do governo Temer, na seara trabalhista, qual seja, “permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos”¹⁵². Esse ponto foi reiterado a nível nacional pela CNI nos documentos intitulados “101 propostas para modernização trabalhista”¹⁵³ e “Agenda para o

¹⁴⁸ Para uma análise da introdução das políticas de austeridade a nível internacional: CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **O neoliberalismo, as reformas trabalhistas, a “desdemocratização” e os direitos humanos no trabalho**. In: EMERIQUE, L. M. B.; GARCIA, Ivan Simões; SILVA, Sayonara Grillo (Org.). *Direitos Humanos e Trabalho Decente*. 1. ed. Belo Horizonte: Forum, 2016, v. 1, p. 93-109.

¹⁴⁹ SILVA, Sayonara Grillo Leonardo Coutinho da. **A introdução das políticas ultraliberais no Brasil e as reformas trabalhistas: uma ponte para a exceção?** In: EINLOFT, Denis; TOSS, Luciane; SEVERO, Valdete Souto (coord.). *Direito do Trabalho e Pensamento Crítico*. Porto Alegre: HS Editora, 2016, p. 74.

¹⁵⁰ IPEA. **Carta de Conjuntura nº 33 – 4º trimestre de 2016**. Brasília, DF, 2016, p. 12 - 13. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/161130_cc33_visao_geral.pdf. Acesso em: 30/05/2017.

¹⁵¹ Vide tópico 2.3.

¹⁵² **Uma ponte para o futuro**. Fundação Ulysses Guimarães, PMDB, Brasília, 29 out. 2015, p. 19.

¹⁵³ Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-para-modernizacao-trabalhista/>. Acesso em: 31/05/2017.

país sair da crise 2016-2018”¹⁵⁴. Não consiste, fundamentalmente, em nova reivindicação do empresariado, uma vez que essa temática já foi objeto de discussão no âmbito dos governos Collor (PL nº 821/91) e Fernando Henrique Cardoso (PL nº 5483/01), inclusive, neste último, houve a aprovação pela câmara dos deputados de tal medida, mas posteriormente ela foi arquivada. Deste modo, de início, analisa-se a problemática da prevalência do negociado *versus* o legislado à luz do paradoxo da soberania.

3.2.1 O paradoxo da soberania: a prevalência do negociado *versus* legislado

A reformulação do sistema de fontes do direito do trabalho, com objetivo de se estipular a prevalência do negociado sobre legislado, é um dos pontos estruturantes da agenda neoliberal. Com isso, a proposta de reformar esse sistema permite a redução dos direitos e garantias do trabalhador, apesar dos argumentos utilizados estarem travestidos pelo discurso da modernização, eficiência e competitividade, tomando como referência a concepção mercantilizada do ramo jurídico trabalhista¹⁵⁵. Deve-se frisar que a Reforma conta com a ideia de negação da desigualdade de forças existentes na relação trabalhista, diante de seu caráter essencialmente antagônico. Por esse motivo, torna-se lógico que a assunção da prevalência do negociado implica, necessariamente, em prevalência dos interesses do capital, vez que ao invés de negociação, estabelece-se efetiva imposição por parte daqueles que detém a supremacia da força econômica:

“Neste contexto regulatório, observa-se a apropriação do discurso para criação de novos dispositivos, ao mesmo tempo de legitimação e dominação, no espírito novo do capitalismo. A ampla negociação coletiva é uma reivindicação histórica e importante da classe trabalhadora no processo de sua constituição e afirmação como classe. Contudo, o Direito do Trabalho é do Trabalho e não do Capital na medida exata em que traz em si a dimensão utópica da autonomia. Todavia, quando se propõe uma fissura total entre os sistemas jurídicos e ‘se dá às partes a opção de escolher’ entre qual o ordenamento jurídico a lhe ser aplicável, não temos autonomia, temos ‘mercado de produtos legislativos’; um *law shopping* chegando a um direito, que deixaria de ser ambigualmente um direito capitalista do trabalho para

¹⁵⁴ Disponível em: 2016-2018<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2016/4/agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018/>. Acesso em 31/05/2017.

¹⁵⁵ “A proposição de reformular o sistema de fontes do direito, de modo a separar em ordens jurídicas distintas as regulações aplicáveis, ‘a ser objeto de escolha pelos interessados’ é um indicador de como a negociação coletiva é reorientada, para constituir alternativa às regras legais ou transformar a natureza destas em uma legalidade que pode não ser aplicada, passível de ser afastada.” SILVA, Sayonara Grillo Leonardo Coutinho da. **A introdução das políticas ultraliberais no Brasil e as reformas trabalhistas: uma ponte para a exceção?** In: EINLOFT, Denis; TOSS, Luciane; SEVERO, Valdete Souto (coord.). *Direito do Trabalho e Pensamento Crítico*. Porto Alegre: HS Editora, 2016, p. 75.

se afirmar como um direito do capital sobre o trabalho. Ou seja, para um direito que não precisa ser revogado, pois se suspende.”¹⁵⁶

Após desistir de alterar a legislação trabalhista por intermédio de MP¹⁵⁷, o governo Temer, em 22 de dezembro de 2016, direcionou iniciativa de lei à câmara dos deputados, a “minirreforma trabalhista”¹⁵⁸, que veio a ser denominado PL nº 6.787/2016/PLC nº 38¹⁵⁹, com objetivo de alterar dispositivos da CLT e da lei sobre trabalho temporário (Lei 6019/74). Dentre os aspectos fundamentais, destaca-se a inclusão na CLT do artigo 611-A¹⁶⁰, que institui a ampla prevalência do negociado sobre o legislado em temas centrais da relação de trabalho, tais como, férias, jornada de trabalho, plano de cargos e salários, ultratividade das normas e instrumentos coletivos, dentre outros. Conforme a exposição dos motivos do projeto de lei trata-se de um instrumento de valorização da negociação coletiva entre trabalhadores e empregados. Contudo, não foram reguladas formas de intervenção direta do trabalhador na

¹⁵⁶ SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. **A introdução das políticas ultraliberais no Brasil e as reformas trabalhistas: uma ponte para a exceção?** In: EINLOFT, Denis; TOSS, Luciane; SEVERO, Valdete Souto (coord.). *Direito do Trabalho e Pensamento Crítico*. Porto Alegre: HS Editora, 2016, p. 76.

¹⁵⁷ Governo desiste de mudar legislação trabalhista por medida provisória. **UOL**. Brasília, 22/12/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1843701-governo-desiste-de-mudar-legislacao-trabalhista-por-medida-provisoria.shtml>. Acesso em: 01/06/2016

¹⁵⁸ Temer anuncia propostas de mudanças na legislação trabalhista. Presidente apresenta às centrais sindicais e aos empresários uma minirreforma. **ESTADÃO**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/ao-vivo/michel-temer-reforma-trabalhista-2017>. Acesso em: 01/06/2017.

¹⁵⁹ Para uma análise crítica mais detalhada desta medida legislativa: Nota técnica nº 7, da Secretaria de Relações institucionais do Ministério Público do Estado. **MPT**. Brasília, DF, 09/05/2017. Disponível em: http://fundacaoanfp.org.br/site/wp-content/uploads/2017/06/Nota-t%C3%A9cnica-PLC-38_2017-MPT.pdf. Acesso em: 14/06/2017.

¹⁶⁰ Nesse sentido, segue a redação original do Projeto de lei nº 6.787/2016:

[...] “Art. 611-A. A convenção ou o acordo coletivo de trabalho tem força de lei quando dispuser sobre:
I - parcelamento de período de férias anuais em até três vezes, com pagamento proporcional às parcelas, de maneira que uma das frações necessariamente corresponda a, no mínimo, duas semanas ininterruptas de trabalho;
II - pacto quanto à de cumprimento da jornada de trabalho, limitada a duzentas e vinte horas mensais;
III - participação nos lucros e resultados da empresa, de forma a incluir seu parcelamento no limite dos prazos do balanço patrimonial e/ou dos balancetes legalmente exigidos, não inferiores a duas parcelas;
IV - horas **in itinere**;
V - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos; VI - ultratividade da norma ou do instrumento coletivo de trabalho da categoria;
VII - adesão ao Programa de Seguro-Emprego - PSE, de que trata a Lei no 13.189, de 19 de novembro de 2015;
VIII - plano de cargos e salários;
IX - regulamento empresarial;
X - banco de horas, garantida a conversão da hora que exceder a jornada normal de trabalho com acréscimo de, no mínimo, cinquenta por cento;
XI - trabalho remoto;
XII - remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado; e
XIII - registro de jornada de trabalho.”

[...]

Disponível: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1520055&filename=PL+6787/2016>. Acesso em 01/06/2017.

gestão empresarial, restringindo-se a ampliar hipótese de possibilidade da supressão de direitos por instrumentos coletivos, constituindo apropriação pelo Governo Federal de uma das demandas históricas da classe trabalhadora relativa à efetivação da autonomia nas relações laborais¹⁶¹.

Propõe-se, como medida complementar a regulamentação do artigo 11 da CRFB/88, que ressalta a necessidade de construção de um canal de representação dos trabalhadores no âmbito da empresa, inclusive se remetendo a experiências de países europeus. Porém, a medida completar não avança na estipulação de mecanismos de integração dos trabalhadores na dinâmica organizacional e produtiva da empresa, afigurando-se representação eminentemente formal, no sentido da harmonização da relação e enfraquecimento do poder sindical, uma vez que não é necessária a sindicalização. Além disso, a medida exclui a possibilidade dos trabalhadores com contrato por tempo determinado de serem representantes na empresa¹⁶².

Deve-se ter em mente que a própria CRFB/88 reconhece, como fonte do direito do trabalho, as convenções e acordos coletivos, conforme artigo 5º, inciso XXVI, estruturado a partir dos princípios do não retrocesso social e do *non reformatio in pejus*¹⁶³. Logo, afasta-se,

¹⁶¹ “Na exposição de motivos do PL 6787/2016, o governo federal procura apropriar-se discursivamente de uma reivindicação de autonomia das classes trabalhadoras ao afirmar a juridicidade da negociação coletiva. Contudo não o faz, já que apresenta proposição que tão somente amplia as possibilidades derogatórias dos instrumentos coletivos, sem reconhecer suas possibilidades concretas de intervenção na vida da empresa e de controle do poder econômico. SILVA, Sayonara Grillo; GONDIM, Thiago Patrício. Austericídio e reforma trabalhista: A gramática de exceção contida no projeto de lei 6787/2016. **Revista eletrônica da OAB**. Disponível em: <http://revistaeletronica.oab.org.br/?artigo=austericidio-e-reforma-trabalhista-a-gramatica-de-excecao-contida-no-projeto-de-lei-67872016-2>. Acesso em 31/05/2016.

¹⁶² “[...] 4. Essas discussões demonstram a importância da medida ora proposta, de valorização da negociação coletiva, que vem no sentido de garantir o alcance da negociação coletiva e dar segurança ao resultado do que foi pactuado entre trabalhadores e empregadores. 5. Outra medida ora proposta, que visa prestigiar o diálogo social e desenvolver as relações de trabalho no país, é a regulamentação do art. 11 da Constituição Federal. Esse dispositivo constitucional assegura a eleição de um representante dos trabalhadores nas empresas com mais de duzentos empregados, com a missão de promover o entendimento direto com a direção da empresa. O representante dos trabalhadores no local de trabalho deverá atuar na conciliação de conflitos trabalhistas no âmbito da empresa, inclusive os referente ao pagamento de verbas trabalhistas periódicas e rescisórias, bem como participar na mesa de negociação do acordo coletivo de trabalho com a empresa. 6. A experiência européia demonstra a importância da representação laboral na empresa. Países como Alemanha, Espanha, Suécia, França, Portugal e Reino Unido possuem há vários anos as chamadas comissões de empresa ou de fábrica. A maturidade das relações de trabalho em alguns países europeus propicia um ambiente colaborativo entre trabalhador e empresa, resultando na melhoria do nível de produtividade da empresa. [...]” **Exposição de Motivos do PL n.º 6.787**. Planalto Nacional. Brasília, DF, 23 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1520055&filename=PL+6787/2016. Acesso em 01/06/2017.

¹⁶³ Para uma análise mais detalhada: SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da; HORN, Carlos Henrique. **O princípio da proteção: fundamento da regulação não-mercantil das relações de trabalho**. In: revista OAB/RJ, Brasil, Julho/Dezembro de 2010, vol. 26, n. 2, 2010, p. 83-112.

via de regra, a possibilidade de supressão de direitos e garantias, enquanto pressuposto de proteção ao trabalhador devido a sua posição de vulnerabilidade. A proposição da prevalência do negociado sobre o legislado rompe com essa sistemática protetiva, já que liberaliza a possibilidade de flexibilização do núcleo estruturante dos direitos fundamentais¹⁶⁴, transformando a negociação coletiva em instrumento do domínio econômico, especificadamente, da consolidação do projeto de precarização das relações de trabalho:

“Deste modo, a negociação coletiva se tornaria um mecanismo disponível aos agentes econômicos para a realização de ajustes pontuais e setoriais em relações de emprego a partir da promoção da flexibilidade precarizadora das condições de trabalho. Em contraponto à autonomia coletiva reconhecida pela Constituição de 1988, o PL 6787/2016, na medida em que amplia os efeitos derogatórios dos instrumentos resultantes da autonomia, reduz a potencialidade da autotutela (greve e demais mecanismos de ação direta e manifestação sindical) e da auto-organização (como financiamento e redução da liberdade sindical, criminalização dos movimentos sociais e sindicais), aumentando a desigualdade da distribuição de poder entre capital e trabalho no plano coletivo.”¹⁶⁵

3.2.2 A temporalidade de exceção: a PEC nº 241/2016 (EC nº 95) e a utilização de medidas provisórias pelo Poder Executivo

Uma das ações principais do governo provisório Temer foi a iniciativa de emenda à constituição, por intermédio da mensagem nº 329/2016, para o estabelecimento de um novo regime fiscal, propondo-se um teto para os gastos públicos com lapso temporal de 20 anos¹⁶⁶.

¹⁶⁴ “Por meio do *modus operandi* das políticas de austeridade, implementa-se a possibilidade de suspensão de um direito pela sua não aplicação sem a necessidade de revogá-lo, tal qual ocorrem nas políticas de exceção. A introdução do Art. 611-A no texto da CLT, ao permitir a formação de dois modelos regulatórios diferenciados cuja escolha fica a cargo de uma decisão privada das partes contratantes, inclusive com a possibilidade de flexibilização do núcleo de direitos fundamentais trabalhistas protegidos pelo princípio do não retrocesso social previsto no caput do Art. 7.º, em algumas hipóteses, ensejaria o afastamento da aplicação dos três modelos normativos de admissibilidade e incorporação da negociação coletiva construídos pela doutrina juslaboralista brasileira. Em outras, promoveria a ampliação da incidência do regime supletório a partir dos mecanismos da vantagem compensatória e do princípio da intervenção mínima da Justiça do Trabalho na autonomia da vontade coletiva sem realçar a sua natureza excepcional e transitória.” . SILVA, Sayonara Grillo; GONDIM, Thiago Patrício. Austericídio e reforma trabalhista: A gramática de exceção contida no projeto de lei 6787/2016. **Revista eletrônica da OAB**. Disponível em: <http://revistaelectronica.oab.org.br/?artigo=austericidio-e-reforma-trabalhista-a-gramatica-de-excecao-contida-no-projeto-de-lei-67872016-2>. Acesso em 31/05/2016.

¹⁶⁵ SILVA, Sayonara Grillo; GONDIM, Thiago Patrício. Austericídio e reforma trabalhista: A gramática de exceção contida no projeto de lei 6787/2016. **Revista eletrônica da OAB**. Disponível em: <http://revistaelectronica.oab.org.br/?artigo=austericidio-e-reforma-trabalhista-a-gramatica-de-excecao-contida-no-projeto-de-lei-67872016-2>. Acesso em 31/05/2016.

¹⁶⁶ Tal medida está em consonância com a agenda governamental prenunciada no manifesto “*A ponte para o futuro*”, dentre as primeiras proposições: “[...] a) construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro, com superávit operacional e a redução progressiva do endividamento público; b) estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, **através de lei**, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento [...]”. **Uma ponte para o futuro**. Fundação Ulysses Guimarães, PMDB, Brasília, 29 out. 2015, p. 18.

Em 15 de junho de 2016, tal iniciativa foi proposta com a PEC 241/2016, sob regime de tramitação especial. Em 10 de outubro de 2016, aprovada em 1º turno, em sessão deliberativa extraordinária, e definitivamente aprovada em 25 de outubro de 2017, em 2º turno, conforme o procedimento constitucional. Dessa forma, no segundo turno, houve nova sessão deliberativa extraordinária, contando com o quórum de 477 parlamentares presentes, 359 votos favoráveis, 116 contrários e 2 abstenções. Em 15 de fevereiro de 2016, a mesa diretora da Câmara dos deputados, após oficial o Senado Federal, promulgou tal medida sob a forma da EC nº 95/2016, sendo publicada no Diário Oficial em 16 de fevereiro de 2016¹⁶⁷:

“Faz-se necessária mudança de rumos nas contas públicas, para que o País consiga, com a maior brevidade possível, restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública. É importante destacar que, dado o quadro de agudo desequilíbrio fiscal que se desenvolveu nos últimos anos, esse instrumento é essencial para recolocar a economia em trajetória de crescimento, com geração de renda e empregos. Corrigir o desequilíbrio das contas públicas é condição necessária para retirar a economia brasileira da situação crítica que Vossa Excelência recebeu ao assumir a Presidência da República. [...] Trata-se, também, de medida democrática. Não partirá do Poder Executivo a determinação de quais gastos e programas deverão ser contidos no âmbito da elaboração orçamentária. O Executivo está propondo o limite total para cada Poder ou órgão autônomo, cabendo ao Congresso discutir esse limite. Uma vez aprovada a nova regra, caberá à sociedade, por meio de seus representantes no parlamento, alocar os recursos entre os diversos programas públicos, respeitado o teto de gastos. Vale lembrar que o descontrole fiscal a que chegamos não é problema de um único Poder, Ministério ou partido político. É um problema do país! E todos o país terá que colaborar para solucioná-lo.” Planalto Nacional. **Intenção de motivos da PEC 241/16**. Brasília, DF, 15/06/2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarn-tegra?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016>. Acesso em: 02/06/2016.

A forma como foi procedida a substancial alteração no texto constitucional brasileiro, quanto ao regime de fiscal, é um exemplo emblemático da ascensão do fenômeno da temporalidade de exceção. Por meio desse fenômeno, é induzida a aceleração do tempo da produção jurídica, a partir de racionalidade pautada pela urgência, o que apoia a conformação institucional ao paradigma da austeridade. Nesse caso, o aspecto da contenção dos gastos públicos, sendo introduzida em exatos 6 meses e em regime especial de tramitação, não obstante a rejeição por parte de 60% da população brasileira indicar a grande impopularidade da medida¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Informações retiradas da plataforma eletrônica da Câmara dos deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em 02/06/2016.

¹⁶⁸ Maioria dos brasileiros reprovou emenda dos gastos, diz Datafolha. **UOL**. São Paulo, 13/12/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1840825-maioria-dos-brasileiros-reprova-emenda-dos-gastos-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 02/06/2016.

Recorda-se que a PEC 241/2016 foi denominada como “PEC do fim do mundo”, por parte da sociedade civil e dos movimentos sociais, os quais evidenciavam as implicações nefastas desta medida para a manutenção dos serviços públicos básicos, sobretudo, nas áreas da educação e saúde, uma vez que os investimentos públicos seriam reajustados com base da inflação. Além disso, questiona-se a legitimidade democrática do procedimento, devido à falta de diálogo social e repressão aos movimentos de resistência¹⁶⁹, aspecto que pode ser associado a uma das consequências da temporalidade de exceção, qual seja, a reconfiguração do consentimento no âmbito da teoria democrática. Apesar de tamanha impopularidade, o governo disseminava a existência de um pretense pacto social, o qual se colocava na posição de inquestionável ao divulgar a mensagem relativa à urgência e inevitabilidade das reformas para a retomada do crescimento econômico, independentemente dos efeitos políticos, sociais e jurídicos reflexos que essas reformas trouxessem.

No âmbito da temporalidade de exceção, é válido destacar também a utilização da MP¹⁷⁰, medida executiva com força de lei que tem como requisitos essenciais a relevância e urgência, conforme o artigo 62 da CRFB/88, em que se pesem críticas no que tange a sua utilização indiscriminada¹⁷¹. A partir do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff,

¹⁶⁹ Nesse sentido, destacam-se algumas notícias. Governo reprime ato contra a PEC 241/55 em Brasília. **ESQUERDA DIÁRIO**. Brasília, 29/11/2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Governo-reprime-ato-contra-a-PEC-241-55-em-Brasilia>. Acesso em: 02/06/2017; No Rio, repressão e truculência em ato contra a PEC 241. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/vania/mais-de-sete-mil-pessoas-no-centro-do-rio-contra-a-pec-241>. Rio de Janeiro, 18/10/2016. **GGN**. Acesso em: 02/06/2017; Com bombas de gás lacrimogêneo, spray pimenta e balas de borracha, PM reprime manifestação pacífica em Brasília contra a PEC 241/55; há pessoas feridas. **VIOMUNDO**. Brasília, 29/11/2016. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/urgente-com-bombas-de-gas-lacrimogeneo-pm-reprime-manifestacao-pacifica-em-brasilia-contra-a-pec-24155.html>. Acesso em: 02/06/2017.

¹⁷⁰ Conforme pesquisa realizada na plataforma eletrônica da Câmara dos deputados: “A Medida Provisória (MP) é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei. Seu prazo de vigência é de sessenta dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Se não for aprovada no prazo de 45 dias, contados da sua publicação, a MP tranca a pauta de votações da Casa em que se encontrar (Câmara ou Senado) até que seja votada. Neste caso, a Câmara só pode votar alguns tipos de proposição em sessão extraordinária. Ao chegar ao Congresso Nacional, é criada uma comissão mista, formada por deputados e senadores, para aprovar um parecer sobre a Medida Provisória. Depois, o texto segue para o Plenário da Câmara e, em seguida, para o Plenário do Senado. Se a Câmara ou o Senado rejeitar a MP ou se ela perder a eficácia, os parlamentares têm que editar um decreto legislativo para disciplinar os efeitos jurídicos gerados durante sua vigência. Se o conteúdo de uma Medida Provisória for alterado, ela passa a tramitar como projeto de lei de conversão. Depois de aprovada na Câmara e no Senado, a Medida Provisória - ou o projeto de lei de conversão - é enviada à Presidência da República para sanção. O presidente tem a prerrogativa de vetar o texto parcial ou integralmente, caso discorde de eventuais alterações feitas no Congresso. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de MP que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. As normas sobre edição de Medida Provisória estão no artigo 62 da Constituição Federal.” Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria>. Acesso em: 03/06/2016.

¹⁷¹ “As medidas provisórias, com força de lei, podem ser adotadas pelo Presidente da República, as quais, no entanto, para serem legítimas, há de atender os pressupostos formais, materiais e, ainda, regras de procedimento que agora se exigem no artigo 62 da CF com o enunciado oferecido pela EC-32/2001. Os formais são a

no qual se iniciou uma agenda econômica fundamentada pelo ajuste fiscal de cunho neoliberal¹⁷², é possível destacar um conjunto de medidas de austeridade implementadas via MP, especialmente, nas searas trabalhista e previdenciária. Os motivos de exposição das MP's catalogadas convergem quanto à necessidade de equacionamento dos gastos públicos e equilíbrio financeiro/atuarial do Estado, tendo em vista uma racionalidade de emergência, atrelada tanto ao nível estrutural da sustentabilidade dos sistemas de proteção social, quanto à conjuntura específica de recessão econômica. Nesse sentido, segue tabela com a catalogação de algumas dessas MP's, assinalando-se a área, o objeto, os motivos e a situação jurídica¹⁷³:

Medida Provisória nº	Área	Objeto	Exposição de motivos (urgência e relevância)	Situação
664 (30/12/2014) Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.	Previdência	Pensão por morte e auxílio doença	Expressivo déficit financeiro atuarial (envelhecimento populacional e evolução das despesas); Equacionamento das disparidades existentes nas regras de concessão dos benefícios; Equilíbrio Financeiro.	Prorrogação do prazo de vigência Convertida na Lei nº 13.135, de 2015
665 (30/12/2014) Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de	Trabalhista	Seguro desemprego e abono salarial	Acelerado crescimento das despesas no âmbito do FAT, que financia as políticas públicas de emprego; Sustentabilidade financeira intertemporal;	Prorrogação do prazo de vigência Convertida na Lei nº 13.134, de

relevância e a urgência; os materiais dizem respeito à matéria que pode por elas ser regulamentada. As restrições para legislar mediante medidas provisórias sobre certas matérias foram consignadas agora no artigo 62 pela EC-32/2001. Os pressupostos da urgência e relevância já existiam, sempre apreciados subjetivamente pelo Presidente da república; nunca foram rigorosamente respeitados. Por isso foram editadas medidas provisórias sobre assuntos irrelevantes ou sem urgência. Jamais o Congresso Nacional e o poder judiciário se dispuseram a apreciá-los para julgar inconstitucionais MPs que a eles não atendessem, sob o falso fundamento de que isso era assunto de estrita competência do Presidente da República.” SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013, p. 534.

¹⁷² “No entanto, a partir do final de 2014 surgem indicadores que revelam o início de uma crise econômica e política no Brasil. Esse cenário influenciou nas próprias políticas públicas referentes ao início do segundo mandato do governo Dilma Rousseff com a proposição das Medidas Provisórias n.º 664 e n.º 665 que dificultavam o acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego, sobretudo os jovens, diminuía o valor do abono salarial e reduziam o valor e limitavam o período das pensões. Neste contexto, observa-se a sinalização do governo em ceder ao discurso neoliberal com a promoção de um ajuste fiscal como resposta ao problema de financiamento do Estado que estabelece como um dos principais alvos o sistema de garantias dos trabalhadores em um cenário de crescimento do desemprego”. GONDIM, Thiago Patrício. **O discurso da austeridade no contexto da atual crise econômica brasileira e suas implicações para o direito do trabalho**. In: COUTINHO, Aldacy Rachid; WANDELLI, Leonardo Vieira (org.). Anais do II encontro RENAPEDTS. 1.ª ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 810-811.

¹⁷³ Todas as informações foram obtidas em consulta à plataforma eletrônica da Câmara dos Deputados. Quanto às MP's 664 e 665, segue o link: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/medidas-provisorias/2011-a-2014>. Em relação às MP's 669, 676, 680, 761 e 767: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/medidas-provisorias/medidas-provisorias-2015-a-2018>. Acesso em: 03/06/2017.

Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências.				2015
669 (26/02/2015) Altera a Lei n.º 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta; a Lei n.º 12.469, de 26 de agosto de 2011, a Lei n.º 12.995, de 18 de junho de 2014, e a Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias; e a Lei n.º 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.	Previdência	Contribuição previdenciária	Equilíbrio das contas da Previdência Social por intermédio do aumento do ingresso de recursos; Menção à MP n.º 664, aduzindo tratar-se de medida complementar ao corte de despesas no sentido do equilíbrio financeiro da Previdência.	Perda da eficácia em 03/03/2015 (ato declaratório do presidente da casa do Congresso nacional, n.º 5, de 2015) Revogada
676 (17/06/2015) Altera a Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.	Previdência	Regra da aposentadoria por tempo de contribuição	Sustentabilidade financeira da Previdência Social (processo de transição demográfica, acelerado envelhecimento populacional e crescente aumento da expectativa de sobrevida); Assegurar o equilíbrio atuarial e a garantia dos benefícios previdenciários.	Prorrogação do prazo de vigência Convertida na Lei n.º 13.183, de 2015
680 (06/07/2015) Institui o Programa de Proteção ao Emprego e dá outras providências.	Trabalhista	Jornada de trabalho e salário	Preservação dos empregos e retomada do crescimento econômico diante o cenário de recessão econômica; Manutenção da saúde econômico-financeira das empresas; Sustentação da demanda agregada durante momentos de adversidade para facilitar a recuperação da economia; Estimulação da produtividade do trabalho por meio do aumento da duração do vínculo trabalhista; Incremento da negociação coletiva.	Prorrogação do prazo de vigência Convertida na Lei n.º 13.189, de 2015

<p>761 (22/12/2016)</p> <p>Altera o Programa de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência.</p>	Trabalhista	Programa Seguro-Emprego	<p>Reiteram-se os argumentos da MP nº 680 referentes à necessidade de manutenção dos postos formais de emprego diante o cenário de recessão econômica;</p> <p>Alerta a possibilidade de aumento das despesas do FAT e desequilíbrio fiscal, caso a medida não seja prorrogado, uma vez que o aumento do acesso ao seguro desemprego decorrente das demissões elevaria os gastos públicos.</p>	<p>Prorrogação do prazo de vigência</p> <p>Em tramitação no âmbito da conversão em lei</p>
<p>767 (06/01/2017)</p> <p>Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.</p>	Previdência	Bônus especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade	<p>Segundo a análise do governo, a demora de laudo de perícia médica dos benefícios previdenciários onera os cofres públicos, uma vez que protela a habilitação dos indivíduos ao retorno ao trabalho;</p> <p>O bônus ao médico perito seria uma forma de estimular a realização de perícias médicas nos benefícios por incapacidade mantidos há mais de dois anos sem análise, conforme parecer do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União;</p> <p>Contenção dos gastos públicos e equilíbrio fiscal.</p>	<p>Prorrogação do prazo de vigência</p> <p>Em tramitação no âmbito da conversão em lei</p>

A MP nº 664 altera dispositivos previdenciários concernentes à pensão por morte e auxílio doença, dentre os motivos, ressalta-se o déficit financeiro da Previdência Social, relacionando-o com o envelhecimento populacional e aumento das despesas de custeio. As restrições aos benefícios são apontadas como ajustes necessários à correção de determinadas disparidades no sentido do equilíbrio fiscal, propondo-se novas regras quanto à carência, forma de cálculo e prazo de duração, tendo em vista o destaque da análise comparada internacional¹⁷⁴. A MP nº 665 introduz restrições aos benefícios trabalhistas do seguro emprego e abono salarial, ressaltando o déficit financeiro do FAT diante do crescimento das despesas. Propõe-se incremento da exigência quanto ao tempo de permanência dos

¹⁷⁴ Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 664**. Brasília, DF, 30 de dezembro 2014 Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/medidas-provisorias/2011-a-2014>. Acesso em: 09/06/2017.

trabalhadores no ano-base para obtenção do abono salarial, além do aumento do período de carência na solicitação do benefício de seguro desemprego, como instrumentos de viabilização da sustentabilidade financeira intertemporal¹⁷⁵. Em sentido complementar ao corte de despesas promovido pelas MP nº 664, a MP nº 669 refere-se ao incremento de recursos por intermédio do aumento das alíquotas da contribuição previdenciárias sobre a receita bruta¹⁷⁶. As duas primeiras MP's foram convertidas em lei enquanto que a última foi revogada, ambas foram concebidas no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff¹⁷⁷.

A MP nº 676 cinge-se a regulação das disposições relativas à nova regra da aposentadoria por tempo de serviço, evocando a sustentabilidade do regime previdenciário, equilíbrio atuarial e garantia dos benefícios, diante do processo de envelhecimento populacional e aumento da expectativa de vida, sendo a restrição a tal benefício aprovada pelo Congresso Nacional¹⁷⁸. A MP nº 680 institui o PPE, possibilitando a redução da jornada de trabalho e dos salários, através de acordo coletivo de trabalho, tratando-se de uma medida de precarização dos direitos trabalhistas, formulada a partir do discurso da crise econômica e harmonização das relações trabalhistas, uma vez que os direitos são relativizados a partir de

¹⁷⁵ Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 665**. Brasília, DF, 30 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/porta1-legis/legislacao-1/medidas-provisorias/2011-a-2014>. Acesso em: 03/06/2017

¹⁷⁶ “No que concerne aos arts. 1º e 2º do projeto, relativos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, são propostos ajustes nas alíquotas em virtude de o quadro atual apontar para a necessidade de aumento de arrecadação e corte de despesas. Com relação ao corte de despesas, a Medida Provisória nº 664, de 30 de dezembro de 2014, fez ajustes na concessão de benefícios previdenciários, como pensão por morte e auxílio doença. Por outro lado, somente o ajuste na concessão de benefícios não é suficiente para o equilíbrio das contas da Previdência Social, havendo também a necessidade urgente de aumentar o ingresso de recursos, que é o que se propõe na presente Medida Provisória ao aumentar as alíquotas da contribuição previdenciária sobre a receita bruta.” Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 669**. Brasília, DF, 25 de Fevereiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Exm/ExmMP-669-15.pdf. Acesso em: 03/06/2016.

¹⁷⁷ Para uma análise mais abrangente das medidas de ajuste fiscal propostas nesse período: **entenda as medidas do ajuste fiscal. Para sair do vermelho, país começou a cortar gastos e aumentar impostos. Medidas que impõem 'sacrifício' encontraram resistência no Congresso**. Notícia disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/entenda-medidas-do-ajuste-fiscal.html>. Acesso em 10/06/2017.

¹⁷⁸ “Assim sendo, a presente proposta de Medida Provisória acrescenta o art. 29-C à Lei nº 8.213, de 1991, com a finalidade de manter a regra 85/95 aprovada pelo Congresso Nacional, com vigência imediata, mas com a inclusão da progressividade deste parâmetro de cálculo, incorporando o impacto do envelhecimento da população e o aumento da expectativa de sobrevivência. Esta é uma exigência para assegurar a sustentabilidade financeiro-orçamentária futura da Previdência Social. [...] A urgência se justifica para garantir vigência imediata desta proposta, porque o Congresso Nacional, ao aprovar o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2015, no âmbito da discussão de uma Medida Provisória, gerou uma expectativa de direito que está sendo assegurada por essa iniciativa. A relevância é inquestionável porque diz respeito ao cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição da população brasileira e procura garantir a sustentabilidade financeira da Previdência Social, assegurando os direitos previdenciários com maior benefício e equilíbrio atuarial.” Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 676**. Brasília, DF, 17 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Exm/Exm-MP%20676-15.pdf. Acesso em: 03/06/2016.

acordo envolvendo governo e empresa¹⁷⁹. Além da preservação dos empregos e da competitividade empresarial, defende-se o aumento da duração do vínculo trabalhista, como meio de estímulo a produtividade e o incremento da negociação coletiva¹⁸⁰. Essas duas MP's foram editadas ao decorrer do governo provisório de Michel Temer sendo convertidas em lei, tramitando ainda outras 14, o que evidencia um aumento no uso dessas Medidas, se comparado ao início dos dois governos antecedentes¹⁸¹.

A MP nº 761 prorrogou o PPE, objeto da MP nº 680, que foi convertida na lei 13.189/2016, redenominado-o como PSE com tempo de adesão estendido por mais um ano, sendo reiterados os argumentos referentes à necessidade de manutenção dos postos formais de emprego e de se evitar aumentos nas despesas do FAT¹⁸². A MP nº 767 se refere à instituição de bônus especial de desempenho institucional por perícia médica em benefícios por

¹⁷⁹ “Considerando o estado atual do mercado de trabalho com perda de dinamismo na criação de empregos formais e a necessidade de ampliação das políticas ativas que busquem aumentar a duração do vínculo trabalhista, percebe-se que o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) é importante para (i) proteger os empregos em momentos de retração da atividade econômica; (ii) preservar a saúde econômico-financeira das empresas; (iii) sustentar a demanda agregada durante momentos de adversidade para facilitar a recuperação da economia; (iv) estimular a produtividade do trabalho por meio do aumento da duração do vínculo trabalhista; e (v) fomentar a negociação coletiva e aperfeiçoar as relações do trabalho. [...] A urgência desta medida provisória deriva da necessidade de preservar os empregos formais que são indispensáveis para a retomada do crescimento econômico. Tal urgência se faz ainda mais relevante diante do cenário atual no mercado de trabalho, que tem registrado menor vigor na criação líquida de empregos formais.”. Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 680**. Brasília, DF, 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Exm/ExmMP-%20680-15.pdf. Acesso em: 03/06/2016.

¹⁸⁰ Problematicam-se os últimos argumentos e as posteriores discussões referentes às reformas trabalhistas, pois estas estipulam a ampliação dos contratos temporários e da terceirização, relegando a um segundo plano o argumento da produtividade pelo aumento do vínculo da duração trabalhista em detrimento de percepção imediata da redução dos custos operacionais, além do mais, pretende-se a generalização da prevalência do negociado sobre o legislado, objeto de análise do tópico 4.2.1.

¹⁸¹ Balanço: veja o que foi feito durante o governo provisório de Temer. **AGÊNCIA BRASIL**. Brasília, 31/08/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/balanco-veja-o-que-foi-feito-durante-o-governo-provisorio-de-temer>. Acesso em 10/06/2017.

¹⁸² “A medida provisória ora proposta institui o Programa de Seguro-Emprego (PSE), com os seguintes objetivos: (i) possibilitar a preservação dos empregos em momentos de retração da atividade econômica; (ii) favorecer a recuperação econômico-financeira das empresas; (iii) sustentar a demanda agregada durante momentos de adversidade, para facilitar a recuperação da economia; (iv) estimular a produtividade do trabalho por meio do aumento da duração do vínculo empregatício; e (v) fomentar a negociação coletiva e aperfeiçoar as relações de emprego [...]. A urgência desta medida provisória deriva da necessidade de evitar um cenário crescente de demissões, haja vista que o PSE é um importante instrumento na manutenção dos empregos, pois atenua desligamentos em empresas que se encontram em dificuldades financeiras temporárias. Sabe-se que a manutenção do nível de emprego é indispensável para a retomada do crescimento econômico, pois sustenta a demanda agregada durante momentos de adversidade. Ressalta-se, ainda, que a possibilidade de adesão ao Programa será encerrada em 31 de dezembro de 2016, caso não seja editada a medida provisória ora proposta. Ou seja, caso o PPE não seja prorrogado, as despesas do FAT poderão crescer, tendo em vista que o seu público potencial poderá acessar o seguro-desemprego ou Bolsa Qualificação. Neste caso, as empresas não pagam salários e tampouco contribuições sobre a folha durante a vigência do programa, tornando-o mais dispendioso para o governo do que o PSE.” Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 761**. Brasília, DF, 22 de dezembro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/ExmMP%20761-16.pdf. Acesso em: 03/06/2016.

incapacidade (BESP-PMBI) ao médico perito do INSS, por perícia médica efetivamente realizada nas agências da previdência. Os argumentos apontados envolvem contenção dos gastos públicos e equilíbrio fiscal¹⁸³, tendo em vista racionalidade voltada a restrição dos benefícios com a rápida reinserção dos beneficiários no mercado de trabalho, sendo alvo de críticas no que concerne a ingerência administrativa no corte de benefícios concedidos judicialmente nos denominados “mutirões de perícia”¹⁸⁴. Ambas as MP’s foram convertidas em lei no âmbito do governo de Michel Temer.

3.2.3 A jurisprudência de austeridade: a atuação do Supremo Tribunal Federal na retirada de direitos trabalhistas

No âmbito da emergência do direito do trabalho de exceção, o último aspecto a ser analisado nessa monografia é a atuação do STF na chancela das políticas de austeridade, com enfoque à desestruturação do sistema institucional de proteção ao trabalhador no sentido da restrição de direitos e garantias trabalhistas e limitação da jurisprudência protetiva da Justiça do Trabalho¹⁸⁵. Nesse sentido, catalogou-se conjunto de decisões proferidas pelo STF em

¹⁸³ “Diversas iniciativas estão sendo propostas no âmbito do CMAP, dentre elas, destacam-se as que fortalecem a governança dos benefícios da previdência e assistência social e reduzem a judicialização, principalmente, sobre a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez. O auxílio-doença é um benefício securitário, provisório, não programado e temporário, devido ao segurado que comprovar mediante exame médico pericial a cargo do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), estar incapaz de trabalhar por motivo de doença. Por sua vez, a aposentadoria por invalidez é um benefício ligado à atividade laborativa destinado aos trabalhadores que não podem ser reabilitados profissionalmente, de acordo com a avaliação da perícia médica do INSS. Ambos os benefícios são pagos enquanto persistir a incapacidade do trabalhador. [...] A urgência dessa medida caracteriza-se pela necessidade de sanar as desconformidades apontadas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União no que se refere a não realização de perícias médicas nos benefícios por incapacidade mantidos há mais de dois anos. Com a agenda do corpo de peritos médicos já saturada, existe a necessidade premente de se instituir um bônus para a revisão de tais benefícios acima da capacidade ordinária da Agência, ou seja, um acréscimo real à capacidade operacional ordinária de realização de perícias médicas pelo perito médico.” Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 767**. Brasília, DF, 05 de janeiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP%20761-16.pdf. Acesso em: 03/06/2016.

¹⁸⁴ Especialista critica lisura do pente-fino do INSS. **O DIA**. Rio de Janeiro, 18/01/2017. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/economia/2017-01-18/especialista-critica-lisura-do-pente-fino-do-inss.html>. Acesso em: 10/06/2017.

¹⁸⁵ Nesse sentido, destaca-se o aludido pelo professor Jorge Luiz Souto Maior: “É dentro do objetivo de esvaziar a influência jurídica da Justiça do Trabalho que se podem compreender os julgamentos do STF, seguindo a linha do julgamento proferido em agosto de 2004, que declarou a constitucionalidade de taxação dos inativos (ADI 3105), nos Recursos Extraordinários 586453 e 583050 (em fevereiro de 2013), que atribuiu à Justiça Comum a competência julgar os conflitos envolvendo a complementação de aposentadoria dos ex-empregados da Petrobrás e do Banco Santander Banespa S/A; no ARE 709212, em novembro de 2014, que reduziu a prescrição do FGTS de trinta para cinco anos; na ADIn nº 5.209, de dezembro de 2014, que, na prática, a pedido da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), à qual estão associadas grandes construtoras, como a Andrade Gutierrez, Odebrecht, Brookfield Incorporações, Cyrela, MRV Engenharia, suspendeu a vigência da Portaria n. 2, de 2011, referente à lista do trabalho escravo; e na ADI 1923, em abril de 2015, que declarou constitucional as Leis ns. 9.637/98 e 9.648/98, legitimando a privatização do Estado nos setores da

controle de constitucionalidade abordando o relator, as partes, o objeto impugnado e a situação do processo, no caso de repercussão geral, a tese adotada pela Corte Suprema, tendo em vista consulta à plataforma eletrônica do STF¹⁸⁶:

Ações	Relator/Partes	Objeto Impugnado	Situação do processo	Tese
ARE 709.212 (Tema 608 da Repercussão Geral - Prazo prescricional aplicável à cobrança de valores não depositados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS)	Relator: Ministro Gilmar Mendes; Reclamante: Banco do Brasil; Reclamado: Ana Maria Movilla de Pires e Marcondes.	Artigos 23, § 5º, da Lei 8.036/1990 e 55 do Decreto nº 99.684/1990. (prescrição trintenária da cobrança dos valores não depositados no FGTS)	Em sessão do Plenário realizada no dia 13/11/2014, por maioria, negou-se provimento ao recurso, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/1990, e do art. 55 do Decreto nº 99.684/1990, tomando como base o art. 7º, XXIX da CF.	“O prazo prescricional aplicável à cobrança de valores não depositados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é quinquenal, nos termos do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal.”
ADIn 5209 (medida liminar)	Relatora: Ministra Cármen Lúcia Requerente: Associação brasileira de incorporadoras imobiliárias; Requeridos: Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.	Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, bem como da Portaria MTE nº 540, de 19 de outubro de 2004. (“lista suja do trabalho escravo”)	No dia 23/12/2014, em decisão monocrática liminar, determinou-se a suspensão dos efeitos da Portaria 2/2011 e da Portaria 540/2004, tomando como fundamentos os princípios da legalidade e devido processo legal. Em decisão monocrática final, no dia 16/05/2016, a ação foi julgada prejudicada pela perda superveniente do objeto.	-----
ADIn 1923	Relator: Ministro Luiz Fux Requerente: Partido dos Trabalhadores e Partido Democrático Trabalhista	Lei nº 9637, de 15 de maio de 1998. (Permissão para contratação de OS's para realização de	No dia 16/04/2015, o Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente o pedido, apenas para conferir	-----

saúde, educação, cultura, desporto e lazer, ciência e tecnologia e meio ambiente por intermédio de convênios, sem licitação, com Organizações Sociais” Os direitos trabalhistas sob o fogo cruzado da crise política. SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **CARTA MAIOR**. <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Os-direitos-trabalhistas-sob-o-fogo-cruzado-dacrisepolitica/4/35810>. Artigo publicado em 28.03.2016. Acesso em 21.11.2016.

¹⁸⁶ Todas as informações foram obtidas a partir da consulta à plataforma eletrônica do STF: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/pesquisarProcesso.asp>. Acesso em: 04/06/2017. Utilizou-se como referência na catalogação dos processos: 8 grandes decisões do STF que tiraram direitos dos trabalhadores. **CARTA CAPITAL**. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/10/28/8-grandes-decisoes-do-stf-que-tiraram-direitos-dos-trabalhadores/>. Acesso em 03/06/2017.

	Requeridos: Presidente da República.	serviços públicos)	interpretação conforme à Constituição à Lei nº 9.637/98 e ao art. 24, XXIV da Lei nº 8.666/93, incluído pela Lei nº 9.648/98	
RE 590.415 (Tema 152 da repercussão geral)	Relator: Ministro Roberto Barroso; Reclamante: Banco do Brasil (sucessor do Banco do Estado de Santa Catarina – BAESC); Reclamado: Claudia Maria Leite Eberhardt	Cláusula de quitação ampla no PDV e PDI.	Em sessão realizada no dia 30/04/2015, por unanimidade, o tribunal julgou procedente o recurso extraordinário, reconhecendo a validade da cláusula impugnada, afastando a incidência do art. 477, § 2º da CLT, que restringe a eficácia liberatória da quitação aos valores e às parcelas discriminadas exclusivamente no termo de rescisão.	“A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho em razão de adesão voluntária do empregado a plano de dispensa incentivada enseja quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas objeto do contrato de emprego caso essa condição tenha constado expressamente do acordo coletivo que aprovou o plano, bem como dos demais instrumentos celebrados com o empregado.”
ADIn 5468	Relator: Ministro Luiz Fux; Requerente: Associação Nacional dos Magistrados trabalhistas (ANAMATRA); Requeridos: Congresso Nacional, Presidente da república.	Lei Orçamentária Anual de 2016 (LOA/2016)/ Lei Federal nº 13.255/2016, no tocante ao corte orçamentário imposta à Justiça do Trabalho.	Em sessão do plenário realiza em 29/06/2016, a ação foi julgada improcedente, por maioria dos votos, reconhecendo-se a constitucionalidade da LOA/16.	“Salvo em situações graves e excepcionais, não cabe ao Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes, interferir na função do Poder Legislativo de definir receitas e despesas da administração pública, emendando projetos de leis orçamentárias, quando atendidas as condições previstas no art. 166, § 3º e § 4º, da Constituição Federal.”
RE 895.759	Relator: Ministro Teori Zavascki; Reclamante: Usina Central Olho D’agua Central; Reclamado: Moisés Lourenço da Silva.	Decisão do TST que condenou a reclamante ao pagamento de horas <i>in tinere</i> , anulando-se cláusula de acordo	Em decisão monocrática do relator, no dia 08/09/2016, o recurso extraordinário foi provido,	-----

		coletivo que excluía o pagamento em decorrência do estipulado na CLT.	reformando-se a decisão do TST no sentido de afastar a condenação da recorrente ao pagamento de horas <i>in tinere</i> e dos reflexos salariais.	
ADPF 323 (medida liminar)	Relator: Ministro Gilmar Mendes; Requerente: Confederação Nacional dos Estabelecimentos de ensino (CONFENEN) Requeridos: Tribunal Superior do Trabalho; Tribunal Regional do Trabalho 1ª região e Tribunal Regional do Trabalho 2ª região.	Súmula 277 do TST “ Convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho. Eficácia. Ultratividade. As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.” Redação dada pela resolução do TST nº 185, de 14/09/2012.	Em processo de julgamento, o relator deferiu medida liminar em 14/10/2016, determinando suspensão de todos os processos em curso e dos efeitos de decisões judiciais proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho que versem sobre a aplicação da ultratividade de normas de acordos e de convenções coletivas, sem prejuízo do término de sua fase instrutória, bem como das execuções já iniciadas.	-----
RE 661.256 (tema 503 – repercussão geral)	Relator: Ministro Roberto Barroso; Reclamante: Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS); Relamado: Valdemar Roncaglio	Direito à “Desaposentação”	Em sessão plena realizada no dia 26/10/2016, por maioria, o tribunal deu provimento ao recurso extraordinário, tomando como base o artigo art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91, afastando-se a possibilidade do aposentado pedir a revisão do benefício por ter voltado a contribuir para a Previdência mediante reinserção no mercado de trabalho.	"No âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91".
RE 693.456 (tema 531 – repercussão geral)	Relator: Ministro Dias Toffoli; Reclamante: Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC); Relamado: Renata Barroso Bernabe e outros.	Desconto salarial em razão de greve do servidor público.	Em sessão plena realizada em 27/10/2016, o Tribunal, por unanimidade, conheceu em parte do recurso, e, por maioria, na parte conhecida, deu-lhe provimento, reconhecendo que a administração	"A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do

			pública deve fazer o corte do ponto dos servidores públicos grevistas.	vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público."
RE 760.931 (Tema 246 – repercussão geral)	Relatora: Ministra Rosa Weber; Reclamante: União Reclamados: Priscila Medeiros Nunes; Evolution Administradora de Serviços Terceirizados LTDA.	Responsabilidade subsidiária da administração pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa terceirizada.	Em sessão plena realizada em 30/03/2017, o Tribunal, por maioria, conheceu em parte do recurso extraordinário e, na parte conhecida, a ele deu provimento, afastando-se a responsabilização automática da administração pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa terceirizada.	"O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

Para uma melhor compreensão da *jurisprudência de austeridade*, apresenta-se uma breve síntese dos julgamentos realizados pelo Supremo Tribunal Federal acima apresentados, que denotam a existência de uma tendência restritiva de direitos dos trabalhadores naquela corte. O caso ARE 709.212 envolveu a constitucionalidade artigos 23, § 5º, da Lei 8.036/1990 e 55 do decreto nº 99.684/1990 relativos à prescrição trintenária da cobrança dos valores não depositados no FGTS, entendimento consolidado a partir da criação desse instituto. Segundo diversos juristas, a decisão do STF atenta contra o princípio da proteção no que tange a aplicação da norma mais favorável ao trabalhador, restringindo o direito fundamental do acesso à justiça, uma vez que reduz o prazo prescricional para 5 anos, na forma da tese 608 de repercussão geral¹⁸⁷. Já na decisão proferida no âmbito da ADIn 5289, a suspensão dos efeitos em medida liminar das portarias 2/2011 e 540/2004 inviabilizou a divulgação do cadastro anual das empresas flagradas, submetendo trabalhadores a condição análoga a de escravidão ou “lista suja do trabalho escravo”, referência na coibição das práticas de escravidão contemporânea e desenvolvimento de políticas empresariais de sustentabilidade

¹⁸⁷ Para complementar o entendimento acerca dessa temática segue o artigo: O que restará do Direito do Trabalho? SEVERO, Valdete Souto. **ANAMATRA**. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/artigos/1073-o-que-restara-do-direito-do-trabalho>. Publicado em 27/11/2014. Acesso em 10/06/2017.

social em consonância com a convenção número 27 da OIT, pendente de ratificação¹⁸⁸. Não obstante a improcedência da ação, por perda superveniente do objeto, tendo em vista a publicação da portaria interministerial nº 4/2016, a publicação do cadastro somente voltou a ser publicada em 23 de março de 2017 em decorrência de ACP impetrada pelo MPT¹⁸⁹.

A ADIn 1923 estabeleceu a possibilidade de contratação de Organizações Sociais-OS's, entidades privadas sem fins lucrativos, para realização de serviços públicos, tendo o Supremo julgado constitucionais os dispositivos impugnados da Lei nº 9637, de 15 de maio de 1998. Críticas são direcionadas quanto à utilização dessa forma jurídica para ampliar os casos de terceirização no serviço público e afastamento da aplicação da legislação trabalhista¹⁹⁰. Por outro lado, no Recurso Extraordinário 590.415 reformou-se o entendimento do TST quanto à invalidade da cláusula de quitação ampla das parcelas do contrato de trabalho em PDI e PDV, determinando a prevalência do negociado sobre o legislado ao se afastar a incidência do art. 477, § 2º da CLT. Segundo Jorge Souto Maior, a atuação do TST, na aplicação da sistemática protetiva vigente, foi limitada, renunciando o debate acerca da inversão de um dos princípios estruturantes do direito do trabalho brasileiro: da impossibilidade de acordo coletivo sobrepor-se a lei para retirar direitos e garantias trabalhistas. No mesmo sentido, seguiu a decisão nos autos do Recurso Extraordinário 895.759, que afirma a legalidade da sobreposição do estipulado em acordo coletivo¹⁹¹ em detrimento da CLT no que se refere o pagamento de horas *in tinere*.

No âmbito da ADPF 343, afastou-se o novo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho sobre ultratividade de normas e acordos coletivos, assegurando que a eficácia das normas coletivas se projetem no tempo, sendo apenas revogadas por posterior disposição

¹⁸⁸ O Ministério Público do Trabalho em nota oficial ressaltou a importância da divulgação desse instrumento: Necessária publicidade à Lista Suja do trabalho escravo. MPT reforça razões da importância da divulgação do Cadastro de Empregadores para o combate à escravidão contemporânea. **MPT**, Brasília, 27 de janeiro de 2017. In: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias. Acesso em: 10/06/2017.

¹⁸⁹ Para mais informações desse processo: Governo publica 'lista suja' do trabalho escravo. **PORTAL G1**. São Paulo, 24/03/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/governo-publica-lista-suja-do-trabalho-escravo.ghtml>. Acesso em: 10/06/2017. O cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condição análoga à de escravo, conforme a portaria interministerial nº 4/2016, encontra-se acessível em: <http://trabalho.gov.br/noticias/4428-ministerio-publica-cadastro-de-empregadores-que-tenham-submetido-trabalhadores-a-condicao-analog-a-de-escravo>. Acesso em: 10/06/2017.

¹⁹⁰ Para análise mais detalhada, segue o artigo: ADI 1923: legitimação e ampliação da terceirização no setor público. SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **CARTA MAIOR**. Disponível: <http://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Principios-Fundamentais/ADI-1923-legitimacao-e-ampliao-da-terceirizacao-no-setor-publico/40/33321>. Publicado em 22/04/2015. Acesso em: 10/06/2017.

¹⁹¹ Conforme o exposto: STF inova e decide que vale o negociado sobre o legislado no âmbito trabalhista. **ESTADÃO**. Brasília, 13/09/2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/stf-inova-e-decide-que-vale-o-negociado-sobre-o-legislado-no-ambito-trabalhista/>. Acesso em: 10/06/2017. Vide tópico 4.2.1.

coletiva (Súmula 277 do TST) Inclusive, em medida liminar monocraticamente decidida, o Supremo Tribunal deferiu a suspensão de todos os processos em curso e dos efeitos de decisões judiciais proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho que versem sobre essa temática. Já no Recurso Extraordinário 661.256 o STF afirmou-se a ilegalidade da “desaposentação”, ou seja, da possibilidade de revisão do benefício da aposentadoria, tendo em vista a posterior contribuição, ao RGPS, em decorrência de reinserção no mercado de trabalho, retrocedendo em matéria de direitos sociais. Tal entendimento, expresso no tema 503 da repercussão geral, vinculou os mais de 180 mil processos suspensos e que aguardavam julgamento em diversas instâncias judiciais¹⁹².

Prosseguindo na análise de julgados recentes que poderiam ser caracterizados entre nós como demonstrativos do retrocesso em matéria interpretativa, são dignos de nota os Recursos Extraordinários 693.456 e 760.931. No primeiro, foi reconhecido o direito de corte do ponto de servidores públicos grevistas pela Administração Pública, representado um ataque direto à mobilização e resistência dos trabalhadores no sentido do efetivo direito à greve. Já no segundo, no RE 760.931, discutiu-se a controvérsia referente à responsabilidade da Administração Pública por encargos trabalhistas de empresas contratadas, especialmente, no tocante às atividades terceirizadas, de maneira que o entendimento adotado reforçou a necessidade de prova inequívoca de conduta omissiva ou comissiva da Administração na fiscalização dos contratos, o que caminha na contramão das reivindicações dos setores trabalhistas. Em outras palavras, segundo o Supremo Tribunal Federal não há transferência automática da responsabilidade da Administração Pública por encargos trabalhistas, geradas pelo inadimplemento de empresa terceirizada, afigurando-se óbice na efetivação da integralidade dos encargos trabalhistas, apesar da situação de acentuada vulnerabilidade das relações de terceirização.

Neste contexto de fortes retrocessos em matéria de direitos sociais e interpretação constitucional, opta-se por analisar especificamente um caso de jurisprudência sobre a austeridade. A seguir, será analisado, detalhadamente, o caso da ADIn 5468, proposta contra cortes orçamentários promovidos no cenário de introdução do discurso da austeridade na cena pública brasileira no ano de 2015, quando o Congresso Nacional começou a aprovar um

¹⁹² Desaposentação: entenda o que muda depois da decisão do STF. **EPÓCA NEGÓCIOS**. São Paulo, 04/11/2016. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2016/11/desaposentacao-tire-suas-duvidas-sobre-o-que-muda-depois-da-decisao-do-stf.html>. Acesso em 10/06/2016.

conjunto de medidas restritivas de direitos sociais. Dentre tais medidas encontra-se o drástico corte promovido no orçamento reservado à Justiça do Trabalho, e que afetou diretamente o funcionamento deste ramo especializado, provocando um amplo debate e expressivas reações, por parte de instituições da sociedade civil e de magistrados. Foi, inclusive, divulgado um manifesto intitulado “Documento em Defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no Brasil”¹⁹³, subscrito por 20 dos 27 ministros integrantes do TST a sugerir uma necessária reação institucional em defesa do direito *juslaboral* e de sua afirmação na conjuntura de instabilidade econômica, política e jurídica.

3.3 ADIn 5468 à luz da jurisprudência de austeridade

Para melhor entender a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5468, realiza-se o mapeamento dos argumentos contidos no relatório final do PLOA/16, de autoria do Deputado Federal Ricardo Barros (PP/PR), problematizando-se o discurso da modernização das relações trabalhistas e a desregulamentação do direito do trabalho. Após, será analisada a utilização do princípio da separação dos poderes na compatibilização de tal medida legislativa com a CRFB/88.

3.3.1 Breve contextualização

A LOA/16/ Lei Federal nº 13.255/2016 promoveu corte orçamentário da Justiça do Trabalho na medida de 50% das dotações para custeio e 90% dos recursos destinados para investimento. O corte promovido foi superior a todas as demais áreas judicantes, implicando em diversas reações institucionais que fomentaram o debate acerca de tal medida. Em nota pública subscrita em 04 de fevereiro de 2016¹⁹⁴, a ANAMATRA aduziu o caráter desproporcional, discriminatório e retaliativo dos cortes orçamentários, tomando como base os argumentos contidos no relatório geral do PLOA/16, ressaltando as suas consequências institucionais nefastas na manutenção da Justiça do Trabalho. Foi ajuizada por esta entidade a ADIn 5468, tendo como pedido principal, a declaração de nulidade do *quantum* orçamentário estipulado na LOA/2016 com a execução da integralidade da proposta orçamentária

¹⁹³ Disponível em: https://www.anamatra.org.br/images/uploads/Anexos_Noticias/2016/lista-1838-adesoes.pdf. Acesso em 11/06/2017.

¹⁹⁴ Nota pública disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/22418-anamatra-ingressa-no-stf-contra-cortes-no-orcamento-da-justica-do-trabalho>. Acesso em: 17/11/2016

originariamente encaminhada pela Justiça do Trabalho e, subsidiariamente, aduziu-se o corte na medida do estipulado aos demais órgãos do poder judiciário¹⁹⁵:

“Requer, pois, a Anamatra, por ser medida de absoluta essencialidade para a preservação da AUTONOMIA, INDEPENDÊNCIA, DIGNIDADE e FUNCIONAMENTO REGULAR da Justiça do Trabalho NO ANO DE 2016, a concessão da medida cautelar, para o fim declarar abusivo o padrão de corte orçamentário imposto somente a este ramo do Poder Judiciário da União, determinando-se à União (a) que promova em 2016 a execução de 100% da sua proposta orçamentária encaminhada originariamente pela Justiça do Trabalho, seja em relação a relação ao CUSTEIO, seja em relação ao INVESTIMENTO, ou sucessivamente (b) que promova em 2016 a execução orçamentária de CUSTEIO e INVESTIMENTO, para a Justiça do Trabalho, no mesmo parâmetro dos cortes efetuados em face dos demais órgãos do Poder Judiciário da União, ou seja, com o corte linear de 15% para o custeio e de 40% para investimentos.”¹⁹⁶

3.3.2 Os argumentos contidos no relatório da PLOA/16

O Relator da Lei Orçamentária, deputado Ricardo Barros (PP/PR), em relatório final do PLOA/16, afirma expressamente que o corte orçamentário à Justiça do Trabalho, superior em relação às demais áreas judicantes, é um meio de reflexão acerca da modernização da legislação e da Justiça do Trabalho. Em outras palavras, para o Deputado, o corte se justifica como instrumento de pressão política para o debate relativo à desregulamentação do direito do trabalho por intermédio de reformas legais que reduzam a atuação da Justiça do Trabalho.¹⁹⁷

De antemão, assinala-se a estratégia de desqualificação da legislação e das instituições trabalhistas¹⁹⁸, apontando-se correlações sem dados empíricos. O relator do PLOA/16 afirma

¹⁹⁵ **Juizes questionam em ADI corte do orçamento da Justiça do Trabalho.** Notícia disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=309441>. Acesso em 07.11.2016.

¹⁹⁶ STF. **Petição inicial da ADIn 5468.** Brasília, 03/02/2016. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4920998>. Acesso em 06/06/2017.

¹⁹⁷ BRASIL. **Relatório final do Projeto de Lei nº 7 – CN (PLOA 2016).** Planalto Nacional, Brasília, DF, 13 de dezembro de 2015. p. 19 e 20. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2074738>>. Acesso em 05/06/2017.

¹⁹⁸ Nesse sentido, Rodrigo Carelli associa o corte orçamentário Justiça do Trabalho promovido pela LOA/16 ao conceito de assédio moral na obra de Marie-France Hirigoyen: “A autora indica também comportamentos, dentre outros, pelos quais pode ser considerada uma pessoa (ou uma instituição, no caso) assediada: constrangimento, desqualificação, descrédito, isolamento, divisão e desestabilização pelo uso do paradoxo. Senão vejamos a presença de todos esses elementos. O caso do corte nas verbas da Justiça do Trabalho ocorrido na votação pelo Congresso Nacional da Lei Orçamentária de 2016 (Lei nº 13.255/2016) é exemplar do assédio moral sofrido pela Justiça do Trabalho. A diminuição em 90% nas despesas de investimento e 29,4% nas de custeio impõe de forma constrangedora a redução nas atividades normais da Justiça do Trabalho, impedindo-a, por meios transversos, de realizar sua missão. O discurso do relator do orçamento é recheado de elementos de desqualificação da Justiça do Trabalho, ora afirmando que ela é parcial, ora acusando que o Juiz trabalhista só quer despachar os demandantes. Tenta desacreditar a Justiça do Trabalho, alegando que esse ramo do Judiciário não tem condições

que as leis trabalhistas são condescendentes com os trabalhadores e estimulam a judicialização dos conflitos, muito embora estudos apontarem no sentido de que as demandas trabalhistas têm como motivação principal o não pagamento das verbas rescisórias. Inclusive, não haveria propriamente um excesso de ações na Justiça do Trabalho em análise comparada com os demais ramos judicantes¹⁹⁹. De fato, as leis materiais e processuais do trabalho estipulam tratamentos diferenciados em relação ao empregado e o empregador, contudo, não há que se falar em privilégio, muito menos em obsolescência do direito ou em parcialidade da Justiça do Trabalho, uma vez que são concebidas como meio de equilíbrio, diante da desigualdade de força existente na relação trabalhista.

Em sentido contrário, o discurso da modernização das relações de trabalho, proposto no relatório, nega a desigualdade de forças e a dimensão do conflito social entre o empregado e empregador, tendo em vista que diversas disposições legais são concebidas como desequilíbrios a serem corrigidos. Nesse sentido, as reformas são apontadas não só como necessárias, mas também como urgentes para a estabilização econômica das empresas, dentre outras medidas apontadas, destaca-se a adoção da sucumbência proporcional, restrição à justiça gratuita e indenização trabalhista, equiparação dos efeitos da revelia, redução do prazo prescricional da demanda, etc. No final, o caráter antagônico da relação trabalhista é afastado ao se afirmar que as mudanças, de forma complementar, beneficiariam os trabalhadores.

de dar conta de todas as ações ajuizadas.” A Justiça do Trabalho sob assédio moral: um caso de vida ou morte. CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **JOTA**. Disponível em: <https://jota.info/artigos/justica-trabalho-sob-assedio-moral-um-caso-de-vida-ou-morte-19102016>. Publicado em: 19/10/2016. Acesso em: 05/06/2017.

¹⁹⁹ Rodrigo Carelli também aborda a existência de 5 mitos relativos à Justiça do Trabalho, refutando o posicionamento de que a judicialização dos conflitos na Justiça do Trabalho é decorrência da legislação trabalhista: “No ano de 2015, 46,9% das ações em curso eram relativas a pagamento das verbas rescisórias (Relatório Justiça em Números 2015, Conselho Nacional de Justiça), sendo que a maior parte desses trabalhadores, provavelmente, foram encaminhados pela própria empresa à Justiça do Trabalho para conciliar e reduzir o valor que o trabalhador tem por direito a receber. Ou seja, quase a metade da demanda na Justiça do Trabalho se dá pelo simples não pagamento de verbas na dispensa do trabalhador, não tendo qualquer relação com rigidez do Direito do Trabalho.” Além disso, afasta a existência de excesso de ações na Justiça do Trabalho: “Os jornais estampam manchetes dizendo que a Justiça do Trabalho receberá cerca de três milhões de ações este ano. Esse número, em termos absolutos, realmente assusta. Mas se olharmos em termos relativos, a Justiça do Trabalho recebe 13,8% dos casos novos, muito menos processos que a Justiça Estadual (69,7%), e menos ainda que a Justiça Federal, que tem praticamente um réu, a União Federal (14%).” CARELLI, Rodrigo. Os 5 mitos da Justiça do Trabalho. **JOTA**. Disponível em: <https://jota.info/trabalho/os-5-mitos-da-justica-trabalho-07092016>. Publicado em: 07/09/2016. Acesso em: 05/06/2016.

3.3.3 O princípio da separação dos poderes e a compatibilização da LOA/16 com o sistema constitucional brasileiro

Em 24 de maio de 2016, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se no sentido do conhecimento da ADIn 5468 e, no mérito, pela improcedência da ação, afastando a alegação da ANAMATRA de que houve abuso do poder legislativo no âmbito do corte orçamentário à Justiça do Trabalho. Segundo o parecer, possível intervenção do STF ocasionaria violação à competência do Congresso Nacional e ao princípio da separação dos poderes, na forma dos artigos 166, §3 e 2º da CRFB/88. Afirmando-se, no Parecer Geral, que não se pode estabelecer vínculo entre os argumentos contidos no relatório final da PLOA/16 com as razões de aprovação da LOA/16.²⁰⁰

Em 29 de junho de 2016, houve o julgamento da ADIn 5468 pelo plenário do STF, preliminarmente, conheceu-se por maioria da ação, vencido o Ministro Marco Aurélio, no mérito. Seguindo-se o voto do Ministro relator Luiz Fux, também por maioria, decidiu-se pela improcedência da ação, vencidos os Ministros Celso de Mello, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber²⁰¹. O relator, Ministro Luiz Fux, afastou o argumento sobre o caráter retaliativo da medida legislativa, objeto de impugnação, e a afronta à autonomia e independência do poder judiciário (art. 99 da CRFB/88), assinalando que houve o cumprimento ao devido processo legal (art. 166, §§ 3º e 4º), concordando com os fundamentos elencados pelo Ministério Público, em especial, naquilo que tange aos efeitos não vinculativos do parecer do relatório final da LOA/16. Em outros termos, asseverou-se a possível interferência do legislativo sobre os recursos do poder judiciário na lei orçamentária anual, violando o princípio da separação dos poderes e do devido processo legal, uma vez que o parecer do relatório final não é

²⁰⁰ STF. **Parecer ministerial ADIn 5468**. Brasília, 24/05/2016. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadordpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4920998>. Acesso em 06/06/2016.

²⁰¹ Segue a decisão, conforme consulta realizada na plataforma eletrônica do STF “Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, reconheceu a legitimidade ativa ad causam da requerente e conheceu da ação, vencido o Ministro Marco Aurélio. No mérito, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, vencidos os Ministros Celso de Mello, Ricardo Lewandowski (Presidente) e Rosa Weber, que o julgavam procedente. Em seguida, o Tribunal, por falta de quórum, deliberou fixar tese na próxima assentada”. STF. **Decisão relativa à ADIn 5468**. Brasília, 29/06/2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4920998>. Acesso em: 06/06/2017.

vinculativo. O voto do relator Luiz Fux foi seguido pelos Ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Marco Aurélio.²⁰²

Já os votos divergentes, proferidos pelos ministros Celso de Mello, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, convergiram no sentido do reconhecimento da arbitrariedade e incompatibilidade do corte orçamentário impugnado com o comando constitucional de preservação da competência da Justiça do Trabalho e da proteção aos direitos sociais (artigos 7 e 99 da CRFB/88)²⁰³, acolhendo a inconstitucionalidade diante do princípio do não retrocesso social. Contudo, o discurso da austeridade foi vitorioso no Supremo Tribunal Federal, em julgamento representativo de como o direito do trabalho e suas instituições, tais como a Justiça do Trabalho, são diretamente atingidas pelas crises econômicas e políticas ultraliberais, como as que chegam com força na atual conjuntura nacional.

²⁰² Plenário, 30.06.2016.” STF. **Tese referente ao julgamento da ADIn 5468**. Brasília, 30/06/2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4920998>. Acesso em: 06/06/2017.

²⁰³ “O ministro Celso de Mello divergiu do relator e votou pela procedência da ADI. Seu voto fundamentou-se na afronta à autonomia do Judiciário. Segundo ele, a manipulação do processo de elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual pode atuar como instrumento de dominação, pelo Legislativo, dos outros Poderes da República, ‘muitas vezes culminando com a imposição de um inadmissível estado de submissão financeira e de subordinação orçamentária absolutamente incompatível com a autonomia que a própria Constituição outorgou’. No caso em discussão, Celso de Mello considerou que o Congresso exerceu sua competência ‘de forma arbitrária, imoderada, irrazoável e abusiva’ [...] A divergência foi seguida pelos ministros Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. O presidente do STF afirmou que os cortes orçamentários representam um atentado ao funcionamento da Justiça do Trabalho, frustrando a possibilidade de concretização dos direitos sociais, garantidos no artigo 7º da Constituição Federal, e o pleno livre exercício das competências da Justiça do Trabalho. (GRIFO NOSSO) STF julga improcedente ADI contra cortes orçamentários da Justiça do Trabalho. **PLATAFORMA ELETRÔNICA STF**. Brasília, 05/06/2016. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=319997>. Acesso em 07/11/2016.

CONCLUSÃO

Muito embora não haja evidências empíricas comprovando efeitos reais positivos de políticas de austeridade para a estabilização econômica, especialmente no âmbito trabalhista, a desregulamentação do direito do trabalho, através de reformas legislativas, é apontada como uma medida necessária pelo discurso hegemônico. Porém, tal discurso, além de defender a estabilização da economia, também avança na defesa da adoção de políticas de austeridade para que se promova o crescimento econômico, apesar de aqui, novamente, faltar dados que comprovem a relação de causalidade entre alteração do direito do trabalho e alargamento do desenvolvimento econômico-financeiro. Numa outra dimensão, constata-se nível de concentração de renda nunca antes visto na história, conforme relatório realizado pela organização não governamental britânica Oxfam publicado em 2016. Nesse sentido, há de se ressaltar a estratégia da utilização, pelo pensamento hegemônico neoliberal, do discurso da crise econômica, na intenção de reconfigurar a relação de poder de classe, protagonizando a implementação de medidas de redução da proteção institucional ao trabalhador.

A estratégia de naturalização das desigualdades sociais e de culpabilização dos indivíduos pelos efeitos crise econômica conectam-se, na sociedade portuguesa pós-crise de 2007/2008, em um projeto neoliberal configurado a partir da austeridade econômica. Tal projeto é introduzido no Brasil no contexto de crise político-econômica, consolidada nos anos de 2015/2016, com reflexos substanciais ao Direito e à Justiça do Trabalho. Há a ascensão de uma agenda governamental autointitulada de “salvação nacional”, voltada à disseminação de um pretenso pacto social em prol da estabilização econômica. Como trabalho, os argumentos empregados afirmam a inevitabilidade da introdução de políticas de austeridade que se direcionem ao ajuste fiscal, à redução do déficit e à contenção dos gastos públicos.

Diante a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, o governo assume o papel de detentor da austeridade legítima, articulando o sacrifício individual à racionalidade que destaca a emergência para a promoção de reformas constitucionais e infraconstitucionais, mesmo que elas sejam antidemocráticas e desestremem os sistemas de proteção social. Por este motivo, estudou-se que o Congresso, apesar de ciente dos efeitos sociais e políticos de suas políticas de austeridades, a exemplo do caso da EC nº 95, foi capaz de aprovar um congelamento para os investimentos públicos para os próximos 20 anos.

Evidencia-se ainda a influência direta, nas políticas governamentais, promovida pela articulação entre entidades patronais e organismos financeiros internacionais, impondo uma concepção eminentemente mercantil do direito do trabalho, conforme foi destacado nos documentos da CNI e do FEM. Nesse sentido, o processo de “austerização” conecta-se ao questionamento da função protetiva do direito do trabalho, haja vista que por meio de tais políticas desvirtuam-se os valores sociais, em especial, quando se argumenta que o direito do trabalho é um custo e a legislação trabalhista um óbice à competitividade do Brasil no mercado global. Em suma, as reformas trabalhistas são concebidas como ajustes de mercado, no sentido da redução do custo da mão-de-obra, escamoteada também por argumentos econômicos, que mencionam a necessidade de modernização, de eficiência e de produtividade, expressos em nível institucional, como no relatório final do PLOA/2016. Outra característica, advinda do paradigma da austeridade, é a negação da dimensão do conflito social e da desigualdade de forças existentes na relação trabalhista, acentuando o domínio da classe capitalista.

É certo afirmar que o projeto de austeridade neoliberal no Brasil envolve a atuação dos três poderes da república, mutuamente se auxiliando para a desestruturação do sistema institucional de proteção ao trabalhador e consolidação do direito do trabalho da exceção. Além das reformas legislativas, inclusive, com a direta atuação do executivo por intermédio de MP's, houve a restrição de direitos e garantias trabalhistas com a atuação do STF. Porquanto, vê-se que a Suprema Corte se afigura como ator, cancelando as políticas de austeridade, como na emblemática ação relativa ao corte orçamentário à Justiça do Trabalho promovida pela LOA/16. No âmbito do julgamento da ADIn 5468, paira a discussão referente às duas formas de racionalidade. De um lado, tem-se a racionalidade lógico-formal, amparada pelo princípio da separação dos poderes. De outro, a material, com vistas à análise do mérito do corte orçamentário e da concretização dos direitos sociais, utilizando-se do princípio da autonomia do poder judiciário e da preservação da competência da Justiça do Trabalho constitucionalmente assegurados. O STF, ao julgar improcedente a ADIn 5468, privilegiou a racionalidade lógica formal, no sentido de afastar-se da análise do mérito da questão, constituindo um marco representativo no processo de liberalização do direito do trabalho brasileiro. Assim, esse texto situa a atuação do Tribunal como contributiva para a chancela das políticas de austeridade, construindo uma concepção jurídica-mercantil em detrimento da concretização dos direitos sociais, afirmando uma jurisprudência da austeridade a partir do princípio da separação dos poderes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cléber Lúcio. **Redução e expansão do direito do trabalho: por um direito do trabalho de segunda geração.** In: TEODORO, Maria Cecília Máximo *et al* (coord.). **Direito material e processual do trabalho: III Congresso Latinoamericano de Direito Material e Processual do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2016, p. 41-50.

AMADO, João Leal. **O Direito do Trabalho, a crise e a crise do Direito do Trabalho.** In: Revista Direito e Desenvolvimento, Brasil, v. 4, n. 8, julho/dezembro de 2013, p. 163-186.

BAYLOS, Antonio. **Crisis y Derecho del Trabajo - ¿Derecho del Trabajo en Crisis? Una Aproximación desde Europa.** In: EINLOFT, Denis; TOSS, Luciane; SEVERO, Valdete Souto (coord.). **Direito do Trabalho e Pensamento Crítico.** Porto Alegre: HS Editora, 2016, p. 9-34.

Balanço: veja o que foi feito durante o governo provisório de Temer. **AGÊNCIA BRASIL.** Brasília, 31/08/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/balanco-veja-o-que-foi-feito-durante-o-governo-provisorio-de-temer>. Acesso em 10/06/2017.

Brasil fecha 74,7 mil postos formais de trabalho em outubro Foi o 19º mês seguido em que demissões superaram as contratações no país. Números do emprego formal foram divulgados pelo Ministério do Trabalho. **PORTAL G1.** Brasília, 24/11/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/brasil-tem-perda-de-744-mil-postos-formais-de-emprego-em-outubro.html>. Acesso em 29/05/2016.

BRASIL. Planalto Nacional. **Exposição de Motivos do PL n.º 6.787.** Brasília, DF, 23/12/2016. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1520055&filename=PL+6787/2016>. Acesso em 01/06/2017.

_____. Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 664.** Brasília, DF, 30/12/2014. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/medidas-provisorias/2011-a-2014>. Acesso em: 09/06/2017

_____. Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 665**. Brasília, DF, 30/12/2014. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/medidas-provisorias/2011-a-2014>. Acesso em: 03/06/2017.

_____. Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 669**. Brasília, DF, 25 de fevereiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Exm/ExmMP-669-15.pdf. Acesso em: 03/06/2016.

_____. Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 676**. Brasília, DF, 17 de junho de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Exm/ExmMP-%20680-15.pdf. Acesso em: 03/06/2016.

_____. Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 680**. Brasília, DF, 6 de julho de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Exm/ExmMP-%20680-15.pdf. Acesso em: 03/06/2016.

_____. Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 761**. Brasília, DF, 22 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP%20761-16.pdf. Acesso em: 03/06/2016.

_____. Planalto Nacional. **Exposição de Motivos da MP nº 767**. Brasília, DF, 01 de janeiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP%20761-16.pdf. Acesso em: 03/06/2016.

_____. Planalto Nacional. **Intenção de motivos da PEC 241/16**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016. Acesso em: 02/06/2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral 608. Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 709.212)**. Relator ministro Gilmar Mendes. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4294417> > Acesso em: 04 de julho de 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 5209**. Relatora ministra Carmen Lúcia. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=5209&processo=5209> > Acesso em: 04 de julho de 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 1923**. Relator ministro Luiz Fux. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=1923&processo=1923> > Acesso em: 04 de julho de 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral 152. Recurso Extraordinário (RE 590.415)**. Relator ministro Roberto Barroso. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2629027>>

Acesso em: 04 de julho de 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 5468**. Relator ministro Luiz Fux. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=5468&processo=5468>> Acesso em: 04 de julho de 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Petição inicial ADIn 5468**. Brasília, 03 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadordpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4920998>. Acesso em 06/06/2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Parecer ministerial ADIn 5468**. Brasília, 24 de maio de 2016. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadordpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4920998> Acesso em 06/06/2016.

_____. Supremo Tribunal Federal **Tese referente ao julgamento ADIn 5468**. Brasília, 30 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4920998>. Acesso em: 06/06/2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 895.759**. Relator ministro Teori Zavascki. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4794743>> Acesso em: 04 de julho de 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 323**. Relator ministro Gilmar Mendes. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&s1=323&processo=323>> Acesso em: 04 de julho de 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral 503. Recurso Extraordinário (RE 661.256)**. Relator ministro Roberto Barroso. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4157562>> Acesso em: 04 de julho de 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral 531. Recurso Extraordinário (RE 693.456)**. Relator ministro Dias Toffoli. Disponível em: <

<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4255687> >
Acesso em: 04 de julho de 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral 531. Recurso Extraordinário (RE 760.931)**. Relator ministro Dias Toffoli. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4434203>> Acesso em: 04 de julho de 2016.

Relatório final do Projeto de Lei nº 7 – CN (PLOA 2016). Planalto Nacional, Brasília, DF, 13/12/2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2074738>>. Acesso em 05/06/2017.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **O neoliberalismo, as reformas trabalhistas, a “desdemocratização” e os direitos humanos no trabalho**. In: EMERIQUE, L. M. B.; GARCIA, Ivan Simões; SILVA, Sayonara Grillo (Org.). *Direitos Humanos e Trabalho Decente*. 1. ed. Belo Horizonte: Forum, 2016, v. 1, p. 93-109.

_____. A Justiça do Trabalho sob assédio moral: um caso de vida ou morte. **JOTA**. Disponível em: <<https://jota.info/artigos/justica-trabalho-sob-assedio-moral-um-caso-de-vida-ou-morte-19102016>>. Publicado em: 19/10/2016. Acesso em: 05/06/2017.

_____. Os 5 mitos da Justiça do Trabalho. **JOTA**. Disponível em: <<https://jota.info/artigos/justica-trabalho-sob-assedio-moral-um-caso-de-vida-ou-morte-19102016>>. Publicado em: 19/10/2016. Acesso em: 05/06/2017>.

Com bombas de gás lacrimogêneo, spray pimenta e balas de borracha, PM reprime manifestação pacífica em Brasília contra a PEC 241/55; há pessoas feridas. **VIOMUNDO**. Brasília, 29/11/2016. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/urgente-com-bombas-de-gas-lacrimogeneo-pm-reprime-manifestacao-pacifica-em-brasil-contr-a-pec-24155.html>. Acesso em: 02/06/2017.

Conheça o plano de governo de Temer. Programa estabelece idade mínima de aposentadoria e flexibiliza as leis trabalhistas. **O DIA**. Rio de Janeiro, 18/04/2016. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/brasil/2016-04-18/conheca-o-plano-de-governo-de-temer.html>. Acesso em: 31/05/2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2015.

Desapontação: entenda o que muda depois da decisão do STF. **EPÓCA NEGÓCIOS**. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2016/11/desapontacao-tire-suas-duvidas-sobre-o-que-muda-depois-da-decisao-do-stf.html>. Acesso em 10/06/2016.

Especialista critica lisura do pente-fino do INSS. **O DIA**. Rio de Janeiro, 18/01/2017. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/economia/2017-01-18/especialista-critica-lisura-do-pente-fino-do-inss.html>. Acesso em: 10/06/2017.

ERMIDA URIARTE, Oscar. **La crisis financiera global y el derecho del trabajo**. In: Revista de La Facultad de Derecho, Uruguai, n. 26, Janeiro/Julho de 2007, p. 59- 64.

_____. **A política laboral dos governos progressistas**. In: Revista Nueva Sociedad, n. 211, Argentina, Setembro/Outubro de 2007, p. 50-65.

FERREIRA, António Casimiro. **A sociedade da austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção**. In: Revista Crítica das Ciências Sociais, Portugal, n. 95, 2011, p. 119 - 136.

_____. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: vida econômica, 2012.

FREITAS JÚNIOR, Antonio Rodrigues de. **Direito do trabalho na era do desemprego: Instrumentos jurídicos em políticas públicas de fomento à ocupação**. 1ª edição. São Paulo: LTr, 1999, p. 45 – 101.

GARMENDIA ARIGÓN, Mario. **La crisis económica ¿justifica la deconstrucción de la Justicia del Trabajo?** In: BORDINI COCA, Eleonora (coord.). Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região, Campinas, n. 49, jul./dez. 2016, p. 23 – 35.

GONDIM, Thiago Patrício. **O discurso da austeridade no contexto da atual crise econômica brasileira e suas implicações para o direito do trabalho**. In: COUTINHO, Aldacy Rachid; WANDELLI, Leonardo Vieira (org.). *Anais do II encontro RENAPEDTS*. 1.ª ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 813 – 814.

Governo desiste de mudar legislação trabalhista por medida provisória. **UOL**. Brasília, 22/12/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1843701-governo-desiste-de-mudar-legislacao-trabalhista-por-medida-provisoria.shtml>. Acesso em: 01/06/2016.

Governo publica 'lista suja' do trabalho escravo. **PORTAL G1**. São Paulo, 24/03/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/governo-publica-lista-suja-do-trabalho-escravo.ghtml>. Acesso em: 10/06/2017.

Governo publica 'lista suja' do trabalho escravo. **PORTAL G1**. São Paulo, 24/03/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/governo-publica-lista-suja-do-trabalho-escravo.ghtml>. Acesso em: 10/06/2017.

Governo reprime ato contra a PEC 241/55 em Brasília. **ESQUERDA DIÁRIO**. Brasília, 29/11/2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Governo-reprime-ato-contra-a-PEC-241-55-em-Brasilia>. Acesso em: 02/06/2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O neoliberalismo - história e implicações**. São Paulo: edições Loyola, 2008, p. 11 – 75.

IBGE: total de desempregados cresce e atinge 14,2 milhões. **AGÊNCIA BRASIL**. Rio de Janeiro, 24/04/2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/ibge-total-de-desempregados-cresce-e-atinge-142-milhoes>. Acesso em 29/05/2017.

Impeachment de Dilma: Uma retrospectiva. **POLITIZE**. Santa Catarina, 25/08/2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/impeachment-de-dilma-retrospectiva/>. Acesso em 31/05/2017.

IPEA. **Carta de conjuntura nº 1**. Brasília, DF, dezembro de 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc01_apresentacao.pdf. Acesso em 29/05/2017.

_____. **Carta de conjuntura nº 25**. Brasília, DF, dezembro de 2014, p. 7. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc_dez2014_sinteseconjuntura.pdf. Acesso em: 30/05/2017.

_____. **Carta de conjuntura nº 28**. Brasília, DF, setembro de 2015, p. 10. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/151120_cc28_sintese.pdf. Acesso em 31/05/2017.

_____. **Carta de conjuntura nº 33 – 4º trimestre de 2016**. Brasília, DF, 2016, p. 10. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/151120_cc28_sintese.pdf. Acesso em 31/05/2017.

Juizes questionam em ADI corte do orçamento da Justiça do Trabalho. **PLATAFORMA ELETRÔNICA STF**. Brasília, 05/02/2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=309441>. Acesso em 07.11.2016.

KREIN, José Dari. **Tendências Recentes nas relações de emprego: 1980 – 2005**. Instituto de Economia Escola, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____. **O golpe e as tendências de desconstrução dos direitos no Brasil**. In: RAMOS, Gustavo Texeira; MELO, Hugo Cavalcante; LOGUÉRCIO, José Eymard; FILHO, Wilson Ramos (org.). *A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Editora Praxis, 2016.

Maioria dos brasileiros reprovam emenda dos gastos, diz Datafolha. **UOL**. São Paulo, 13/12/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1840825-maioria-dos-brasileiros-reprova-emenda-dos-gastos-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 02/06/2016.

MARX, KARL. **O Capital**. 2. Ed. Resumida por Borchardt, Julian. Traduzida por SCHMIDT, Ronaldo Alves. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

Necessária publicidade à Lista Suja do trabalho escravo. MPT reforça razões da importância da divulgação do Cadastro de Empregadores para o combate à escravidão

contemporânea. **MPT**, Brasília, 27/01/2017. Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias. Acesso em: 10/06/2017.

Nota pública contra o corte de orçamento à Justiça do Trabalho. **ANAMATRA**. Nota pública, Brasília, DF, 4 de fevereiro de 2016.

Nota técnica nº 7, da Secretaria de Relações institucionais do Ministério Público do Estado. **MPT**. Brasília, DF, 09/05/2017. Disponível em: http://fundacaoanfp.org.br/site/wp-content/uploads/2017/06/Nota-t%C3%A9cnica-PLC-38_2017-MPT.pdf. Acesso em: 14/06/2017.

No Rio, repressão e truculência em ato contra a PEC 241. **GGN**. Rio de Janeiro, 18/10/2016. Disponível em: <http://jornalggcn.com.br/blog/vania/mais-de-sete-mil-pessoas-no-centro-do-rio-contra-a-pec-241>. Acesso em: 02/06/2017.

NUNES, António José Avelãs. **Uma leitura crítica da actual crise do capitalismo**. Coimbra: Boletim de ciências económicas liv., 2011. 153 p.

_____. **Os trabalhadores e a crise do capitalismo**. 1.ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2016. p. 11.

No Rio, repressão e truculência em ato contra a PEC 241. **GGN**. Rio de Janeiro, 18/10/2016. Disponível em: <http://jornalggcn.com.br/blog/vania/mais-de-sete-mil-pessoas-no-centro-do-rio-contra-a-pec-241>. Acesso em: 02/06/2017.

PALOMEQUE, Manuel-Carlos. **Un compañero de viaje histórico del Derecho del trabajo: la crisis económica**. In: Revista de Política Social, Madrid, n. 143, jul./set. 1984, p. 15-21.

_____. **Direito do Trabalho e Ideologia**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 13-44.

Por aclamação, PMDB oficializa rompimento com governo Dilma. Os seis ministros peemedebistas serão orientados a entregar seus cargos. Saída do PMDB pode desencadear desembarque de outras siglas aliadas. **PORTAL G1**. Brasília, 29/03/2016.

Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/por-aclamacao-pmdb-oficializa-rompimento-com-governo-dilma.html>. Acesso em 31/05/2017.

Processo de impeachment é aberto, e Dilma é afastada por até 180 dias. Senadores aprovaram instauração de processo por 55 votos a 22. Presidente fica afastada por até 180 dias enquanto é julgada no Senado. **PORTAL G1**. Brasília, 12/05/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180-dias.html>. Acesso em 31/05/2017.

ROMAGNOLI, Umberto. **Modernización e involución del derecho del trabajo**. In: Revista de Derecho Social, ALBACETE: ESPAÑA, v. 28, p. 13-24, 2004.

Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. **PORTAL G1**. Brasília, 31/08/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>. Acesso em 31/05/2017. Acesso em 31/05/2017.

SEVERO, Valdete Souto. O que restará do Direito do Trabalho? **ANAMATRA**. Disponível: <https://www.anamatra.org.br/artigos/1073-o-que-restara-do-direito-do-trabalho>. Acesso em 10/06/2017.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da; HORN, Carlos Henrique. **O princípio da proteção: fundamento da regulação não-mercantil das relações de trabalho**. In: revista OAB/RJ, Brasil, Julho/Dezembro de 2010, vol. 26, n. 2, 2010, p. 83-112.

_____. **A introdução das políticas ultraliberais no Brasil e as reformas trabalhistas: uma ponte para a exceção?** In: EINLOFT, Denis; TOSS, Luciane; SEVERO, Valdete Souto (coord.). Direito do Trabalho e Pensamento Crítico. Porto Alegre: HS Editora, 2016, p. 71-78.

SILVA, Sayonara Grillo; GONDIM, Thiago Patrício. Austericídio e reforma trabalhista: A gramática de exceção contida no projeto de lei 6787/2016. **REVISTA ELETRÔNICA OAB**. Disponível em: <http://revistaelectronica.oabRJ.org.br/?artigo=austericidio-e-reforma>

trabalhista-a-gramatica-de-excecao-contida-no-projeto-de-lei-67872016-2>. Acesso em 31/05/2016.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Direito do trabalho e desenvolvimento econômico: um contraponto à teoria da flexibilização**. In: Fundamentos do direito do trabalho: estudos em homenagem ao Ministro Milton de Moura França. São Paulo: LTr, 2000, p. 624-642.

_____. Os direitos trabalhistas sob o fogo cruzado da crise política. **CARTA MAIOR**. Disponível: < <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Os-direitos-trabalhistas-sob-o-fogo-cruzado-da-crise-politica/4/35810>>. Publicado em 28.03.2016. Acessado em 21.11.2016.

_____. **ADI 1923: legitimação e ampliação da terceirização no setor público**. CARTA MAIOR. Disponível:< <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Principios-Fundamentais/ADI-1923-legitimacao-e-ampliacao-da-terceirizacao-no-setor-publico/40/33321>>. Publicado em 22/04/2015. Acesso em: 10/06/2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

STF inova e decide que vale o negociado sobre o legislado no âmbito trabalhista. **ESTADÃO**. Brasília, 13/09/2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/stf-inova-e-decide-que-vale-o-negociado-sobre-o-legislado-no-ambito-trabalhista/>. Acesso em: 10/06/2017. Acesso em: 10/06/2017.

STF julga improcedente ADI contra cortes orçamentários da Justiça do Trabalho. **PLATAFORMA ELETRÔNICA STF**. Brasília, 29/06/2016. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=319997>. Acesso em 07/11/2016.

Taxa composta de subutilização da força de trabalho chega a 24,1% no Brasil. Cerca de 26,5 milhões de pessoas não estão em trabalhos adequados. **CORREIO DO ESTADO**. Mato Grosso do Sul, 18/05/2017. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/brasilmundo/taxa-composta-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-chega-a-241-no/304143/>. Acesso em 29/05/2016.

Temer anuncia propostas de mudanças na legislação trabalhista. Presidente apresenta às centrais sindicais e aos empresários uma minirreforma. **ESTADÃO**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/ao-vivo/michel-temer-reforma-trabalhista-2017>. Acesso em: 01/06/2017.

Uma ponte para o futuro. **Fundação Ulysses Guimarães**. PMDB, Brasília, 29 out. 2015. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15Online.pdf. Acesso em: 31/05/2016.

WILHELMI, Marco Aparicio. Crises financeiras y recortes de derechos: la austeridad como dispositivo de desposesión constitucional. In: **Revista de Derecho Social**, n. 76, 2016, p. 20.